

LINGUAGENS, MÍDIAS E TECNOLOGIAS

Organizadores:
Edson Carlos Romualdo
Elaine de Moraes Santos



Pedro & João
editores

LINGUAGENS, MÍDIAS E TECNOLOGIAS



**EDSON CARLOS ROMUALDO
ELAINE DE MORAES SANTOS
(ORGANIZADORES)**

**LINGUAGENS, MÍDIAS E
TECNOLOGIAS**



Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Edson Carlos Romualdo; Elaine de Moraes Santos [Orgs.]

Linguagens, mídias e tecnologias. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.
216p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-85-7993-896-2 [Impresso]
978-85-7993-897-9 [Digital]

1. Linguagens. 2. Mídias. 3. Tecnologias. 4. Projetos de pesquisa interinstitucionais. I. Título.

CDD – 370

Capa: Petricor Design

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/ Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luis Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2022

Este livro foi realizado com apoio da
Coordenação de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do
Programa de Pós-Graduação em Letras
(PLE), da Universidade Estadual de
Maringá (UEM).

Nossos agradecimentos!

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
Edson Carlos Romualdo Elaine de Moraes Santos	
1. CHAT EDUCACIONAL: (CO)CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO POR MEIO DA REFERENCIAÇÃO	15
Juçara Zanoni do Nascimento e Edson Carlos Romualdo	
2. O GÊNERO INFOGRÁFICO HIPERMIDIÁTICO: NOVAS TECNOLOGIAS APLICADAS À PRODUÇÃO TEXTUAL EM PROJETO DE ENSINO DE CURSO DE LETRAS	33
Neil Franco, Rafael Vitória Alves e Flávia Zanutto	
3. BALBÚRDIA, CORTE E CONTINGENCIAMENTO NA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA EM PÁGINAS ACADÊMICAS NO FACEBOOK	55
Elaine de Moraes Santos e Amanda da Silva Duarte	
4. OS RUMORES DA REDE EM SUA COMPOSIÇÃO AUDIOVISUAL	77
Juliana da Silveira	
5. LULA E A LAVA JATO: RELAÇÕES DIALÓGICAS NA CONSTITUIÇÃO DA IMAGEM DO EX-PRESIDENTE NAS CAPAS DA REVISTA VEJA	95
Wesley Mateus Dias e Edson Carlos Romualdo	

6. O <i>GENDER SWAP</i> E A CULTURA DA CONVERGÊNCIA	119
Edson Carlos Romualdo e Sônia Berveglieri	
7. CONTROLE ESTATAL DAS COMUNICAÇÕES: UMA ANÁLISE DE CHATÔ: O REI DO BRASIL	139
Renata Adriana de Souza e Tatiane Aparecida Ignaszewski Kempf	
8. O CORPO DA MULHER SURDA NA ORDEM DO DIGITAL: DISCURSOS E SENTIDOS SOBRE NATÁLIA	157
Ana Paula Saffe Mendes	
9. “ONDE JÁ VIMOS ISSO ANTES?”: UMA ANÁLISE DIALÓGICA DO SIGNO IDEOLÓGICO “CÂMARAS DE GÁS” EM <i>TWEETS</i>	175
Karine Giroto Barbara e Edson Carlos Romualdo	
10. ESPAÇOS ENUNCIATIVOS INFORMATIZADOS E A POLÍTICA DE CANCELAMENTO: NOTAS A PARTIR DE UM CASO DE RACISMO	195
Jefferson Campos, Rodrigo Pedro Casteleira e Paloma Felix.	
SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES	211

APRESENTAÇÃO

Este livro é resultado de trabalhos desenvolvidos no âmbito do Projeto Interinstitucional Linguagem, Mídia e Novas Tecnologias (3431/2020 - UEM), coordenado pelo Prof. Dr. Edson Carlos Romualdo, que reúne um grupo de pesquisadores da linguagem que já vem trabalhando conjuntamente em projetos interinstitucionais de pesquisa há vários anos. Ao todo, o projeto envolve profissionais de oito instituições de ensino superior diferentes (três federais, duas estaduais, três particulares) e duas escolas públicas estaduais. Seu objetivo geral é integrar pesquisadores de diferentes instituições de ensino superior, alunos da pós-graduação, da graduação e professores da Educação Básica na realização de pesquisas, individuais e coletivas, que tematizem linguagens, mídias e tecnologias.

Sua proposta abrangente deriva da necessidade atual de congregar academicamente pesquisadores com interesses afins e se justifica pela importância que os três pontos temáticos têm para a sociedade atual em geral e, mais especificamente, para questões relacionadas à interação social e ao ensino-aprendizagem. As pesquisas são propostas e desenvolvidas sob as vertentes teóricas da Linguística Aplicada, das Teorias do Texto e da Análise do Discurso de vertente francesa e bakhtiniana, procurando discutir criticamente e analisar: a) usos da linguagem em ambientes digitais; b) mídia digital; c) gêneros discursivos que circulam em ambientes digitais; d) fenômenos linguísticos em gêneros midiáticos e digitais; e) materiais didáticos digitais e sua relação com as práticas pedagógicas; f) práticas de letramento e ensino e aprendizagem em ambientes digitais; g) propostas pedagógicas que utilizem TIC.

Nosso interesse em analisar a linguagem e suas relações com os veículos midiáticos se dá devido ao papel que eles têm exercido na sociedade. Sabemos que estudos que possuem a mídia como

campo de investigação não são recentes, muitos trabalhos foram feitos ao longo dos anos sobre os diferentes sistemas organizados de produção, circulação e recepção de informações. Nesse sentido, as pesquisas realizadas pelos participantes do projeto voltam-se para as problemáticas atuais que envolvem tanto a produção de sentidos em variadas práticas textuais e discursivas quanto questões relacionadas ao ensino e à aprendizagem de línguas.

A interferência das novas tecnologias na forma de vida dos homens em sociedade está se tornando central na maneira como pensamos as transformações contemporâneas, como apontam Barton e Lee (2015). A ideia de que as inovações tecnológicas podem influenciar a dinâmica das relações interpessoais de maneira fundamental e, mais do que isso, de que essas mudanças atingem cada aspecto de nosso cotidiano, tem sido associada a várias inovações ao longo da história, incluindo o desenvolvimento da imprensa, de jornais, câmeras, serviço postal, rádio e telefone.

As transformações decorrentes das novas tecnologias não são um fenômeno isolado, elas se encaixam em contextos sociais mais amplos, impactando a linguagem e as práticas comunicativas que, por sua vez, mudam as maneiras de nos relacionarmos com o mundo. Portanto, as novas tecnologias desempenham um papel central no desenvolvimento da sociedade, mas devem ser vistas apenas como um elemento num conjunto de fatores interligados. Em função disso, alguns pesquisadores do projeto direcionam seu olhar para a produção de sentidos, a circulação de textos de gêneros diversos, para o ensino e a aprendizagem de língua, entre outros aspectos relativos às novas tecnologias.

Este livro apresenta trabalhos resultantes das pesquisas de alguns participantes do projeto, que se organizam em função de três eixos fundamentais. Os três primeiros capítulos giram, de forma ampla, em torno do ensino e da aprendizagem. Em **“Chat educacional: (co)construção do conhecimento por meio da referênciação”**, Juçara Zanoni do Nascimento e Edson Carlos Romualdo trabalham como se dá, no processo de referênciação, na (re)construção de objetos de discurso, a construção do

conhecimento por alunos e professora em chat educacional de um curso de Pedagogia EAD. Na sequência, em **“O gênero infográfico hipermediático: novas tecnologias aplicadas à produção textual em projeto de ensino de curso de Letras”**, de Neil Franco, Rafael Vitória Alves e Flávia Zanutto, os autores objetivam relatar a experiência de produção e veiculação do infográfico hipermediático “Percurso de Letras UEM: 50 anos de histórias e memórias” no projeto de ensino *O Consoante*, que procura desenvolver a prática de produção textual escrita de acadêmicos universitários por meio dos mais conhecidos gêneros jornalísticos. Depois, com a proposta intitulada **“Balbúrdia, corte e contingenciamento na educação: práticas de resistência em páginas acadêmicas no Facebook”**, Elaine de Moraes Santos e Amanda da Silva Duarte problematizam as condições de emergência de páginas do Facebook destinadas a responder às provocações do ex-ministro da educação, Abraham Weintraub, no que tange à importância e aos modos de funcionamento das universidades públicas.

Na sequência, quatro textos contemplam problemáticas ligadas às especificidades de diferentes mídias. **“Os rumores da rede em sua composição audiovisual”** é o título do capítulo em que Juliana da Silveira investiga o funcionamento discursivo dos *rumores da rede*, mais especificamente os que se formulam e circulam nos chamados espaços enunciativos informatizados. Com o texto **“Lula e a Lava Jato: relações dialógicas na constituição da imagem do ex-presidente nas capas da revista *Veja*”**, Wesley Mateus Dias e Edson Carlos Romualdo analisam como a revista *Veja* constituiu a imagem do ex-presidente Lula em suas quatro capas de mês de março de 2016, auge das investigações da Operação Lava Jato. O capítulo intitulado **“O *gender swap* e a cultura da convergência”**, de Edson Carlos Romualdo e Sônia Berveglieri, demonstra o crescimento do fenômeno *gender swap* como fruto da cultura da convergência. Os estudiosos entendem esse crescimento como algo que surge a partir das comunidades de fãs, mas extrapola os meios digitais, influenciado as grandes indústrias culturais, podendo ser observado nos mais diferentes

tipos de mídia, como histórias em quadrinhos, jogos eletrônicos, filmes e séries, entre outros.

Finalmente, **“Controle estatal das comunicações: uma análise de Chatô: o rei do Brasil”**, de Renata Adriana de Souza e Tatiane Aparecida Ignaszewski Kempf, discute o caráter contraditório da imprensa no Brasil, em um gesto de interpretação sobre as práticas realizadas pelo primeiro magnata das comunicações da América Latina, Assis Chateaubriand. Para tanto, as autoras partem de um recorte do livro *Chatô: o rei do Brasil* (1994), de Fernando Moraes, e do filme *Chatô, o rei do Brasil*, dirigido por Guilherme Fontes, lançado em 2015.

Na última parte deste livro, os enfoques giram em torno de sujeitos diversos, que ainda são deixados à margem, no rol das desigualdades sociais cada vez maiores no país. Com o capítulo **“O corpo da mulher surda na ordem do digital: discursos e sentidos sobre Natália”**, Ana Paula Saffe Mendes analisa duas notícias veiculadas na plataforma Portal G1, que abordam a participação de uma estudante surda, no Enem, Natália, focalizando o impacto das práticas discursivas midiáticas na caracterização da mulher surda como corpo deficiente e enquanto alvo de desejos fetichistas. Já em **“Onde já vimos isso antes?: uma análise dialógica do signo ideológico ‘câmaras de gás’ em tweets”**, Karine Giroto Barbara e Edson Carlos Romualdo analisam as relações dialógicas que foram estabelecidas em enunciados do Twitter no dia 26 de maio de 2022, um dia após a morte de Genivaldo de Jesus, homem negro e pobre que foi morto em uma abordagem de uma equipe da Polícia Rodoviária Federal (PRF).

Por fim, com a discussão intitulada **“Espaços enunciativos informatizados e a política de cancelamento: notas a partir de um caso de racismo”**, Jefferson Campos, Rodrigo Pedro Casteleira e Paloma Felix têm como propósito compreender de que modo aquilo que se chama “cultura do cancelamento” exprime as condições materiais de circulação das lutas políticas em torno do racismo, sobretudo contra jovens negros, e de como os “espaços

enunciativos informatizados” determinam as condições de circulação desses discursos.

Edson Carlos Romualdo
Elaine de Moraes Santos

REFERÊNCIA

BARTON, D.; LEE, C. **Linguagem online**: textos e práticas digitais. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

CHAT EDUCACIONAL: (CO)CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO POR MEIO DA REFERENCIAÇÃO

Juçara Zanoni do Nascimento
Edson Carlos Romualdo

INTRODUÇÃO

A atual revolução tecnológica tem provocado o surgimento de novas tecnologias, tornando os processos de interação entre estudante e professor na Educação a Distância (EAD) mais dinâmicos. Os sujeitos estão separados pela distância, mas, por meio de ferramentas de comunicação (fóruns, e-mails, aulas webs, chat etc.) disponibilizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), podem juntos construir conhecimento, pois essas ferramentas aproximam estudante e professor dos conteúdos a serem trabalhados (NASCIMENTO, 2021).

Cada ferramenta utilizada nesse ambiente tem suas particularidades, por isso é preciso um estudo detalhado de cada uma dessas possibilidades para explicar como a interação e a construção de conhecimento, de fato, acontece. Com intuito de contribuir com o estudo de tais ferramentas na EAD, escolhemos o chat educacional, que promove a interação on-line entre os participantes, possibilitando a construção de um texto coparticipativo entre os sujeitos.

O chat educacional é um lugar de aprendizagem em que não há a presença de conteúdo expositivo, seu foco está na promoção de discussões e reflexões sobre temas diversos que contribuem para a construção de conhecimento. Ao interagir nesse lugar, tanto professor quanto estudantes procuram defender os seus pontos de vista que são evidenciados ao (re)construir objetos de discurso.

Nesse sentido, o nosso objetivo é investigar o fenômeno da referenciação em um chat educacional de um curso de Pedagogia

EAD, da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), com intuito analisar como são (re)construídos os objetos de discurso na interação entre professora e estudantes, para verificar se por meio deles pode ocorrer a construção de conhecimento¹.

Em uma perspectiva metodológica interpretativista qualitativa, analisamos dois excertos retirados de uma interação maior, promovida em um chat educacional do curso. Para o desenvolvimento de nossas análises, primeiramente discutimos o chat educacional enquanto gênero discursivo, tratamos de questões relacionadas ao entendimento da referenciação e do objeto de discurso e apresentamos os aspectos metodológicos da pesquisa.

GÊNERO DISCURSIVO CHAT EDUCACIONAL

Não é novidade afirmar que, com a evolução da sociedade, os diversos campos de atuação, diariamente, procuram se adaptar às mais diferentes exigências do mundo contemporâneo. No campo educacional, com os avanços da modalidade de ensino a distância e das tecnologias ligadas a ela, muitos gêneros discursivos surgiram e outros foram adaptados, como é o caso do gênero chat educacional, que surgiu a partir do gênero chat, que servia apenas para atender a fins de interações sociais e não as de ensino e aprendizagem.

Há pouco mais de duas décadas, ele tem feito parte do cotidiano dos estudantes da modalidade EAD. Ele foi estudado pela primeira vez por Horton (2000), que, na realidade, estudou o chat social aplicado ao ensino/aprendizagem e evidenciou que,

¹ Neste trabalho, apresentamos um pequeno recorte de uma pesquisa de doutorado já concluída, realizada por Juçara Zanoni do Nascimento e orientada pelo Prof. Dr. Edson Carlos Romualdo, no Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Nela, é defendida a tese de que na EAD, na interação on-line promovida em chat educacional, o processo de referenciação, por meio da (re)construção dos objetos de discurso, possibilita a (co)construção do conhecimento.

para sua eficácia, é preciso a adaptação de professores e estudantes (SANTOS, 2004).

O gênero discursivo chat educacional apresenta enunciados recorrentes do campo da EAD e possui características que o legitimam e contribuem para ser reconhecido como tal. Dessa maneira, carrega força enunciativa capaz de moldar uma prática social. De acordo com Bakhtin (2003), os enunciados dos campos de atuação da sociedade refletem condições específicas e finalidades por meio dos elementos: construção composicional, conteúdo temático e estilo.

A construção composicional ou estrutura composicional é relacionada à “forma padrão relativamente estável de estruturação de um todo” (BAKHTIN, 2003, p. 282), ou seja, no texto escrito, por exemplo, é relacionada à forma de organização do texto, à distribuição das informações, aos elementos não verbais, como cor, padrão gráfico ou diagramação.

Nesse sentido, no caso do gênero chat educacional, a estrutura composicional relaciona-se à forma como ele se constitui dentro do AVA. Considerando que cada participante do chat é também responsável pela construção do texto, pois durante o tempo da interação on-line, todos os participantes podem participar ao escrever/postar, a configuração do texto desse gênero discursivo acontece na coparticipação, ou seja, por meio das postagens dos participantes que interagem.

Embora o texto seja (co)construído pelos sujeitos da interação, não é permitido realizar muitos movimentos, pois não se tem acesso ao acabamento estrutural do texto, pois este é definido pelo AVA. O participante tem os locais exatos para interagir com os seus interlocutores como, por exemplo, o local específico para escrever a mensagem e, assim, a tessitura do texto vai se formando estruturalmente, seguindo o padrão exigido pelo AVA.

O conteúdo temático está fundamentado nas relações dialógicas estabelecidas entre o enunciado e outros discursos, uma vez que os “enunciados não são indiferentes entre si nem se bastam cada um a si mesmos; uns conhecem os outros e se refletem

mutuamente uns nos outros” (BAKHTIN, 2003, p. 297). De acordo com Fiorin (2006), o conteúdo temático não é o assunto específico de um texto, mas é um domínio de sentido de que se ocupa o gênero, ou seja, as cartas de amor, por exemplo, apresentam o conteúdo temático das relações amorosas. Cada uma das cartas trata de um assunto específico (por exemplo, o rompimento de X e Y, por causa de uma traição), mas todas elas possuem o mesmo conteúdo temático.

Nesse viés, compreendemos que o gênero chat educacional apresenta discussões on-line que tratam sobre assuntos previamente estabelecidos entre os participantes da interação, no caso, docente e estudantes como, por exemplo, a discussão de um texto previamente solicitado para leitura, sessões de tirar dúvidas, entre outros, mas com a finalidade relacionada ao ensino e à aprendizagem.

O outro elemento constitutivo do gênero é o estilo, que se refere aos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais utilizados pelos participantes da interação. Cada gênero tem seu estilo – uns mais formais, outros menos –, e o locutor faz suas escolhas obedecendo ao gênero e às situações de produção e recepção dos textos.

Bakhtin (2003) aponta que pode haver duas formas de visualizar o estilo: um relacionado ao gênero e o outro relacionado ao sujeito. O primeiro refere-se à estabilidade genérica, às características de cada gênero do discurso, o que diferencia uns dos outros. Já o segundo refere-se ao modo como o sujeito utiliza o gênero em determinadas situações, o modo como utiliza o léxico em situações de interação.

No caso de alguns gêneros que requerem formas mais padronizadas, a impossibilidade da impressão do estilo pessoal ofusca a visão do enunciador. Ou seja, quanto mais padronizado for o gênero, menos se visualiza o estilo do autor, menos liberdade tem o sujeito para imprimir seu estilo ao texto (BAKHTIN, 2003). As notas fiscais são um exemplo desses gêneros que seguem um padrão pré-estabelecido. Por sua vez, os gêneros do campo publicitário são menos padronizados, como as propagandas.

No caso do gênero chat educacional também se pode visualizar esses dois estilos: do gênero e do indivíduo. O primeiro permite um pouco mais de informalidade, tendo em vista que a rapidez com que as mensagens são escritas durante a construção do texto permite abreviações de palavras. Assim, abreviações que em outro gênero não seriam usuais como, por exemplo, abreviar a palavra “você” por “vc”, são muito encontradas nesse lugar. Já o segundo – o estilo individual, no caso do chat educacional, não é bem individual, pois ele é constituído por diferentes sujeitos, no nosso caso especificamente, por estudantes e professora. Cada um desses sujeitos tem seu estilo próprio de escrever, mas, diante do contexto do chat educacional, compreendemos como estilo individual no sentido de trazer os estilos dos sujeitos envolvidos, do grupo envolvido na interação. Assim, é possível observar diferentes estilos de seleção de léxico na construção do texto.

DA REFERÊNCIA AO OBJETO DO DISCURSO

Inicialmente, nos primeiros estudos sobre como o homem fazia para se referir às coisas do mundo, na concepção clássica de referência, acreditava-se que a língua tinha “o papel de fazer referência ao mundo de uma forma especular, sendo atribuída às palavras a função de etiquetas para os conceitos, concebidos como representações, no geral, estáticas” (CAVALCANTE *et al.*, 2017, p. 95). Por esse ponto de vista, as palavras sempre teriam o mesmo sentido, carregariam consigo o mesmo sentido, independente da situação, do contexto de interação em que estão inseridas. Desse modo, o ato de referir a algum objeto, sentimento, animal, entre outros, não implicaria dizer que os sentidos são construídos pelos participantes de uma interação.

Posteriormente, com os avanços dos estudos na área da Linguística Textual, que trabalha com a língua em funcionamento, em uso, com intuito de compreender como os sentidos são construídos pelos participantes de uma interação, a referenciação passou a ser vista de outra maneira, pois a “[...] referência é

construída nas mais diversas práticas discursivas” (CAVALCANTE *et al.*, 2017, p. 95). Por esse viés, compreendemos que “enquanto forma, a língua constitui uma estrutura, mas, enquanto funcionamento, a língua se transforma em discurso e somente o discurso tem referência” (CARDOSO, 1997, p. 68).

É na interação que acontece a construção dos sentidos e, por isso, deve ser vista como “situada histórica e socialmente e como portadora de natureza plástica, uma vez que resulta de um processo de negociação entre os sujeitos nas práticas discursivas” (CAVALCANTE *et al.*, 2017, p. 96).

É nesse sentido que seria mais adequado falar de referenciação, e não de referência, de modo a ressaltar a ideia de processo que caracteriza o ato de referir. Cavalcante *et al.* (2017) apontam que Mondada e Dubois (2003) consideram a necessidade de se substituir o termo referência por referenciação, tendo em vista que o processo de referenciar é concebido como uma atividade de linguagem realizada por sujeitos históricos e sociais em interação, sujeitos que constroem mundos textuais, cujos objetos não espelham fielmente o “mundo real”, mas são constituídos em meio de práticas sociais, ou seja, são objetos de discurso (BIEZUS; SELLA, 2007).

Em consequência dessas considerações, a noção de referência é substituída pela de referenciação e a noção de referente pela noção de objeto de discurso (MONDADA, 2001, *apud* KOCH, 2005). Os objetos de discurso são constructos culturais, representações constantemente alimentadas pelas atividades linguísticas.

Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014) apresentam três características do fenômeno da referenciação. A primeira compreende o fenômeno como (re)elaboração da realidade, pois trata da constatação de que a principal função da linguagem é promover acesso a uma realidade. A segunda compreende o fenômeno como resultado de negociação entre os participantes na interação. E a terceira estabelece uma relação fundamental entre o aspecto cognitivo (processo de conhecer) e o social (experiências culturais). Essas características são importantes para que os autores

definem a referenciação como “construção sociocognitivo-discursiva de objetos de discurso reveladores de versões da realidade e estabelecidos mediante processos de negociação”. Portanto, os objetos de discurso passam a ter papel fundamental no processo de referenciação.

Assim, o objeto de discurso deve ser compreendido como:

[...] uma criação que vai se reconfigurando não somente pelas pistas que as estruturas sintático-semânticas e os conteúdos lexicais fornecem, mas também por outros dados do entorno sociodiscursivo e cultural que vão sendo mobilizados pelos participantes da enunciação (CAVALCANTE *et al.*, 2010, p. 235).

Desse modo, evidencia-se a dinamicidade dos objetos de discurso, pois, uma vez introduzidos, no decorrer da interação podem ser modificados, desativados, reativados, recategorizados, se construindo ou se reconstruindo ao mesmo tempo em que o texto vai progredindo e se configura como tal.

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS E CONTEXTUAIS

Este trabalho, metodologicamente, caracteriza-se como interpretativista de base qualitativa, pois analisamos a interação entre professora e estudantes no chat educacional, no contexto mais amplo da EAD, buscando interpretar os dados para mostrarmos como se dá o processo de referenciação nesse lugar.

O *corpus* é constituído por interações on-line, em um chat educacional no qual participam discentes e docente de uma disciplina da área de Língua Portuguesa, do primeiro semestre, de um curso de Pedagogia, ofertado na modalidade EAD, da Universidade Federal de Mato Grosso Sul (UFMS). O objetivo do chat, que teve a duração de uma hora, foi discutir a leitura prévia do texto “Ensino da Língua Portuguesa”, de Maíra Althoff de Bettio, publicado no portal *Infoescola*.

Para realizarmos as análises foram retirados dois excertos do chat educacional. Cada participante que aparece nos excertos é

indicado como Locutor (L), seguido de um número atribuído em função do momento de sua entrada no chat. Dessa forma, a professora, a primeira a entrar na sala, é L1; o primeiro estudante a entrar é L2; e assim sucessivamente. Já o turno de fala dos participantes é indicado por T e o numeral que o segue refere-se ao número do turno na sequência textual do chat educacional.

Nesse contexto, a prática de linguagem envolve o chat educacional, na qual, por meio desse gênero discursivo, uma professora e estudantes do primeiro semestre de um curso de Pedagogia EAD interagem em uma disciplina voltada para a área de língua portuguesa. Com o objetivo de fazer com que os estudantes construam conhecimento, a docente, ao solicitar a atividade chat, agenda a data e o horário da interação e disponibiliza para a turma de estudantes o artigo de opinião para a leitura prévia.

O objetivo da professora, em um primeiro momento, é que os estudantes leiam o artigo individualmente e, em um segundo momento, na interação no chat, junto com ela e com os demais colegas de turma, discutam acerca dos conteúdos nele apresentados e que, assim, na coparticipação construam conhecimento.

Após o momento de estudo individual de leitura, acontece o encontro virtual entre a professora e os estudantes no chat educacional, considerado, aqui, como o lugar de interação entre os sujeitos que possibilita a construção de sentidos em coparticipação e por consequência, o lugar de construção ou a reconstrução do conhecimento.

Partindo de uma abordagem da teoria da referenciação, na qual o processo referencial é visto como mecanismo cognitivo-discursivo que possibilita a compreensão dos sentidos por meio de recategorizações dos objetos de discurso construídas na coparticipação entre os participantes no chat, analisamos como esses processos referenciais contribuem para a construção do conhecimento nesse gênero.

Por meio de pistas linguísticas referenciais, verificamos de que modo aconteceu a construção e a reconstrução de objetos de discurso. Compreendemos não ser possível aferir o quanto o estudante construiu de conhecimento, mas, a partir da análise da (re)construção dos objetos de discurso, presente nos enunciados, com vistas às marcas linguísticas deixadas pela professora na interação, podemos verificar se ela mostra-se satisfeita com os objetos de discurso (re)construídos pelos estudantes; ou seja, entendemos que o estudante construiu conhecimento quando a professora deixa marcas linguísticas que nos levam a perceber seu contentamento com o objeto de discurso (re)construído na interação, na coparticipação entre ela e os demais estudantes.

Nesse viés, defendemos que a recategorização dos objetos de discurso pode ser compreendida como possibilitadora da construção do conhecimento, já que ao (re)construir objetos de discurso, o conhecimento pode ser (re)construído.

Na análise é preciso se atentar que nem sempre a (re)construção do objeto de discurso na interação foi a mais ideal ou a mais correta no sentido de defini-lo, entretanto, entendemos que no contexto em que o chat educacional acontece, a docente considera uma série de fatores que envolvem o momento em que os estudantes se encontram no AVA.

Tendo em vista que são estudantes ingressantes na graduação, na modalidade EAD, tudo é muito novo para a maioria: o contexto de interação de ensino virtual, os outros participantes da interação, pois a turma não se conhece. Dessa forma, a atividade chat educacional não é apenas uma das primeiras atividades da disciplina de Língua Portuguesa, mas também uma das primeiras do curso de Pedagogia.

Assim, essa interação no chat é um dos primeiros contatos online do aluno com a turma e com a docente no curso. Além do mais, a professora ainda não tem conhecimento sobre o que os estudantes já sabem dos conteúdos da disciplina. Também é preciso considerar que os estudantes estão matriculados no início da graduação e por isso, supostamente, ainda não adquiriram conhecimentos teóricos

para fazerem uma discussão mais profunda. Nesse sentido, há uma explicação para a professora selecionar para leitura um artigo de opinião, publicado em um portal da área da educação, e não um artigo científico ou outro texto teórico com maior rigor científico, como os dos autores indicados na bibliografia do curso. Desse modo, imaginamos que a atividade, além dos seus fins didáticos, também funciona como uma forma de aproximação entre a docente e os estudantes.

Diante desse contexto, a partir da análise da (re)construção de objetos de discurso, reafirmamos nossa posição de que na interação, no chat educacional, ao se contentar com a (re)construção de um objeto de discurso lançado pelos estudantes, a professora deixa marcas linguísticas de seu contentamento, de sua satisfação (ou não) com o objeto (re)categorizado, e que essas marcas demonstram a construção do conhecimento. Em outras palavras, é por meio do contentamento ou das marcas linguísticas de aprovação da professora nas postagens dos estudantes, que reconhecemos a construção do conhecimento no chat educacional.

CHAT EDUCACIONAL: (CO)CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO POR MEIO DA REFERENCIAÇÃO

Nas análises, a seguir, são apresentados dois excertos retirados de diferentes momentos do chat educacional, a fim de exemplificar como se dá a (co)construção do conhecimento por meio dos objetos de discurso. Vale ressaltar que os excertos são cópias fidedignas do chat educacional e que, nesse sentido, os deslizes referentes às normas da língua portuguesa foram mantidos.

Excerto 01 – Motivo das maiores dificuldades das escolas ensinarem os alunos a ler e a escrever

“(T12, L1) Vcs concordam que uma das maiores dificuldades das escolas é ensinar seus alunos a ler e a escrever? Qual seria o motivo?”

[...]

“(T19, L2) eu acredito que um dos seria a maneira social de onde vem este estudante”

“(T20, L6) Concordo! E creio que um dos motivos seja a falta de incentivo familiar”

“(T21, L1) Isso mesmo L2! E como diz o L6 a família também muitas vezes deixa de incentivar as crianças a lerem em casa”

Fonte: dados da pesquisa.

O excerto 01 trata da primeira temática discutida no chat. Aborda o motivo das maiores dificuldades das escolas ensinarem os alunos a ler e a escrever. O objeto de discurso “motivo” é recategorizado por participantes do chat, mas é de fato aprovado pela docente quando é recategorizado por “maneira social” e por “falta de incentivo familiar”, pois quando os participantes L2 e L6, respectivamente, fazem essas recategorizações, a docente (L1) manifesta-se apontando sua concordância com esses estudantes. Isso possibilita, dentro da vertente cognitivo-discursiva da referenciação, a construção do sentido de que, ao (re)construir o objeto de discurso “motivo”, o participante do chat compreendeu que, por questões sociais, os estudantes de classes menos favorecidas bem como os que não têm apoio familiar terão mais dificuldade para aprender a ler e a escrever na escola. Quando observamos essas questões no chat, no momento de interação entre a docente e os estudantes, compreendemos que eles construíram esse conhecimento.

O segundo excerto, apresentado a seguir, aborda inicialmente a temática de como a família pode incentivar as crianças a ler antes de irem à escola.

Excerto 02 – Como a família pode incentivar as crianças a ler antes de irem à escola

“(T23, L1) Como a família pode incentivar as crianças lerem, mesmo antes de irem pra escola?”

[...]

“(T25, L8) livros de figuras”

“(T26, L6) Fazer o uso de recursos infantis como livro de figuras”

[...]

“(T31) Concordo com L8 e L6! Oferecer às crianças livros infantis com muitas gravuras, bem coloridos, com pouca escrita mas muitas imagens”

“(T29, L2) com revistas até mesmo com embalagens de mantimentos”

“(T30, L1) vocês vão além dos livros, isso é muito bom”

[...]

“(T35, L1) “embalagens, placas de trânsito, que mais?”

“(T37, L9) através de sinais”.

“(T38, L9) livras”

[...]

“(T40, L1) Isso mesmo, L9!”

“(T43, L1). Vejam, estamos falando da família. Vcs concordam que o exemplo também ajuda as crianças a despertar o gosto pela leitura?”

[...]

“(T51, L6) Somos os exemplos”

[...]

“(T53, L6) Além de praticar a leitura, convidar as crianças.”

“(T54, L6) fazer uso de brincadeira”

[...]

“(T56, L1) L6 concordo com vc: brincadeiras, que mais?”

“(T55, L1) [] Sendo assim, como o professor pode despertar a criança para a leitura na sala de aula?”

[...]

“(T57, L9) com cantinho da leitura, sacola viajante”

[...]

“(T58, L9) biblioteca móvel”.

[...]

“(T60, L1) Legal L9!”.

“(T61, L8) “demonstrando para a criança que através da leitura pode-se ir além do mundo da imaginação”

[...]

“(T64, L1) L8, concordo contigo! ao escutar uma história ou ler a criança viaja para outros mundos.

“(T65, L6) Além do auxílio do PCN, a didática do professor tem muita importância”

“(T66, L1) Com certeza L6!

Fonte: professora ministrante da disciplina.

A introdução referencial “livro de figuras”, lançada por L8, e as introduções “recursos infantis” e “livro de figuras”, lançadas por L6, foram enunciadas praticamente ao mesmo tempo no chat, por isso não é possível considerar que na postagem de L6 há retomada da de L8. A docente afirma concordar com os objetos de discurso lançados por L8 e L6 e, ao fazer isso, valida as postagens dos estudantes, mostrando que eles estão no caminho do sentido que ela espera que eles saibam.

Ao concordar com o objeto de discurso “livro de figura”, infere-se que a professora compreende que os estudantes construíram conhecimento, pois eles entendem que uma das possibilidades de a família incentivar as crianças a lerem antes de ir para a escola é oferecer livros com figuras. Para evidenciar e ratificar ainda mais essa ideia, a professora oferece mais orientações de sentidos sobre esse objeto de discurso, contribuindo para que ele fique ainda mais claro para os demais participantes do chat. Ela amplia o sentido atribuído a esse objeto, acrescentando novas informações (com gravuras, coloridos, pouca escrita e muitas imagens). Nesse processo, ela recategoriza os objetos de discurso lançados inicialmente por L8 e L6.

Ainda dentro da temática de como a família pode incentivar as crianças a ler antes de irem à escola, surgem outras duas introduções referenciais: “revista” e “embalagens de mantimentos”. Tais introduções são aprovadas pela docente, ou seja, para ela, uma das possibilidades de a família incentivar a leitura antes da criança ir à escola é oferecer revistas e embalagens de mantimentos. Nesse sentido, diante da perspectiva cognitivo-discursiva, inferimos que a professora entende a necessidade de se

trabalhar com outros gêneros discursivos além do livro. É assim que ela observa que o estudante vai além dos livros e então avalia as introduções referenciais como “muito bom”, apontando que o estudante construiu conhecimento.

Dessa forma, é possível notar, por meio do processo de referenciação, que o estudante, ao lançar os objetos de discurso “livros” e “embalagens de mantimento”, surpreende a docente com um conhecimento além do esperado por ela e, a partir dessa perspectiva, ela avalia positivamente os referentes lançados. Compreendemos que houve a construção do conhecimento e que ele foi além do esperado pela professora.

A partir dessas introduções referenciais, a docente insere outros novos objetos de discurso, com intuito de exemplificar outros gêneros discursivos, e solicita mais exemplos. Um estudante introduz o objeto de discurso “sinais”, recategorizado por ele próprio como “livras”. Nesse contexto, inferimos que o referente seja língua de sinais e/ou Libras. A professora aceita o objeto de discurso lançado pelo estudante e, dessa forma, entende que a família pode incentivar a criança a ler antes de ir à escola, oferecendo língua de sinais/Libras.

Na interação, a docente chama a atenção para o objeto de discurso “família” e questiona se os estudantes concordam que o exemplo também ajuda as crianças a despertar o gosto pela leitura. A forma como o questionamento foi construído induz os estudantes a dizer que concordam, ocasionando respostas positivas como “sim”, que, de certa maneira, não provocam uma progressão mais contundente do texto, pois os estudantes concordam com o posicionamento da docente, entretanto, não o justificam.

A partir do questionamento, apenas um estudante fez com que o texto progredisse após a concordância, ao recategorizar o objeto de discurso “exemplo”, apontando que nós somos o exemplo das crianças. Ele lança, então, o objeto de discurso “brincadeira”, a ideia é que nós, além da leitura, devemos incentivar a brincadeira. A docente afirma concordar com o estudante e, na sequência,

recategoriza o referente por “brincadeiras”, e solicita outras possibilidades, mas não obtém resposta.

A docente, então, faz outro questionamento relacionando o referente “leitura” ao contexto da sala de aula e dois objetos de discurso são lançados por um estudante: “cantinho da leitura” e “sacola viajante”, este recategorizado por “biblioteca móvel”. A professora avalia como “legal” o referente, apontando que, no contexto de sala de aula, tais referentes podem despertar o gosto pela leitura. A aprovação da professora demonstra, no caminho que propomos, que o estudante teve a possibilidade de construir conhecimento.

Na sequência, outro estudante relaciona o objeto de discurso “leitura” com outro objeto de discurso, “mundo da imaginação”, evidenciando que o estudante, por meio da leitura, pode conhecer outros mundos além daquele da imaginação. A docente evidencia que concorda com o objeto de discurso do estudante e o retoma, dizendo que, ao ler ou ouvir uma história, a criança viaja para outros mundos. Dessa forma, ela ratifica o dito e insere novos elementos com intuito de esclarecer ainda mais o enunciado, contribuindo para que se concretize a construção do conhecimento.

Com intuito de responder ao enunciado da docente sobre como o professor pode despertar a criança para a leitura na sala de aula, outro estudante participa, lançando o novo objeto de discurso “PCN” e retomando e recategorizando o objeto de discurso “professor”. A docente, por meio da locução adverbial “com certeza”, valida a postagem do estudante, apontando que ele está correto. Entretanto, ela enfatiza apenas o referente professor, afirmando que ele é essencial no processo e, de certa forma, ignora o objeto de discurso PCN, não ocorrendo a progressão desse tópico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que existem diferentes maneiras de se construir conhecimento na interação a distância. Uma delas é a (co)participação entre estudantes e docente na interação on-line

que ocorre no chat educacional da EAD, visto que ela possibilita uma (re)construção dos objetos de discurso.

Ao participar da interação no chat educacional, tanto a professora quanto os estudantes defendem seus pontos de vista e, para isso, a todo momento, (re)constroem objetos de discurso, e é nesse processo de referenciação, na coparticipação entre os interlocutores, que a construção de conhecimento acontece.

Nos excertos destacados da interação no chat educacional, é possível notar a presença da docente que, ao se contentar com a resposta do estudante, deixa nas suas postagens marcas de satisfação, de concordância, de contentamento com o que foi dito. É por meio dessas marcas que visualizamos a (co)construção do conhecimento, pois entendemos que, diante daquele contexto interacional, no qual é preciso considerar várias circunstâncias – como quem são os participantes discentes, em qual período do curso estão, entre outras –, os estudantes aprenderam, discutiram o planejado e esperado por ela, construindo o conhecimento na coparticipação.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BIEZUS, M. T.; SELLA, A. F. A coesão textual na tessitura do texto: a referenciação como artifício de construção de objetos discursivos. **Cadernos PDE**. Curitiba: SEED/PR, 2007. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1163-4.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2017.

CARDOSO, S. H. B. Benveniste: enunciação e referência. **Revista de estudos da linguagem**, v. 5, n. 1, p. 65-86, 1997. Disponível em: www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/download/1043/1167. Acesso em: 15 fev. 2017.

CAVALCANTE, M. M. *et al.* Dimensões textuais nas perspectivas sociocognitiva e interacional. *In:* BENTES, A. C.; LEITE, M. Q. (org.) **Linguística de texto e Análise da conversação: panorama das pesquisas no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 225-261.

CAVALCANTE, M. M. *et al.* Coerência e referenciação. *In:* MARQUESI, S. C.; PAULIUKONIS, A. L.; ELIAS, V. M. (org.). **Linguística Textual e ensino**. São Paulo: Contexto, 2017. p. 91-107.

CAVALCANTE, M. M.; CUSTÓDIO FILHO, V.; BRITO, M. A. P. **Coerência, referenciação e ensino**. São Paulo: Cortez, 2014.

FIORIN, J. L. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2006.

HORTON, J. J. Web based-training. **William Horton Consultoria**, [s. l.], 2000. Disponível em: www.horton.com/DdesigningWBT. Acesso em: 20 jun. 2022.

KOCH, I. V. Referenciação e orientação argumentativa. *In:* KOCH, I. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (org.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 33-52.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. Tradução: Mônica Magalhães Cavalcante. *In:* CAVALCANTE, M. M.; BIASI-RODRIGUES, B.; CIULLA E SILVA, A. (org.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-52.

NASCIMENTO, J. Z. **A (co)construção de conhecimento em chats educacionais por meio de objetos de discurso**. 2021. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2021.

SANTOS, J. A. S. Gênero textual “chat” e sua aplicabilidade no ensino de história. *In*: ENCONTRO NORDESTINO DE HISTÓRIA E ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 5., 2004, Pernambuco. **Anais** [...]. Pernambuco: ANPUH, 2004. p. 1-9. Disponível em: www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/pe/anais/encontro5/14-os-desafios/Artigo%20de%20Jos%20Arimat%20Santos.pdf. Acesso em: 20 ago. 2019.

**O GÊNERO INFOGRÁFICO HIPERMIDIÁTICO:
NOVAS TECNOLOGIAS APLICADAS À PRODUÇÃO
TEXTUAL EM PROJETO DE ENSINO
DE CURSO DE LETRAS**

Neil Franco
Rafael Vitória Alves
Flávia Zanutto

INTRODUÇÃO

Geralmente nos cursos de graduação, e não é diferente na formação inicial de futuros professores em curso de Letras, as práticas de produção textual escrita acabam subscritas às necessidades acadêmicas evidenciadas, invariavelmente, pela produção de textos com base em gêneros discursivos do campo acadêmico-científico como resumos, resenhas, artigos, ensaios, relatórios e outros. Ainda assim, a interlocução, nesse caso, pode ficar no limite de uma leitura a ser realizada pelo professor das tantas disciplinas que compõem a matriz curricular. Alguma exceção, certamente, existe no fato de alunos se disporem, por exemplo, à participação de projetos de pesquisa que, conseqüentemente, ampliam o alcance de leitura dos textos por outros interlocutores, quando da divulgação de resultados.

Em defesa, portanto, de outras práticas de escrita, sobretudo necessárias à formação de professores de linguagem, que se institui, em 2016, projeto de ensino visando ao desenvolvimento da capacidade de escrita de alunos do curso de Letras. Compreendemos que é no exercício da escrita que os acadêmicos precisam se constituir interlocutores de si e também se dirigirem a interlocutores reais para quem possam produzir os textos com certo endereçamento. Sendo assim, é desejável que as atividades de escrita se realizem sempre de modo interlocutivo. Isso implica ao

produtor do texto assumir-se como locutor, conforme propõe Geraldí (1993) e, dessa forma, ter o que dizer; razão para dizer; como dizer, interlocutores para quem dizer.

Nesse cenário, o projeto de ensino estabeleceu como suporte de publicação uma espécie de jornal, conseqüentemente, abrindo espaço para a produção de textos com base em gêneros discursivos do campo jornalístico, sobretudo os mais convencionalmente mobilizados nos jornais diários impressos: notícia, reportagem, entrevista etc. Embora a referência tenha sido o impresso, o projeto, devido a razões quase óbvias, criou uma *website*¹ para abrigar as produções textuais realizadas por seus integrantes. Uma primeira razão seria a dificuldade de bancar os custos para a impressão de um jornal. Outra razão foi considerando justamente o alcance que esse suporte poderia conferir aos textos produzidos pelos alunos, pela própria característica de divulgação pela internet.

Ante ao exposto, o objetivo deste capítulo é relatar a experiência de produção e veiculação do infográfico hipermidiático “Percurso de Letras UEM: 50 anos de histórias e memórias” no referido projeto de ensino, levantando as potencialidades e as dificuldades encontradas nesse processo. Para tanto, em termos estruturais, iniciaremos contextualizando o supramencionado projeto e, na sequência, como se dá a escolha dos gêneros a emoldurarem os textos a serem publicados. Em seguida, tratamos do infográfico hipermidiático para, então, abordar os pormenores da experiência.

¹ Além da página na internet (oconsoante.com.br), posteriormente o projeto abriu conta nas redes sociais (@oconsoante, no Facebook e no Instagram).

O PROJETO DE ENSINO O CONSOANTE²

Em meados de 2015, um grupo de alunos e alunas da graduação em Letras, de diferentes habilitações e séries, da Universidade Estadual de Maringá, reuniu-se em torno da ideia de produzir textos com referência em alguns gêneros discursivos da esfera jornalística, nos moldes de jornal-laboratório, muito comum na matriz curricular em curso de Jornalismo. Mesmo em caráter experimental, os participantes entenderam que o “jornal” deveria receber um nome, que marcasse o próprio curso. Tomando como referência a denominação de alguns diários, cuja composição se dá apenas por um artigo e um substantivo, como, por exemplo, O Povo, A Gazeta, A Notícia, A Tarde, O País, nasce o *O Consoante*, nome escolhido, consensualmente, vale destacar, por influência do conteúdo de Fonética e Fonologia, que vinha sendo ministrado naquele momento para boa parte dos alunos voluntários³.

Após duas edições, compostas, sobretudo, por textos com base no gênero discursivo reportagem, fomos “convocados” a transformar o *O Consoante* em projeto de ensino⁴, o que ocorreu

² Projeto de ensino ligado ao Departamento de Teorias Linguísticas e Literárias e ao Programa de Pós-graduação em Letras, da Universidade Estadual de Maringá, inscrito junto à Diretoria de Graduação sob o número 9637/2015, em vigência desde 10 de janeiro de 2016. A princípio, o projeto voltou-se de forma exclusiva para alunos da graduação em Letras. Posteriormente, passou a integrar alunos do Programa de Pós-graduação em Letras (PLE) e da graduação em Comunicação e Mídias (CMM).

³ Por ser à época (meados de 2015) apenas uma proposta para um trabalho experimental, os alunos e alunas que se dispuseram a participar do *O Consoante* estavam cientes de que não se tratava de atividade formalizada e, conseqüentemente, não teriam direito à certificação. Por isso o uso do termo “voluntários”.

⁴ Segundo informações do site da Pró-Reitoria de Ensino da UEM, um projeto de ensino é “toda proposta de atividade com vista à melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem. No projeto de ensino, o professor e o(s) aluno(s) são os elementos principais do processo. O professor determina o que pode ser ensinado e pesquisado, planeja uma trajetória da sua projeção, delimita caminhos, hierarquiza conteúdos, define os problemas e centraliza os

ainda na virada para 2016. Com o título “Jornal *O Consoante*: instrumento didático-pedagógico para a produção escrita de acadêmicos do curso de Letras”, até o momento da escrita desse capítulo, foram publicadas 16 edições, quase todas temáticas, e com o gênero reportagem sendo o carro-chefe das produções. A formalização do “jornal” significou estabelecer objetivos, justificativa, metodologia e cronograma das atividades para a “produção jornalística”, o que, de certa maneira, exigiu a integração ao *O Consoante* de outros gêneros discursivos, justamente para conferir o caráter de um periódico jornalístico.

Nesse novo contexto, o gênero notícia passa a ter papel fundamental para o relato e a divulgação de eventos de caráter acadêmico-científico e artístico-cultural. Em seus quase sete anos de vigência, o projeto produziu quase três centenas de notícia, ou seja, realizou uma ampla cobertura jornalística, *in loco* e, também, de forma remota⁵, e que permitiu aos integrantes conhecerem a dinâmica de uma produção textual que considera o aspecto temporal do referido gênero. Para se ter uma dimensão dos trabalhos até então realizados pelos integrantes do projeto, elaboramos um quadro para indicar os gêneros mobilizados para as produções textuais e o quantitativo de texto de cada gênero discursivo.

conhecimentos e informações com a intenção e função da promoção da aprendizagem pelo aluno. Disponível em: <http://www.pen.uem.br/site/public/programa/d1d180494e52f58c14695305b0ad109fcc70e211>. Acesso em: 5 jun. 2022.

⁵ Mesmo em contexto de pandemia, o *O Consoante* não deixa de fazer a cobertura dos eventos e sempre de forma síncrona, ainda que as transmissões gravadas, sobretudo pelo Youtube, permitissem o acesso posteriormente.

Quadro 1 – Contagem de publicações por gêneros discursivos

GÊNEROS DISCURSIVOS	PUBLICAÇÕES
Notícia	280
Reportagem	70
Entrevista pingue-pongue	10
Entrevista-aula ⁶	10
Editoriais (descritivos) ⁷	16
Editoriais (opinativos) ⁸	10
Outros ⁹ : análise/crítica de mídia, crítica de cinema, crônica, infográfico, perfil e resenha de livro.	Respectivamente 2, 2, 5, 1, 3 e 2.

Fonte: os autores.

Parece não ficar nenhuma dúvida que a tônica do projeto recai sobre a prática de produção textual escrita por meio dos mais (re)conhecidos gêneros convencionais do jornalismo: a notícia e a reportagem. Aproveitamos esta oportunidade de relato para duas importantes observações: i) o projeto de ensino abriu espaço para que os integrantes e o próprio *O Consoante* experimentassem outros gêneros da esfera jornalística, mais presentes ou não nos diários, a saber: crônica, editorial, entrevista, resenha de livro, crítica de

⁶ A conhecida entrevista pingue-pongue ganhou, no âmbito do projeto, em determinadas interlocuções, um caráter híbrido, a chamada entrevista-aula, com o objetivo de estabelecer diálogo com especialistas na área da linguagem e da comunicação, com perguntas direcionando à aula a ser ministrada pelo/a entrevistado/a. Para conhecer as entrevistas-aula, basta acessar o link: https://oconsoante.com.br/category/entrevistas_especiais/.

⁷ Na literatura sobre os gêneros jornalísticos, nos estudos da Comunicação, não existe oficialmente o termo editorial descritivo. Sua função é fazer a apresentação dos textos a cada edição.

⁸ A indicação “opinativos” serve apenas para a distinção entre os editoriais utilizados no projeto. Trata-se de gênero mais familiar aos leitores assíduos de jornal diário, cujo objetivo é expressar o ponto de vista do veículo de imprensa, geralmente de grande circulação, sobre temas de caráter político, social e econômico. Destaque para o fato de que o *O Consoante* passou a utilizar esse gênero para se posicionar sobre diferentes aspectos do contexto de pandemia da Covid-19.

⁹ O agenciamento desses gêneros se deu paralelamente ao trabalho com os gêneros mais recorrentes no projeto. Foram as circunstâncias de momento que permitiram a experiência de produção textual a partir de gêneros menos convencionais, como o próprio caso do infográfico hipermediático, objeto de estudo no capítulo.

filme, perfil (esses três últimos pertencentes ao que se denomina jornalismo cultural) e infográfico, foco das nossas reflexões no presente texto; ii) o projeto não se limita à prática de produção textual, por entendermos que o integrante não pode assumir simplesmente o papel de um cumpridor de tarefas e prazos.

A prática instituída pelo projeto, na medida do possível, vem permitindo a professor e alunos/as a discussão e reflexão¹⁰ sobre o campo jornalístico, sua linguagem/discurso e seus aspectos editoriais, políticos, econômicos e ideológicos que direcionam o relato dos fatos e os comentários sobre os fatos. Afinal, como projeto de ensino, compreendemos o *O Consoante* como instrumento colaborativo para a formação crítica de futuros professores de línguas, que, ao escolherem trabalhar com conteúdos e/ou gêneros discursivos da esfera jornalística, não transformem seus alunos em meros leitores de jornal.

Nesse viés, ressaltamos que não se busca a produção pela produção. Dentre os objetivos implantados no e ações implementadas pelo projeto de ensino, podemos afirmar que existe uma proposta de alcançar o chamado letramento midiático (BARBOSA; SIMÕES, 2017; BITTENCOURT; FERREIRA; ROCHA, 2015; BONINI, 2011). Há, portanto, um aspecto na formação inicial e contínua do professor de linguagem, sobretudo o de língua portuguesa, que se deva considerar: a relação escola e imprensa (nesse caso, a mídia jornalística) é de longa data, por isso não se pode negligenciá-la no processo de ensino e aprendizagem. Ao contrário, cabe ao (futuro) professor até reconhecer as prerrogativas dos

¹⁰ No mesmo site da Pró-Reitoria de Ensino da UEM, há uma menção clara sobre os objetivos de um projeto de ensino: “[...] desencadear um processo de inovação da prática pedagógica, comprometido com as exigências socioeconômicas e político-culturais; propiciar uma reflexão crítica das questões de ensino-aprendizagem, indicando meios para sua reformulação e desenvolvimento; atender às necessidades de melhoria da prática pedagógica; e promover o aprimoramento do conhecimento científico, do saber sistematizado e organizado, que conduza o aluno, o professor, a Instituição e a própria sociedade a um processo de análise e avaliação crítica”. Disponível em: <http://www.pen.uem.br/site/public/programa/d1d180494e52f58c14695305b0ad109fcc70e211>. Acesso em: 5 jun. 2022.

agentes e veículos do campo jornalístico: objetividade, imparcialidade, clareza, veracidade etc., mas observando as nuances das “armadilhas” da linguagem/discurso do campo jornalístico. Nas palavras de Barbosa e Simões (2017, p. 85),

Discursos constroem verdades e realidades sociais; elaboram e reproduzem valores, concepções, formas de ver o mundo e nele agir. A esfera jornalística é uma das instâncias mais atuantes nesse processo, legitimando determinados posicionamentos, veiculando valores e ideologias, na maior parte das vezes com as vestes da falsa neutralidade.

Sendo assim, podemos afirmar que a partir do que foi delineado para o projeto, não só damos a devida atenção ao planejamento de ações para que os seus integrantes vivenciem diferentes possibilidades de escrita que possam aproximá-los de reais condições de produção textual, como também evidenciamos a relação teórico-prática ou, de modo inverso, prático-teórica com o propósito de contribuir para uma formação pessoal e profissional mais crítica.

O CAMPO JORNALÍSTICO E A ESCOLHA DO GÊNERO PELO PROJETO DISCURSIVO

Reconhece-se o jornalismo como um dos principais campos da atividade humana, de forte influência em outros campos e na sociedade em geral. O jornalismo tem por finalidade buscar oferecer informações reais e relevantes sobre os diversos setores da sociedade e sobre as diversas áreas do conhecimento humano, por meio de uma linguagem clara, que torne palatáveis para o leitor os acontecimentos, os temas de outros campos. “Dessa forma, os profissionais do campo jornalístico empenham-se em estar atentos aos acontecimentos, a estudos, pesquisas, análises, obras e descobertas realizadas e que influenciam a vida das pessoas no dia a dia, assim como ao curso das publicações midiáticas da concorrência” (POLATO; FRANCO DE OLIVEIRA, 2016, p. 109).

O diálogo estabelecido pelos veículos e agentes da esfera jornalística com a sociedade se dá por meio de um conjunto de gêneros discursivos, como a notícia, a reportagem, o editorial, o artigo de opinião, a crônica, a entrevista, a charge etc. Ainda de acordo com os autores supracitados,

O campo jornalístico é, assim, por excelência, aquele que enquadra, a partir das diferentes formas de enunciados (seus gêneros), o discurso que vem de outros campos e, até mesmo, o discurso do mesmo campo, como resposta de concordância ou de discordância aos conteúdos veiculados por parceiros ou concorrentes. Ao nos depararmos diariamente com notícias, reportagens, editoriais, artigos assinados, por exemplo, percebemos isso nitidamente a partir dos discursos de outrem enquadrados com fins validativos ou avaliativos, servindo às diferentes posições sustentadas no novo discurso (POLATO; FRANCO DE OLIVEIRA, 2016, p. 109).

É a partir da relação intrínseca reconhecida por Bakhtin (2011) entre campo e gêneros discursivos que se estabeleceram as bases de sustentação para a criação e a manutenção de um jornal¹¹, no âmbito do projeto de ensino, como suporte¹² para as produções textuais a serem realizadas por seus integrantes. Embora os integrantes façam parte do campo acadêmico, há certo deslocamento para o campo jornalístico, quando a atividade de linguagem proposta pelo projeto e as próprias ações implementadas para a produção dos textos os fazem agenciar “formas relativamente estáveis” que emergem desse outro campo da atividade humana.

Essa relevância do campo da atividade de onde emerge os enunciados, enformados pelos gêneros discursivos, é sempre levada a cabo, especialmente por Bakhtin que, no ensaio “Os gêneros do discurso”, trata, dentre outros aspectos, de explorar mais detidamente a ligação entre os conceitos, quando afirma que

¹¹ Referir-se a *O Consoante* como jornal não o coloca no status de veículo de imprensa que tem seu funcionamento no campo jornalístico, nem significa que estamos formando futuros jornalistas.

¹² Por falta de espaço e mesmo por não ser discussão necessária para o que propõe o capítulo, não trataremos do conceito de suporte.

“[...] o emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais ou escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana”. Para o autor, esses enunciados “[...] refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo, não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua mas, acima de tudo, por sua construção composicional” (BAKHTIN, 2011, p. 262).

INFOGRÁFICO HIPERMIDIÁTICO NO (WEB)JORNALISMO

Ainda que exemplares esporádicos de infográfico possam ser encontrados em períodos pregressos, a década de 1980 marca o início da sua massificação em grandes polos mundiais, sobretudo impulsionada pela iminente necessidade de adequação dos jornais à “cultura da imagem”, instaurada com a popularização da televisão, a fim de garantir sua sobrevivência e retenção do seu público nesse novo cenário (RODRIGUES; BIERNATH, 2015). Um célebre exemplo desse movimento foi a inauguração do jornal *USA Today*, em 1982 nos Estados Unidos, cuja aposta editorial se pautava em textos compactos e recursos imagéticos, incluindo o próprio infográfico, o que resultou na captação de um número expressivo de leitores em comparação aos jornais tradicionais da época (TEIXEIRA, 2010). No Brasil, essa tendência aportou em meados da década de 1990 – época em que muitos jornais brasileiros aderiram a reformas gráfico-editoriais conduzidas por consultorias internacionais (TEIXEIRA, 2010).

De lá para cá, o campo jornalístico incorporou significativamente o infográfico à composição das suas edições, especializando cada vez mais a sua produção. Disso decorre o reconhecimento das suas regularidades discursivo-textuais específicas e da sua finalidade de informar e explicar elucidativamente uma situação ou fato. Dada essa projeção dentro do jornalismo, o infográfico passa a ser encarado como um gênero

por boa parte dos estudiosos, tal como é evidenciado no levantamento engendrado por Alves e Franco (2017).

Nesse percurso, o jornalismo, assim como diversos outros campos da atividade humana, deparou-se com as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (doravante TDICs), as quais foram responsáveis por atualizar esses campos e os gêneros do discurso advindos deles (ARAÚJO, 2010). Do mesmo modo que precisou se render às prerrogativas da televisão, o jornalismo não pôde nadar contra a corrente e teve que “surfear a onda” da internet para se manter respirando. Essa reconfiguração do campo jornalístico é intitulada por alguns autores como webjornalismo (CANAVILHAS, 2006). Como vimos, tal como assevera Bakhtin (2011), os gêneros refletem as condições específicas e finalidades dos campos da atividade humana do qual emergem. Nesse sentido, o infográfico hipermidiático ecoa as características do webjornalismo, o qual combina palavras, sons, vídeos, infografias e hiperligações para que o usuário possa escolher o seu próprio percurso de leitura (CANAVILHAS, 2006).

Naturalmente, a entrada do infográfico no universo digital passou por algumas transições ao longo do tempo. Nos primórdios, emulava o padrão dos infográficos impressos, mantendo a estrutura estática e a leitura linear (RODRIGUES, 2009). Embora não se possa afirmar com exatidão, Cairo (2008) cita um infográfico do jornal *The New York Times* sobre as eleições dos Estados Unidos, em 2008, como um possível pioneiro em romper o referido padrão estático, pois parte de uma leitura não linear (hipertextual), na qual o leitor deve explorar interativamente as diversas camadas do infográfico. Desse modo, entendemos o infográfico hipermidiático, resumidamente, como aquele que conjuga hipertextualidade e multimídia¹³, manifestando as particularidades do webjornalismo.

O processo dinâmico de atualização ou criação de gêneros é previsto por Bakhtin (2011), o qual afirma que à medida que os

¹³ Entendemos “mídia” aqui como as diferentes formas de apresentar um conteúdo, tais como: texto verbal, áudio, vídeo, imagem etc.

campos da atividade humana se complexificam, os seus gêneros discursivos tendem a se reestruturar e se renovar a fim de atender às novas exigências desses campos. Nessa direção, Zavam (2012) estabelece o conceito de transmutação, que pode se categorizar como *intergenérica*, se a atualização/criação ocorrer por conta da inserção de um gênero em outro, ou *intragenérica*, quando ocorrer em razão de adaptações a um novo cenário sócio-histórico – que é o caso do infográfico hipermidiático. A transmutação ainda pode ser *criadora* ou *inovadora*, ou seja, pode criar um gênero ou apenas atualizá-lo, respectivamente. Pensando no infográfico hipermidiático, nossa posição é de assumir se tratar de uma transmutação inovadora, pois o gênero permanece o mesmo – o infográfico – e as mudanças do seu formato hipermidiático estariam dentro da relativa estabilidade do gênero do discurso, tal como pontua Bakhtin (2011), até porque a função social se mantém. Assim, nossa insistência em reiterar o “hipermidiático” não tem o propósito de nominar um novo gênero, mas, sim, de fazer referência às características que são adquiridas pelo gênero infográfico na conjuntura das TDICs.

Em termos de caracterização, com base no estudo de Alves (2019), podemos brevemente analisar o infográfico hipermidiático sob dois prismas: sua dimensão social e sua dimensão verbo-visual. A respeito da primeira, podemos destacar dois aspectos sociais importantes: i) a função de democratizar a informação, uma vez que o infográfico produzido pelas TIDCs tem o pretense objetivo de facilitar a compreensão do leitor sobre o tema (RIBEIRO, 2016), tornando-o, portanto, mais acessível. Vale a ressalva de que não é possível afirmar categoricamente que todos os infográficos vão cumprir essa função, porque, como destacam Coscarelli e Ribeiro (2022), há infográficos complexos que não necessariamente facilitam a leitura; ii) promoção de autonomia e de participação ativa, visto que a hipertextualidade e a interatividade permitem que os leitores criem seus próprios caminhos de leitura.

No que concerne à segunda dimensão, debruça-se nos três elementos constituintes do gênero do discurso, já citados

anteriormente: a construção composicional, estilo e tema (BAKHTIN, 2011), respectivamente: i) A construção composicional do infográfico, por conta da hipertextualidade, não segue uma linearidade, portanto, os elementos não têm uma disposição fixa, mas é possível citar os seguintes: título, lide, corpo do infográfico, elementos de detalhamento e autoria. Em termos de acabamento, o infográfico hipermidiático, diferentemente do impresso, costuma ser independente, isto é, não estar vinculado à composição de outro gênero. ii) O estilo verbal é caracterizado por textos compactos, títulos objetivos e frases curtas em ordem direta para apresentar as informações de forma resumida e sedutora (MANDAJI; SORANZO, 2016), além de ter um léxico pouco rebuscado para ser compreensível para o público em geral. Por ser multimídia, vale frisar que a seleção de recursos visuais também faz parte do estilo do gênero. iii) O tema do gênero, ao contrário do tema do enunciado que é único e irrepitível (VOLÓCHINOV, 2006), permite algumas generalizações. De tal modo, podemos citar que os temas giram em torno de avaliar criticamente situações de comoção local ou global, como guerras, atos de terrorismo, catástrofes, descobertas da ciência, eleições, assuntos políticos e eventos (RIBAS, 2004).

Uma vez definidos o contexto, conceito e caracterização do infográfico hipermidiático, no próximo tópico, veremos como este foi produzido em uma edição do projeto *O Consoante*.

RELATO DA EXPERIÊNCIA DE PRODUÇÃO DO INFOGRÁFICO “PERCURSO DE LETRAS UEM: 50 ANOS DE HISTÓRIAS E MEMÓRIAS”

O curso de Letras da Universidade Estadual de Maringá completava 50 anos, e seu Programa de Pós-graduação¹⁴ em Letras, 20 anos. Em reunião de pauta entre coordenador, no papel de

¹⁴ De 1997 a 2003, o Programa foi especificamente Mestrado em Linguística Aplicada (MLA).

editor-chefe, e os integrantes do *O Consoante*, na função de repórteres, decidiu-se, de forma unânime, pela produção de uma edição especial para a cobertura da comemoração de ambos os aniversários. A edição¹⁵ foi planejada e executada de forma que sua publicação ocorresse durante o evento comemorativo¹⁶ nos dias 27 e 28 de novembro de 2017. Por se tratar de um momento festivo para o curso de graduação e para o de pós-graduação, em que há uma história, com seus personagens, seus feitos, suas datas marcantes, suas lembranças, compreendemos que não caberiam apenas os gêneros discursivos convencionais e os mais agenciados no projeto para o tratamento temático em foco.

A equipe foi a campo, em um trabalho de investigação sem igual até aquele momento, pois o contar a história envolvia diretamente muitos personagens, sobretudo professores que há muito tempo pertenciam ao corpo docente do curso de Letras da UEM e até alguns que há muito estavam aposentados. O resultado foi a mobilização dos seguintes gêneros discursivos: editorial, crônica, perfil¹⁷, infográfico hipermediático. Como trazer em um simples enunciado, de forma sumarizada, a história dos 50 anos da graduação e dos 20 anos da Pós-graduação em Letras, considerando justamente o projeto discursivo (nos termos bakhtinianos) de elaborar uma edição de caráter especial e histórico?

Tendo a missão de recontar a história do curso de Letras da UEM, nosso primeiro passo foi angariar os registros escritos que poderiam nos subsidiar. Ao entrar em contato com as secretarias

¹⁵ Trata-se da 9ª edição de dezesseis publicadas até o momento da escrita do capítulo. Link de acesso: <https://oconsoante.com.br/tag/9a-edicao/>.

¹⁶ O evento foi organizado por três departamentos que atendem o curso de Letras da UEM: Departamento de Teorias Linguísticas e Literárias (DTL), Departamento de Língua Portuguesa (DLP) e Departamento de Letras Modernas (DLM).

¹⁷ Segundo Piza (2011, p. 84), o perfil é gênero do jornalismo cultural, que tem por objetivo “contar passagens relevantes da vida e carreira do entrevistado, colher suas opiniões em assuntos importantes, ouvir o que dizem dele amigos e os inimigos, mostrar o que faz e o que fez”. Na edição comemorativa, duas professoras, de cada uma das importantes áreas do curso, Linguística e Literatura, foram personagens para dois perfis.

da graduação e da pós-graduação, conseguimos um arsenal de documentos, regimentos e contato de professores já aposentados, pioneiros do curso, em busca de acervo pessoal. O primeiro desafio que se irrompeu foi: qual gênero discursivo agenciar para emoldurar o texto a ser publicado na edição especial do *O Consoante*? A princípio, a reportagem seria a primeira opção, afinal, trata-se de um gênero do campo jornalístico que, pelas suas características, requer uma maior apuração dos fatos e temas, exigindo do jornalista um trabalho de pesquisa e de análise, incluindo buscar vozes testemunhais que tenham relação direta com o cenário a ser reportado. Porém, analisando com mais rigor, entendemos que não seria a melhor escolha, pois estávamos diante de um conjunto de informações muito burocráticas que, ao serem trazidas para um texto com base na reportagem, poderia torná-lo maçante aos leitores.

Diante dessa constatação, surgiu a ideia de produzirmos um infográfico hipermidiático, haja vista a publicação ser em ambiente digital (o site do projeto), possibilitando a interatividade e a autonomia do leitor, além de lançarmos mão de textos curtos aliados a imagens que ajudariam na compreensão do tema, que consiste na explicação de um evento de comoção local. Após tomada essa decisão, o processo de produção seguiu estas etapas: 1) leitura global de todos os documentos; 2) leitura dinâmica dos referidos documentos para definir os marcos importantes a serem trazidos ao infográfico; 3) criação do *storyboard*¹⁸; 4) validação do *storyboard* pelo editor-chefe do *O Consoante*; 5) criação e diagramação do infográfico no programa *Articulate Storyline*¹⁹; 6) exportação do infográfico no formato *HTML5*, cuja tecnologia permite embutir o objeto diretamente no navegador sem precisar

¹⁸ Consiste em um tipo de roteiro utilizado para artefatos hipermidiáticos, feito quadro a quadro, prevendo a organização e a disposição dos textos e imagens selecionados.

¹⁹ Software voltado à criação de cursos e objetos interativos.

de uma extensão para executá-lo; 7) inserção do infográfico em uma página à parte da edição especial no site do projeto.

O infográfico hipermediático (Figura 1) é composto por um título e um lide, que ficam na parte superior. No corpo do infográfico, à direita, ficam duas linhas do tempo: uma linha referente aos 50 anos da graduação e outra relativa aos 20 anos da pós-graduação. As duas são tangenciadas por ícones datados, espaçados em observância à distância temporal, que representam os marcos de cada uma. Em dado momento, as linhas se conectam, evidenciando o momento em que o curso passa a oferecer a pós-graduação. À esquerda, consta um notebook acompanhado de um capelo, a fim de fazer referência ao campo acadêmico-científico. Na tela do notebook, está a instrução de navegação para os leitores. Frisa-se que a menção à autoria não aparece no infográfico em si, mas está na página na qual esse foi veiculado.

Figura 1 – Infográfico “Percurso de Letras UEM: 50 anos de histórias e memórias” (tela inicial)

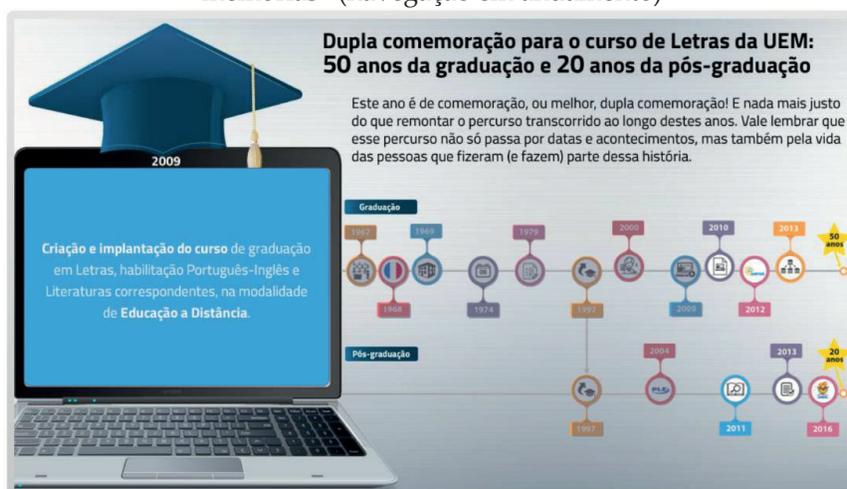


Fonte: Alves (2017).

O leitor tem a autonomia de clicar em qual ícone desejar, pela ordem da linha do tempo ou não. Ao clicar, a respectiva informação é aberta na tela do notebook. No exemplo abaixo (Figura 2), ao clicar no

botão “2009” da linha do tempo da graduação, abriu-se o texto que informa que, nesse ano, foi criado e implantado o curso de Letras, habilitação Português-Inglês e Literaturas correspondentes, na modalidade de Educação a Distância. Após o clique, o botão tem um efeito de apagamento, para sinalizar ao leitor que ele já viu essa informação, no entanto, pode revê-la quando quiser.

Figura 2 – Infográfico “Percurso de Letras UEM: 50 anos de histórias e memórias” (navegação em andamento)



Fonte: Alves (2017).

Ao disponibilizarmos o infográfico hipermediático com a edição especial, a recepção e avaliação dos interlocutores foi bastante positiva, tanto em elogios ao material em si como demonstrando surpresa na veiculação desse gênero, até então inédito no projeto. No entanto, vale ressaltar alguns obstáculos que se apresentaram para a produção do gênero nesse contexto. Primeiramente, a produção demanda muito mais tempo do que outros gêneros, além de exigir conhecimentos técnicos de *design* e diagramação que, na circunstância, o responsável pelo infográfico tinha em virtude da sua experiência profissional. Ademais, ainda que, em tese, fosse fácil, ao embutir o infográfico no site do projeto, algumas inconsistências ocorreram,

sendo necessário envolver uma pessoa externa, com conhecimento em informática, para resolver.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração do infográfico hipermidiático “Percurso de Letras UEM: 50 anos de histórias e memórias” nos foi mais que um trabalho de produção para o *O Consoante*. Foi o momento que envolveu uma pesquisa de dados não apenas para alimentar o infográfico, mas para registrar e difundir a memória do curso de Letras, um dos cursos fundadores da Universidade Estadual de Maringá, cujo crescimento impactou e vem impactando a qualidade de vida na cidade e na região.

Podemos afirmar que o envolvimento de investigação e apuração foi diferente do que se busca no jornalismo: a informação e a objetividade no relato dos fatos. Houve também a manifestação de uma emotividade, pois é no curso de Letras da UEM que *O Consoante* existe e tem seu sentido de ser. Ao mesmo tempo que resgatamos memórias e as registramos de modo cronológico no infográfico, alimentamos a memória de estudantes, de docentes e de saudosos que passaram por ali.

No que diz respeito à produção textual em si, no contexto do projeto de ensino, devemos considerar a emergência de um gênero discursivo que emoldurou um conjunto de enunciados produzidos para atender ao projeto discursivo de trazer a cronologia dos fatos que compõem a história de um curso e de alguns de seus personagens. Para esse projeto discursivo, como já dissemos, caberiam outros gêneros do campo jornalístico, mas não com o mesmo propósito de tornar mais atraente a leitura.

Sem dúvida, o infográfico, no papel que lhe cabe dentro do campo jornalístico, cumpre a função de facilitar a compreensão dos fatos por parte do leitor. O seu caráter, quase que invariavelmente, verbo-visual procura “traduzir” o conjunto de informações que, sozinhos, outros gêneros de categoria informativa (notícia e reportagem) nem sempre conseguem, claro, a depender da

natureza dos fatos. Sem esquecermos, evidentemente, a maneira como os acontecimentos, enformados por um infográfico, seriam, com menor esforço, consumidos.

No caso do infográfico hipermediático, sua configuração se estabelece pelo suporte digital. Se, por um lado, o acesso às informações confere ao leitor mais autonomia, pela possibilidade de fazer a escolha, por um clique na tela, daquilo que gostaria de saber e conhecer sobre determinado(s) relato(s) jornalístico(s), por outro, sua produção depende de conhecimentos técnicos de ferramenta de edição e design, além de exigir mais tempo, o que dificulta sua capilarização.

Já há estudos sobre o gênero discursivo infográfico, em suas diferentes composições, impresso e digital, com diferentes propósitos: descrição de suas características e funcionalidades, análise de enunciados/discursos por ele materializados, produção de material didático para formação docente etc. No caso desse nosso estudo, o protagonismo do gênero infográfico hipermediático em foco pode se justificar pelas circunstâncias apresentadas, de integrar edição especial comemorativa, quando outros gêneros discursivos foram agenciados, mas nenhum capaz de reunir tantos dados e informações de uma importante história.

REFERÊNCIAS

ALVES, R. V. PerCURSO de Letras UEM: 50 anos de histórias e memórias. **O Consoante**, 2017. Disponível em: <http://oconsoante.com.br/2017/11/15/infografico/>. Acesso em: 29 jun. 2022.

ALVES, R. V. **O gênero discursivo infográfico hipermediático na condição de material didático**: proposta de intervenção direcionada a um curso de Letras EaD. 2019. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019.

ALVES, R. V.; FRANCO, N. O infográfico é (ou não) um gênero? *In: Congresso Nacional De Linguagens E Interação, 5., 2017, Maringá. Anais [...]* Maringá: UEM, 2017.

ARAÚJO, J. C. Transmutação de gêneros na web: a emergência do chat. *In: MARCUSCHI, L. A; XAVIER, A. C. (org.). Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção do sentido, 2010. p. 109-134.*

BAKHTIN, M. M. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

BARBOSA, J. P.; SIMÕES, P. H. O. Letramento midiático no ensino de português: a formação da contrapalavra crítica. **Revista Linha D'Água** (Online), São Paulo, v. 30, n. 2, p. 71-91, out. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/127663>. Acesso em: 30 jun. 2022.

BITTENCOURT, R. L.; FERREIRA, D. A.; ROCHA, A. M. M. Letramento midiático: um olhar além da sala de aula. **Revista LENDU – Linguagem, Ensino, Educação, Criciúma**, v. 4, n. 1, p.1-10, 2015. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/lendu/article/view/2613>. Acesso em: 30 jun. 2022.

BONINI, A. Jornal escolar: gêneros e letramento midiático no ensino-aprendizagem de linguagem. **RBLA**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 149-175, 2011.

CAIRO, A. **Infografia 2.0**. Madrid: Alamu, 2008.

CANAVILHAS, J. M. M. Do jornalismo online ao webjornalismo: formação para a mudança. **Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação (BOCC)**, 2006. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-jornalismo-online-webjornalismo.pdf>. . Acesso em: 25 jun. 2022.

COSCARELLI, C. V.; RIBEIRO, A. E. Leitura e produção de infográficos em aulas de língua materna. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 22, n. 1, p. 87-104, 2022.

GERALDI, J. W. **Portos de passagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

MANDAJI, C. F. S.; SORANZO, F. Letramento multissemiótico: uma abordagem dos regimes de interação em infográfico. **Papéis**, v. 20, n. 39, p. 78-105, 2016.

PIZA, D. **Jornalismo cultural**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

POLATO, A. D. M.; FRANCO DE OLIVEIRA, N. A. A produção textual escrita e os gêneros jornalísticos: um percurso dialógico na formação inicial em Letras. *In*: PERFEITO, A. M.; RITTER, L. C. B.; KRAEMER, M. A. D. (org.). **Gêneros discursivos**: possibilidades e reflexões de abordagens pedagógicas em práticas languageiras. São Carlos: Pedro e João editores, 2016. p. 95-142.

RIBAS, B. Infografia Multimídia: um modelo narrativo para o webjornalismo. *In*: CONGRESO IBEROAMERICANO DE PERIODISMO EN INTERNET, 5., 2004, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2004. p. 1-16.

RIBEIRO, A. E. **Textos multimodais**: leitura e produção. São Paulo: Parábola, 2016.

RODRIGUES, A. A. **Infografia interativa em base de dados no jornalismo digital**. 2009. 130 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

RODRIGUES, K. C.; BIERNATH, C. A. G. História da infografia: da mera ilustração à valorização narrativa. *In*: ENCONTRO

NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 10., 2015, Porto Alegre.
Anais [...]. Porto Alegre: Alcar, 2015. p. 1-11.

TEIXEIRA, T. **Infografia e Jornalismo**: conceito, análises e perspectivas. Salvador: EDUFBA, 2010.

VOLÓCHINOV, V. N. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2006.

ZAVAM, A. S. Transmutação: criação e inovação nos gêneros do discurso. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 12, n. 1, p. 251-271, 2012.

BALBÚRDIA, CORTE E CONTINGENCIAMENTO NA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA EM PÁGINAS ACADÊMICAS NO FACEBOOK¹

Elaine de Moraes Santos
Amanda da Silva Duarte

O discurso cotidiano carrega as marcas da ordem cotidiana e são algumas dessas marcas que queremos apreender, para poder explicitar, através do método discursivo de análise, a maneira pela qual o sujeito se coloca no cotidiano, como ele lida com a tensão constitutiva das relações interpessoais, com seus direitos, deveres e responsabilidades (LAGAZZI, 1988, p. 47).

INTRODUÇÃO

Com o cenário polarizado das eleições presidenciais de 2018, nas ruas e nas redes, vimos emergir um complexo feixe de relações marcadas por incertezas. Anunciados desde 2016, com a destituição de Dilma Rousseff, os novos rumos do Brasil foram traçados a partir de discursos intolerantes, de ataques às minorias, da rememoração de um passado ditatorial que seguiu produzindo seus efeitos.

A reatualização dessa memória, em outros tempos e espaços, consiste em “marcas da ordem cotidiana”, como situam os ditos de Lagazzi (1988), que compõem a nossa epígrafe. A autora ressalta a relevância de se analisar o modo pelo qual o sujeito se aloca nas diversas esferas de sua existência, sobretudo ao lidar com as tensões que constituem relações interpessoais (LAGAZZI, 1988).

¹ Um primeiro recorte deste texto foi apresentado, oralmente, no IX Seminário de Estudos em Análise do Discurso (SEAD) pela Prof.^a Dr.^a Elaine de Moraes Santos, sob o título “Balbúrdia, corte e contingenciamento: sentidos e práticas de resistência em páginas acadêmicas no Facebook”, e a discussão foi expandida para o presente gesto de leitura.

Respeitadas as diferenças contextuais entre a fala da pesquisadora e o resgate-recorte aqui estabelecido, também de incômodo, colocamos-nos, na arriscada ordem do dizer, para falar da política brasileira de nossos tempos.

Ao fim da corrida eleitoral de 2018 e em condições de possibilidade bastante adversas, deparamo-nos com um Lula em situação de “encarceramoro”, e a copresentificação (SANTOS, 2014) de um “trumpnaro” ou “bolsohitler” eleito presidente no pleito cujo resultado recém dilacerava nossos corpos, com feridas que não sabemos determinar se possuem cicatrização. Com a posse, uma série de atos marcaram o governo e, dentre eles, a troca constante de ministros da educação que, cada um a seu modo, foram protagonistas de polêmicas no âmbito político-midiático.

Cientes desse cenário e à luz do escopo teórico-metodológico da Análise do Discurso de orientação francesa, mais afinada aos pressupostos foucaultianos, nosso exercício analítico tem por objetivo problematizar as condições de emergência de páginas do Facebook destinadas a responder às provocações do então ministro da educação Abraham Weintraub no que tange à importância e aos modos de funcionamento das universidades públicas, principalmente.

Tomando as ponderações de Gallo (2019, p. 17), de quem compartilhamos da mesma necessidade de esclarecimento, “[...] não entendam este gesto como de alguém que aprecia remoer o passado, mas um gesto de busca de compreensão das questões discursivas, e por que não dizer, afetivas” que seguem reclamando nossa leitura. Desse modo, discutimos, inicialmente, a emergência da “balbúrdia” enquanto caracterizadora do ambiente universitário e, em seguida, problematizamos o funcionamento das redes sociais como locais de denúncia e resistência.

ENTRE O CORTE E O CONTINGENCIAMENTO: A CARACTERIZAÇÃO DOS/DAS INTELECTUAIS NO BRASIL DE 2019

O efeito de polarização potencializado desde o golpe de 2016 e cujo ápice fez reverberar, durante as eleições, o confronto entre Formações Discursivas (doravante FD) antagônicas, como o ocorrido na disputa entre as #elesim e #elenão, continua ecoando por entre seus mais de 700 dias na eternidade do governo liderado por Jair Bolsonaro. Dentre os resquícios ou, por que não dizer, no exercício do novo mandato, as mais variadas esferas de vivência dos brasileiros ficaram comprometidas com as incertezas produzidas por um parlamentar que se manteve no silêncio durante sete mandatos enquanto deputado federal.

Quando se propôs a ocupar o cargo mais elevado do poder executivo, desde as propostas eleitorais, sua candidatura foi marcada pela promessa de que, se eleito, a escolha de seus ministros seria estabelecida por critérios técnicos. Na área da educação, o filósofo Ricardo Vélez Rodríguez foi o primeiro a assumir o posto. Após uma série de polêmicas envolvendo, por exemplo, alterações nos livros didáticos² e o pedido de leitura do slogan governamental nas escolas, o ministro foi demitido, permanecendo no cargo apenas até abril de 2019.

Seu sucessor, o economista Abraham Weintraub, ocupou o cargo de abril a junho de 2020. Não menos controverso, o novo representante da área educacional seguiu provocando debates na rede, principalmente em função de suas publicações constantes no Twitter. Já no mês de sua posse, matérias jornalísticas, noticiários, *timelines*, veiculavam o embaralhamento do que tradicionalmente separa o que é público ou privado. Na profusão de tantos ditos na internet, insurgiram, então, enunciados como:

² Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/04/politica/1554334968_202816.html. Acesso em: 19 out. 2020.

1. MEC cortará verba de universidade por 'balbúrdia' e já enquadra UnB, UFF e UFBA³.
2. Universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia, terão verbas reduzidas⁴.
3. A universidade deve estar com sobra de dinheiro para fazer bagunça e evento ridículo.
4. Sem-terra dentro do câmpus, gente pelada dentro do câmpus.
5. Quando vão na universidade federal fazer festa, arruaça, não ter aula ou fazer seminários absurdos que agregam nada à sociedade, é dinheiro suado que está sendo desperdiçado num país com 60 mil homicídios por ano e mil carências.

Entendendo com Orlandi (1992), no que tange ao caráter de incompletude da linguagem, que nem sujeitos, nem discursos, nem sentidos podem ser tomados como prontos ou acabados, dado que eles se (re)constroem continuamente no movimento do simbólico e da história, é que vemos a irrupção desses enunciados, determinados por uma FD de extrema direita, na mobilização do que Indursky (2019, p. 30) chama de “[...] uma forma específica de língua que vou designar de língua fascista”. Uma língua que a própria autora situa enquanto produtora de sentidos na ordem do “[...] impensável, do impossível de se dizer em uma democracia” (INDURSKY, 2019, p. 31).

Em 2019, entre derivas, disputas e deslizes de sentidos, no real da língua e da história, na rotulação como “balbúrdia”, ou na formulação de designações distintas, o “corte” versus “contingenciamento”, podem até se situar no rol dos substantivos abstratos em vários manuais de gramática, mas o bloqueio de “30%” dos recursos educacionais foram mais que concretos. Juntos, os elementos nominais deram origem, no limiar de sua acontecência, a uma infinidade de mobilizações das cidades

³ Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,mec-cortara-verba-de-universidade-por-balburdia-e-ja-mira-unb-uff-e-ufba,70002809579>. Acesso em: 19 out. 2020.

⁴ Os enunciados de 2 a 5 são trechos das falas do ministro na entrevista disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/mec-cortara-verba-de-universidade-por-balburdia-e-ja-mira-unb-uff-e-ufba/>. Acesso em: 19 out. 2020.

universitárias, nos espaços urbanos nos municípios, onde pesquisadores de diferentes áreas foram afetados, sobretudo no que Gallo e Silveira (2017) chamam de *espaços enunciativos informatizados*.

Ódio contra o professor, irrupção de discursos institucionais que se colocam a determinar o que (não) pode ou (não) deve ser dito nas instituições de ensino, nos materiais didáticos e até na própria vida pessoal, nada exemplar, dos “docentes-criminosos”, *serial killers* da família, da moral, daquilo que deve se manter na ordem do “acima de tudo, de todos”, mas abaixo do denominado mito. A fim de nos explicar, resgatamos outra vez, um *já-dito* conhecido, e que funciona, agora, como um sopro de esperança na democracia, de um Lula finalmente livre: “nunca antes da história deste país”, precisamos entender o tripé ensino, pesquisa e extensão enquanto pilar para um diálogo efetivo com a parcela da sociedade que tanto tem o direito de conhecer nossos limites e nossos alcances, sobretudo na produção e na circulação de saberes, na formação humana e, finalmente, na escrita da nossa história.

Por parte do governo federal, emergiram ameaças anunciando o fim da estabilidade do funcionalismo público; os sintagmas (nem tão) conspiratórios (assim) quanto ao fim dos concursos; o anúncio dos cortes de bolsas na pós-graduação e a conseqüente corrida desenfreada por pensar, ainda mais, na avaliação da Capes, dado que, sem nota superior ao conceito 5, o espaço da pesquisa *stricto sensu* ficará ainda mais restrito, com a impossibilidade de receber recursos do MEC; as privatizações; os pedidos de menos politização dos pareceres de órgãos de fomento, de revistas, de instâncias institucionais, ou seja, do que não tem como ser apolítico; as negações de espaço e recurso financeiro para ações de extensão, propostas de pesquisa, organização de eventos, dentre outras questões.

Com tal empreendimento, esboçamos os traços de uma história descontínua, com Foucault (2008, p. 291), que faz aparecer “[...] diferentes estratos de acontecimentos, dos quais uns são visíveis [...] e [...] debaixo desses acontecimentos que são de qualquer forma a espuma da história, há outros acontecimentos

invisíveis, imperceptíveis para os contemporâneos [...]”. Embora as ameaças e os ataques tenham sido veiculados em grandes plataformas de comunicação e nas mais variadas esferas da sociedade, a opacidade da linguagem e os distintos posicionamentos políticos podem fazer com que os perigos do discurso que evocam a balbúrdia permaneçam exercendo seus efeitos de modo silencioso.

Projeto governamental e legitimidade institucional são os signos que seguem materializando investidas contra a educação e os profissionais que exercem suas funções nessa área. No interior das (re)atualizações históricas, parece-nos que, novamente, os intelectuais foram alvos da politização anunciada por Foucault (2018a, p. 131), que era atravessada pela rejeição e/ou perseguição desse sujeito “[...] no momento mesmo em que as ‘coisas’ apareciam em sua ‘verdade’, no momento em que não se devia dizer que o rei estava nu”. A essa altura, nós estreitamos as menções às universidades como um todo e focalizamos, sobretudo, os cursos da área de Ciências Humanas e Sociais que, no escopo de seus estudos, esbarram, frequentemente, com problematizações que focalizam o histórico-social.

Sem minimizar os esforços dos demais campos do conhecimento, resgatamos, nas palavras de Gallo (2019, p. 29), a expressão articulada de nossos sentires mais difusos, com o anúncio de que “[...] estamos sendo acuados. Nossa produção científica, nossa área (a das ciências humanas), nossa especialidade [...] então precisamos discutir sobre essa pertinência, entre nós, mas não só entre nós”. No acontecimento em análise, mais do que a deslegitimação do nosso domínio de estudos – caracterizado como desnecessário para a população, também somos – nós, professores e pesquisadores – acusados de uma série de atos contra a “família tradicional brasileira”.

Tal quebra com a estrutura que predispõe papéis validados aos indivíduos que estão na universidade provoca, como pudemos ver, contra-ataques sofisticados. A obediência às instituições, sobretudo as governamentais, é o enunciado de ordem. Quando

escapamos dessa lógica disciplinar, em termos foucaultianos, a sanção é utilizada enquanto forma de controle. É, pois, nessa medida que o corte de verbas é justificado, afinal, alguns estudantes, professores e demais integrantes do ensino superior estariam, supostamente, promovendo balbúrdias, reflexões desnecessárias, além de gasto inadequado do dinheiro público.

Conforme ressalva o filósofo francês, a população não necessita mais que os intelectuais atuem como uma ponte para o saber, pois ela já sabe e, de certo modo, conhece até melhor os objetos (FOUCAULT, 2018a). O problema instaurado é de outra ordem: há mecanismos de regulação e controle dos discursos que invalidam o saber proveniente de determinados locais. Desse modo, segundo Foucault (2018a), a atuação dos sujeitos é voltada para o enfrentamento das forças em vigor, de forma a ocupar o seus lugares justamente para questioná-los.

As revoltas, no entanto, não são aderidas por todos, nem se desenvolvem da mesma maneira, devido às múltiplas coerções a que estamos em contato direto. A esse respeito, Resende (2019, p. 131) afirma que “[...] um dos efeitos que o medo provoca é a obediência. Por medo, o indivíduo obedece. Obedece até pelo medo de perder (alguma) liberdade de obedecer que ele julga ter”. Nas instituições de ensino, vigora o receio de perderem ainda mais verbas, de terem o seu exercício intelectual regulado, de sofrerem penalidades pelas pesquisas que desenvolvem, de serem perseguidos por questionarem o governo vigente, por não terem a infraestrutura necessária, dentre uma lista extensa de outras possíveis repressões.

Representativa desse exercício, a emergência do “contingenciamento”, depois da alta projeção social da ação do ministro, já recupera o caráter temporário e punitivo da medida. Para estabilizar os efeitos do ataque à educação como um todo, a estratégia adotada foi a menção àquilo que é considerado erro do professor/pesquisador. Assim, o dinheiro seria devolvido apenas quando esses sujeitos voltassem a seguir as exigências governamentais, sendo a primeira delas, se é que assim podemos

elencar, a obediência irrefletida e o silenciamento em face aos eventos histórico-sociais.

Enquanto ferramenta de resistência às investidas contra a ciência e a educação, principalmente no alcance assumido entre usuários, as dizibilidades digitais têm chamado a atenção nos trabalhos desenvolvidos no SuDiC – Grupo de Pesquisa em Corpo, Sujeito e(m) Discursividades (político)mediáticas, no âmbito da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Na orientação de discentes da iniciação científica à pós-graduação, em reuniões e nas vivências diárias, entre balbucios ainda disformes, temos formulado que a crise teve um lado ao menos consolador: uniu os pares, e ensinou algumas lições sobre o quanto nossa circulação pela urbanidade segue restrita, por vezes, às chamadas cidades universitárias, nos espaços físicos ou aos *espaços enunciativos informatizados* (GALLO; SILVEIRA, 2017) institucionais. Focalizando as inquietações elencadas, discutiremos, na próxima sessão, as especificidades do discurso nas redes sociais digitais.

REDES SOCIAIS DIGITAIS: DO ATAQUE À RESISTÊNCIA

Nas redes sociais, deslocados das esferas de circulação presenciais, os usuários se inserem em uma ordem específica, na qual a ausência do corpo físico possibilita certas alterações nas formas de dizer. Ainda, há certas ferramentas que permitem identificar os sujeitos que estão no foco do *olho do poder* – como é o caso dos perfis verificados, mas, considerando as características das outras mídias, ousamos dizer que, nesse meio, as interdições se tornam mais esparsas.

De acordo com Silveira (2015, p. 58), a distinção entre perfis midiáticos, políticos e dos sujeitos ordinários se mantém, visto que o último grupo atua na “[...] esfera de reprodução, comentário e circulação desses discursos”. Embora seja considerada um ambiente informal, a internet, com uma série de leis que a regulamentam, também evoca certo controle do que é dito. Em uma tentativa de situar uma de suas especificidades, consideramos que foi forjado um

instrumento de troca para aqueles indivíduos a quem, antes da emergência das redes sociais, era facultado apenas o ouvir.

No interior dos processos de ressignificação dos domínios institucionais, que agora se colocam a ter que dialogar, ler e ouvir a população, ainda que meio sem jeito certo, também se faz regular derivas de significação que acionam, cada vez mais, a polarização. Esse processo, segundo Miguel (2019, p. 111), “[...] conduz a uma redução brutal da possibilidade de debate entre grupos políticos adversários”, promovendo, como ele próprio observa, a potencialização das *fake news*⁵.

De acordo com o autor, a chamada “crise da democracia” ou “desdemocratização” não figura como um efeito discursivo, mas como uma convocação para novas, crescentes e ininterruptas formas de resistência (MIGUEL, 2019). Afinadas aos seus pressupostos, temos procurado pensar como o cenário de crise instaura uma ruptura necessária, porém desgastante, no que já era para além de emergente.

Após uma série de violências direcionadas à prática docente, em diferentes níveis de escolaridade, promovida pela troca constante de ministros no governo em exercício e por seus posicionamentos frente à educação, as numerosas publicações nas redes sociais marcavam um confronto longe de ser resolvido. Para além da disseminação de informações falsas por apoiadores, a reafirmação de si e a defesa de apreciações políticas têm sido cada vez mais regulares. Em outras palavras, não só notícias adulteradas têm circulado, mas, em tempos de legitimação do discurso de ódio no Brasil, dizeres ofensivos, preconceituosos e discriminatórios estão sendo pronunciados, sob a proteção de uma suposta liberdade de expressão ilimitada.

⁵ Neste texto, concebemos as Fake News na esteira de Sargentini e Chiari (2019, p. 455), que as analisam, no contexto das eleições de 2018, enquanto amplificadoras do discurso da mentira, além de observarem que elas são “[...] distribuídas, sobretudo, pelas redes sociais (especialmente Facebook, Twitter e WhatsApp)”.

Em tais condições, na esteira das teorizações foucaultianas, concebemos que, sendo as relações de poder produtivas, elas não existem sem os movimentos de resistência (FOUCAULT, 2018b). Para o filósofo francês,

Cada luta se desenvolve em torno de um foco particular de poder [...] E se designar os focos, denunciá-los, falar deles publicamente é uma luta, não é porque ninguém ainda tinha tido consciência disto, mas porque falar a esse respeito – forçar a rede de informação institucional, nomear, dizer quem fez, o que fez, designar o alvo – é uma primeira inversão de poder, é um primeiro passo para outras lutas contra o poder (FOUCAULT, 2018a, p. 138-139).

Nesse sentido, mesmo no digital, os ataques são enfrentados e modificados. Por meio de publicações realizadas em seus próprios perfis ou pelo engajamento com as postagens de outros usuários, os gestos empreendidos na rede podem difundir as respostas às ofensas sofridas, fragmentar as maquinarias de *fake news*, promover as ações realizadas nas universidades e possibilitar descontinuidades na prática governamental que se fortaleceu, no Brasil, a partir de 2016, entre uma série de outros mecanismos.

Mesmo que propagadas por sujeitos não identificados, que se utilizam de avatares⁶, as oposições aos desmontes no ensino apontam sua força não apenas pela causa que reivindicam, mas, também, pela retirada sucessiva de ministros que nada mais fizeram do que atentar contra as instituições educacionais. Além disso, no Facebook, especificamente, os números de engajamento, sejam eles curtidas, comentários ou compartilhamentos, são visíveis para os usuários e publicizam tanto as reações dos internautas, quanto o número de (não) apoiadores de determinada postagem.

Quando adentramos o panorama de tais confrontos, deparamo-nos com a (des)organização das recusas, uma vez que as resistências “[...] introduzem na sociedade clivagens que se

⁶ Schons e Fukue (2012, p. 350) discorrem que a função-avatar diz respeito ao “[...] sujeito-autor que, para se ver livre de amarras institucionais e seus sistemas de controle, utiliza-se de um Avatar (o anonimato ou o nickname), que o substitui no ciberespaço”.

deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e os remodelando [...]” (FOUCAULT, 2018b, p. 105). As respostas em rede, portanto, caracterizam as investidas contra a repressão, as disputas do poder, a formulação de novos modos de existência ou, por que não, a reiteração de quem somos.

DUAS PÁGINAS DE/SOBRE BALBÚRDIA NO FACEBOOK

Concebendo, com Foucault (2019, p. 158), o *arquivo* como “[...] a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares [...] o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa [...]”, voltamo-nos para publicações realizadas nas páginas “Registro das balbúrdias na UFMS” e “Registro das balbúrdias na UFRJ”, no Facebook.

Pela urgência do período e as condições de possibilidade que delinearão o acontecimento, selecionamos ambas as páginas para ilustrar um processo que foi regular na historicidade dos eventos retratados. Trata-se de duas, dentre tantas outras instituições⁷, com postagens, comentários, compartilhamentos e manifestações de estudantes, professores, técnicos, pesquisadores e terceirizados, que fizeram circular conteúdos direcionados tanto à divulgação do cotidiano acadêmico nas universidades, quanto à assunção do caráter de prestação de contas acerca de como (não) são empreendidos os investimentos em educação nas Instituições Ensino Superior do país.

Na observação inicial das discursividades digitais na página da UFMS, por exemplo, mantêm-se postados os conteúdos divulgados apenas no mês de maio de 2019, quando eclodiram

⁷Apesar do recorte realizado, existem outros perfis alinhados à proposta das manifestações. Em 2021, páginas como a “Registros da balbúrdia no IFSP-Pep”, “Registros da balbúrdia na UFPR”, “Registros da balbúrdia na Unifesp” e a “Registros da balbúrdia na UFRJ”, por exemplo, continuam disponíveis no Facebook.

movimentos estudantis e matérias jornalísticas com a cobertura das falas dos ministros. Na da UFRJ, ainda há duas publicações em junho de 2019, com divulgação de edital – sem, portanto, atender aos propósitos de divulgar as balbúrdias – e uma em setembro do mesmo ano, comunicando uma greve⁸.

Na dispersão dos conteúdos, inicialmente, o perfil da UFRJ publica mais links de matérias em circulação em outras mídias, com coberturas de seus feitos. Quando começaram a adentrar, de fato, nas engrenagens de um funcionamento-publicização, os *posts* se tornaram mais próprios. Nas duas universidades, sem mencionar tantas outras que perfazem os jogos de resistência, instala-se a profusão de fotos de laboratórios, ações de atendimentos à sociedade, aulas, cursos, geração de produtos, oferta de serviços, divulgação de premiações alcançadas ou do lugar ocupado em *rankings*.

Assim, o que as duas materialidades digitais que compõem o nosso *corpus* reclamam é a nossa atenção para a forma como o funcionamento ou a lógica das discursividades no espaço movente do digital tem implicado a ressignificação de relações sociais, dentro e fora da rede. Na Sequência Enunciativa (SE) I de nossas análises, os administradores da página da UFMS afirmam que

Figura I – Sequência Enunciativa I



Fonte: *arquivo* próprio.

⁸A checagem das publicações foi realizada pela última vez, neste trabalho, em 25 de fevereiro de 2021.

Na SE I, uma das primeiras publicações da página “Registros da balbúrdia na UFMS”, os moderadores delimitam o objetivo da página: “[...] mostrar a balbúrdia que acontece diariamente em nossa instituição”. Considerando que, no digital, os empreendimentos de (contra) resistência são frequentes e alternam rapidamente, o pronome possessivo “nossa” produz sentidos quanto ao espaço como criado por sujeitos que integram essa IES. Em outras palavras, nas derivas de significação do substantivo “balbúrdia”, no período de análise, a página poderia ter sido formulada a partir do lugar discursivo ocupado por apoiadores do governo e das ações do ministro e, dessa forma, seu funcionamento poderia ser o de confirmação de que, efetivamente, a universidade não produz resultados.

Além disso, o verbo “mostrar” produz sentidos de demarcação, nas redes, de refuta aos dizeres a respeito do funcionamento da IES. Com o embate ocorrendo no domínio midiático, a presença de manifestações contrárias às afirmações do ministro registram a multiplicidade de práticas que envolvem as universidades e que, portanto, não podem ser resumidas às opiniões do representante governamental. Com o corte de 30% nos repasses do orçamento, a UFMS perdeu 30 milhões de reais⁹, e o valor subtraído produziu seus efeitos nas mais diversas áreas do conhecimento – não só nas Ciências Humanas, ramificação a que a balbúrdia é frequentemente atribuída.

A convocação dos professores e alunos corrobora, também, para o apelo a estratégias de reunir dizeres que forneçam instrumentos para a luta em questão. Para Foucault (2018a, p. 278-279), existem, na sociedade, “[...] relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e

⁹Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2019/05/07/ufms-perde-r-30-milhoes-com-corte-de-verba-para-universidades-federais-anunciado-pelo-governo-federal.ghtml>. Acesso em: 10 nov. 2019.

um funcionamento do discurso”. Assim, a reunião de práticas que se encontram pelo eixo científico soma distintas vozes, corpos e produções que, no conglomerado de sua discursivização, constituem as mobilizações no acontecimento.

Nas *descontinuidades históricas*, observamos, também, as alterações nos modos de controle do exercício docente. Com Ricardo Vélez Rodríguez, o primeiro a assumir o ministério da educação no governo Bolsonaro, os conflitos ocorriam em função da (proibição da) filmagem e exposição dos professores nos momentos em que os alunos as julgavam ser de “doutrinação esquerdista”. Já com e a partir das decisões de Weintraub, os educadores, os pesquisadores e os discentes foram convidados a enviar algum material para ser postado, pois deveriam se defender.

Enquanto regularidade nas duas situações, notamos a atualização da vigilância dos ambientes universitários. A diferença entre elas se encontra no modo como os professores foram expostos: no primeiro caso, perpassam práticas de vigilância e controle, conforme as posições que (não) se alinhavam à ideologia do presidente. No segundo, como resposta às acusações, emerge o estímulo à publicação de trabalhos e feitos como forma de comprovar o pleno exercício das funções acadêmico-educacionais.

Retomando as palavras do filósofo francês, “[...] somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder” (FOUCAULT, 2018a, p. 279). Entre a “balbúrdia” e o corte, portanto, a instituição da periculosidade intelectual e política de quem integra as universidades se configura enquanto um dos alvos do bolsonarismo¹⁰ nas redes.

Indesejáveis, ao menos, por uma parcela da sociedade, com as denúncias no Facebook, esses sujeitos forjam domínios outros de resistência. É, virtualmente, que “seguimos na luta”, conforme

¹⁰ Ao tratar de tais práticas, Almeida (2019) problematiza a relação entre o denominado “Evangelismo” e o governo em exercício.

afirmação disponível na postagem. E, nas viragens da *heterotopia* (FOUCAULT, 2013) com o digital, é criada uma “[...] ilusão que denuncia todo o resto da realidade como ilusão, ou, ao contrário, criando outro espaço real tão perfeito, tão meticuloso, tão bem disposto quanto o nosso é desordenado, mal posto e desarranjado” (FOUCAULT, 2013, p. 28). Então, se as produções acadêmicas não fossem expostas na rede, atestando que estavam sendo desenvolvidas, os efeitos de sua existência material poderiam ser mínimos, afinal, o discurso de ordem do período era o de deslegitimação das universidades.

Na segunda materialidade selecionada para nosso debate, a dizibilidade postada na página da UFRJ comparece como discurso de solicitação:

Figura 2 – Sequência Enunciativa II



Registros da balbúrdia na UFRJ 14 de maio de 2019 · 🌐

Compartilhem as publicações com quem não estuda na UFRJ e/ou não conhece a instituição! É mais importante o acesso deles ao conteúdo das postagens do que aos próprios alunos compartilhando entre si.

Mostrem o valor da universidade ao público.

Lembrando que convidamos os senhores e as senhoras a nos enviar todos os destaques que vocês acreditam merecer atenção.

👍❤️ 78 1 comentário 9 compartilhamentos

👍 Curtir 💬 Comentar ➦ Compartilhar

Fonte: *arquivo* próprio.

Na SEII, a solicitação da página “Registro da balbúrdia na UFRJ” é a de que seguidores “compartilhem as publicações [...] mostrem o valor da universidade ao público” e enviem os seus destaques para a página. Em uma dinâmica voltada, de um lado, à propagação das atividades e, de outro, à ultrapassagem dos limites da universidade, vemos o funcionamento de uma territorialidade

intelectual que entra em risco devido ao embate desenvolvido, principalmente, na internet.

O jogo instaurado faz emergir as divisões espaciais e imaginárias – se é que podemos nomear dessa maneira – entre a academia e a sociedade. Entre as publicações-denúncia, é possível observar, regularmente, os projetos de ensino, pesquisa e extensão que integram público interno e externo às faculdades, mas não apagam o recorte social feito pelo ingresso no nível superior, uma vez que as vagas são limitadas e nem todos que entram conseguem seguir estudando. Essas brechas, aliadas às pequenas inflamações que provêm do esforço para deslegitimar o discurso científico, são ferramentas proíficas para a disseminação de dizeres que invalidam tais locais.

Discutindo a figura de um físico atômico que trabalhou no período da Segunda Guerra Mundial, Foucault (2018a, p. 48) discorre que, “[...] pela primeira vez o intelectual foi perseguido pelo poder político, não mais em função do seu discurso geral, mas por causa do saber que detinha: é neste nível que ele se constituía como um perigo político”. Nas atualizações do movimento descrito pelo filósofo francês e nos voltando para as práticas filiadas ao apoio ao governo vigente, embora observemos práticas de maior valorização das Ciências Sociais Aplicadas, as Exatas e as Ciências da Saúde, é possível afirmar que o saber científico provoca rupturas nos “achismos” disseminados pela negação da história (principalmente a de nosso passado ditatorial), pela recusa às pesquisas desenvolvidas, pelo sucateamento dos ambientes escolares, e, em 2020, pelas receitas distribuídas sem comprovação para a cura da Covid-19¹¹. A soma desse desmonte produz brechas

¹¹ Em 2020, o mundo iniciou a passagem por uma experiência de dimensões ainda não mensuráveis para tentar diminuir a transmissão de um novo conjunto de vírus que, segundo dados do Ministério da Saúde, causa infecções respiratórias – o novo coronavírus ou Covid-19. No Brasil, negacionismo à ciência, distribuição de medicamentos não comprovados para a prevenção, recusa ao uso de máscaras e minimização dos efeitos da doença são algumas das polêmicas disseminadas por sujeitos que, em geral, são alinhados ao governo de Jair Bolsonaro.

nas ofensivas engendradas a partir da candidatura e da posse do chefe de estado.

As respostas, mesmo que assumissem os espaços urbano-presenciais, como os protestos realizados nas IES contra os cortes, adquirem, no midiático, a possibilidade de se multiplicarem mais rapidamente. Na junção entre replicação e velocidade, a partir das eleições de 2018, segundo Sargentini e Chiari (2019, p. 456), a propagação de influenciadores nas redes sociais produziu “[...] bolhas de usuários com interesse em política nas redes sociais [...] e a distribuição de mensagens por WhatsApp alcançaram enormes índices com suspeita de participação de robôs contratados para impulsionar as postagens”. A disputa em rede, portanto, é caracterizada pela presença de humanos e robôs que, através do acúmulo, conquistam o espaço de maior visualização.

Trata-se de uma lógica algorítmica¹² pautada no número de engajamentos e nas preferências dos internautas. É uma luta cuja instauração de um pretense vencedor é sempre adiada em função das frequentes alternâncias em rede. E se a divulgação científica não basta para assegurar a garantia do direito a uma educação pública, gratuita e de qualidade no Brasil, os enfrentamentos, a abundância de publicações e os compartilhamentos se tornam uma das táticas básicas para apontar as estabilizações e, até mesmo, as inconsistências nos pronunciamentos dos governantes.

O convite aos “[...] senhores e as senhoras a nos enviar todos os destaques que vocês acreditam merecer atenção”, feito por sujeitos moderadores da página, pode apontar para a distinção entre áreas consideradas mais ou menos importantes na universidade. Longe de ecoarmos o repetido – e repellido – enunciado “estamos todos no mesmo barco”, compreendemos que o envio das publicações pelos usuários, mesmo que centralizado

¹² De acordo com Machado (2018, p. 46), em discussão acerca do funcionamento dos algoritmos no Facebook “[...] a personalização de conteúdo recebido por cada usuário é vital não apenas para permitir que eles recebam as postagens mais relevantes (de acordo com os critérios de relevância da empresa), mas também para atingir os objetivos do mercado publicitário [...]”.

em campos específicos do conhecimento ou realizado por quem tem acesso à internet, já caracteriza os gestos de denúncia e resistência que nos propomos a discutir.

Entre idas e vindas em um processo que segue mobilizando debates no Facebook e nas demais redes sociais, entendemos que, em ambas as Sequências Enunciativas, como regular, está o ainda tímido engajamento do público almejado, se olharmos apenas curtidas, comentários ou compartilhamentos. Além disso, enquanto ferramenta de defesa e ataque, insurge uma espécie de sarcasmo-provocação por parte dos internautas, seja em formulações, seja na utilização das páginas para a divulgação do cotidiano da vida acadêmica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste texto, traçamos escritas que perpassam insurgências na *história descontínua* da educação brasileira com a emergência da balbúrdia enquanto característica atribuída aos espaços universitários na instância do Ministério da Educação, em um período específico da história política nacional. Para tanto, focalizamos as práticas de resistência em páginas acadêmicas no Facebook e problematizamos, principalmente, as posições dos intelectuais no país e as redes sociais como possíveis locais de denúncia.

Com a criação desses ambientes e na disputa de sentidos entre o governo e as instituições de ensino superior, compreendemos que o substantivo “balbúrdia” foi ressignificado pelos movimentos estudantis, passando a funcionar como uma ferramenta de enfrentamento. Considerando que, com o passar do tempo, houve uma retração nas postagens destinadas a dialogar com a sociedade acerca das ações desenvolvidas na academia, vemos que os empreendimentos de resistência, sobretudo na instabilidade do digital e na historicidade movente, podem ser localizados e direcionados a exercícios de poder específicos.

À guisa de um encerramento, destacamos a forma como, na internet, discursivizações atreladas à intolerância, à discriminação e à manutenção do governo ascendem nos discursos político-midiáticos. Ao que o acontecimento analisado indica, estamos inseridos no interior de uma lógica bélica na qual os números de visualizadores e engajamentos mobilizam grupos opostos, a fim de tentar garantir visibilidade a determinados posicionamentos. Dentre as inúmeras possibilidades do *online*, estamos longe de chegar ao fim dessas disputas, se é que ele existe. O que fica, por enquanto, é o chamado de seguir resistindo intelectual, virtual e presencialmente, em especial nos tempos nos quais a democracia e o saber se encontram mais ameaçados ainda.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. Bolsonaro Presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 185-213, abr. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002019000100010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 fev. 2021.

FOUCAULT, M. Retornar à história. *In*: FOUCAULT, M. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Tradução: Elisa Monteiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. p. 282-295.

FOUCAULT, M. **O corpo utópico, as heterotopias**. Tradução: Salma Tannus Muchail. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 8. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018a.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018b.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2019.

GALLO, S. L. Na teoria e na prática: para onde vamos? *In*: FLORES, G. G. B. *et al.* (org.) **Análise de Discurso em rede**: cultura e mídia – volume 4. Campinas: Pontes Editores, 2019. p. 17-36.

GALLO, S. L.; SILVEIRA, J. Forma-discurso de escritorialidade: processos de normatização e legitimação. *In*: FLORES, G. G. B. *et al.* (org.) **Análise de Discurso em rede**: cultura e mídia – volume 3. Campinas: Pontes Editores, 2017. p. 171-194.

INDURSKY, F. O mal-estar na política e na cultura brasileiras, hoje. *In*: MITTMANN, S.; CAMPOS, L. J. (org.) **Análise do Discurso**: da inquietude ao incômodo lugar. Campinas: Pontes Editores, 2019. p. 27-41.

LAGAZZI, S. M. **O desafio de dizer não**. Campinas: Pontes, 1988.

MIGUEL, L. F. A disputa pela fala jornalística: empresas, profissionais e ativistas na querela das fake news. *In*: FLORES, G. B. *et al.* (org.) **Análise de Discurso em rede**: cultura e mídia – volume 4. Campinas: Pontes Editores, 2019. p. 109-124.

MACHADO, D. F. Mediações algorítmicas: o poder de modulação dos algoritmos do Facebook. **Parágrafo**, v. 6, n. 1, p. 43-55, jun. 2018. Disponível em: <http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/703>. Acesso em: 21 out. 2020.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**: no movimento de sentidos. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

RESENDE, H. Tecnologias de governo e liberdade no meio educacional. *In*: BUTTURI JUNIOR, A. *et al.* (org.) **Foucault e as**

práticas de liberdade II: topologias políticas e heterotopologias. Campinas: Pontes Editores, 2019. p. 119-133.

SANTOS, E. M. **O efeito de copresença Lula-Dilma no discurso político-midiático:** uma leitura das eleições presidenciais de 2010. 2014. 220 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.

SARGENTINI, V. M. O.; CHIARI, G. Mentirosos, corruptos e comunistas! As Fake News e o politicamente incorreto. **Discurso & Sociedad**, v. 13, p. 449-467, 2019.

SCHONS, C. R.; FUKUE, M. F. Y. Noções Introdutórias sobre a Função-Avatar e o Hiperdiscurso. **SIGNUM: Estudos da Linguagem**, Londrina, n. 15/3, p. 343-360, dez. 2012.

SILVEIRA, J. **Rumor(es) e Humor(es) na circulação de hashtags do discurso político ordinário no Twitter.** 2015. 200 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

OS RUMORES DA REDE EM SUA COMPOSIÇÃO AUDIOVISUAL

Juliana da Silveira

INTRODUÇÃO

Este artigo faz parte de um projeto maior que tem por objetivo investigar o funcionamento discursivo dos *rumores da rede*¹, mais especificamente os rumores que se formulam e circulam em espaços enunciativos informatizados (GALLO; SILVEIRA, 2017). Há alguns anos, tenho me dedicado a analisar o discurso político e ordinário na sua relação com o digital, e, para tanto, meu foco tem sido pensar o rumor e o efeito-rumor como noções pertinentes para a construção de um dispositivo teórico-analítico que me permita descrever a ordem discursiva rumoral própria desses espaços.

Em Silveira (2022, no prelo), eu me dediquei à análise de um caso que viralizou nas redes sociais WhatsApp, Facebook e Twitter, e que ficou conhecido como o caso do “primo do porteiro”². Nele, analisei a repetição de tuítes que relatavam o caso como sendo uma prova de que estaria ocorrendo uma supernotificação de mortes por Covid-19 e de que a responsabilidade seria dos órgãos e instituições estaduais e não do governo federal. Tomando o caso como um rumor do/no digital, busquei compreender de que modo

¹ Ver <https://www.julianadasilveira.com.br/>.

² No dia 29 de março de 2020, o caso do “primo do porteiro” viralizou em diferentes redes sociais e foi citado em programa televisivo pelo presidente da República, como um exemplo de supernotificação que estaria sendo praticado pelos governadores e prefeitos do país. Na versão resumida e que mais circulou, o primo do porteiro seria um borracheiro que teria morrido por causa de um acidente de trabalho (um pneu teria estourado em seu rosto) e no seu atestado de óbito teriam colocado a causa da morte como covid-19, sua família, indignada, estaria denunciando o caso nas redes sociais.

ele se relaciona com uma série de dizeres antissistema e negacionistas no interior da rede bolsonarista no Twitter que, a partir da produção de um efeito-rumor, falsificava uma assinatura coletiva ao se apropriar de discursos ordinários difusos, servindo como uma prova ordinária para o discurso negacionista do governo Bolsonaro no contexto da pandemia.

Neste percurso de investigação, no entanto, fui demandada a olhar com mais atenção para a imbricação material de diferentes materialidades significantes (LAGAZZI, 2011) que convocam um olhar atento para os modos como os rumores se formulam e circulam tendo em vista a sua forte relação com tecnologias audiovisuais. Assim, me inspiro nas incursões teórico-analíticas de Lagazzi (2021, p. 5891) que nos provoca a pensar a imagem como uma tecnologia política de linguagem, dando “visibilidade à ‘potência de captura simbólica’ desse dispositivo tecnológico em circulação, analisando o funcionamento da ideologia nos processos de identificação suscitados pela imagem”.

Sem desconsiderar a conjuntura mais ampla envolvendo esse rumor, que poderá ser observada nos demais artigos mencionados, focalizarei aqui especificamente o modo como essa produção audiovisual remete a um processo de interlocução agenciado por dispositivos técnicos de edição, que permitem olhar para a contradição das formas discursivas aí imbricadas.

O RUMOR E(M) SUA(S) MATERIALIDADE(S)

Compreender como se dá, na textualização dos rumores da rede, a imbricação de diferentes materialidades é de fundamental importância nesta análise, pois permite descrever de que modo o rumor se formula nos espaços enunciativos informatizados, uma vez que

[...] são diversas as materialidades que compõem as textualizações em análise, numa imbricação que nos demanda por compreensões acerca do funcionamento da leitura em suas derivas, em cada uma dessas diferentes estruturas (LAGAZZI, 2019, p. 179).

Desse modo, considero o rumor como um “[...] objeto simbólico constituído por diferentes materialidades significantes”. Parto, portanto, de Lagazzi (2011, p. 401) que nos convoca a

Falar do discurso como a relação entre a materialidade significativa e a história para poder concernir o trabalho com as diferentes materialidades e reiterar a importância de tomarmos o sentido como efeito de um trabalho simbólico sobre a cadeia significativa, na história.

Pensar o rumor olhando para sua composição audiovisual permite considerarmos de modo mais consequente o encontro entre materialidades significantes (LAGAZZI, 2011) e materialidade técnica (PEQUENO, 2020), considerando a dominância dos recursos audiovisuais como determinantes para pensar os modos de circulação da imagem nos espaços enunciativos informatizados. Estudar o rumor hoje obriga enfatizarmos, ainda, a sua relação entre as formas discursivas da escrita e da oralidade (GALLO, 2011) e as diferentes tecnologias de linguagem que o atravessa na contemporaneidade.

Para Lagazzi (2011, p. 401), pensar o sentido a partir de um olhar para a cadeia significativa na história requer, ainda, que pensemos as formulações tendo em vista a sua imbricação material significativa.

As formulações ‘intersecção de diferentes materialidades’ e ‘imbricação material significativa’ ressaltam que não se trata de analisarmos a imagem e a fala e a musicalidade, por exemplo, como acréscimos uma da outra, mas de analisarmos as diferentes materialidades significantes uma no entremeio da outra.

Tais proposições são de fundamental relevância para o estudo do rumor e seus modos de textualização do/no digital, uma vez que o maior desafio da análise aqui apresentada é justamente compreender de que modo as formulações audiovisuais que se inscrevem na forma do rumor não estão em “complementaridade” mas sim em uma relação de “contradição entre diferentes estruturas materiais constitutivamente falhas e incompletas” (LAGAZZI, 2011, p. 401). Aqui, a noção de composição material da

autora também nos socorre para exploramos o rumor em sua composição audiovisual constitutivamente contraditória.

Dizer que a composição material se configura pela contradição é propor que a imbricação das diferentes materialidades que compõem um material de análise se faz pelo movimento na incompletude e na falha de cada materialidade, que cada materialidade significativa se demanda na(s) outra(s) com que compõem modos de formulação, uma demanda pela constante possibilidade de estar em movimento, estar em relação a esta(s) outra(s) materialidades (LAGAZZI, 2017, p. 37).

o audiovisual que recorto para esta análise o que me chama a atenção é justamente o modo como, pelo recurso do zoom, aquele que vê é convocado a olhar para a imagem do atestado de óbito e para a voz anônima do rumor, marcando justamente sua estrutura material falha. Começo chamando a atenção para o fato de que a entrada desse caso no espaço do Twitter é realizada por meio de um tuíte escrito em 280 caracteres, acompanhado de um anexo contendo um material audiovisual. A partir de uma pesquisa pelo caso do “primo do porteiro” no mecanismo de busca do próprio Twitter, considerando na busca a data de viralização deste episódio, 28 de março de 2020, cheguei ao tuíte feito pelo perfil de @ValeriaVaniaM, que compartilhava uma gravação de uma tela de celular apresentando conteúdo publicado em um suposto grupo religioso do WhatsApp.

Figura 1 – Print perfil público de @ValeriaVaniaM



Fonte: [https://twitter.com/search?q=o%20primo%20do%20porteiro%20%20\(from%3AValeriaVaniaM\)&src=typed_query](https://twitter.com/search?q=o%20primo%20do%20porteiro%20%20(from%3AValeriaVaniaM)&src=typed_query). Acesso em: 27 maio 2022.

A gravação da tela do celular chama a atenção nesse caso, uma vez que a prática mais comum seria compartilhar o conteúdo por meio de mecanismos (botões) de compartilhamento disponíveis no WhatsApp, que facilitam o encaminhamento das mensagens para aplicativos de terceiros. No entanto, o que temos na postagem deste perfil é uma gravação de parte da tela de um celular aberto em um grupo de WhatsApp. Nesse caso, não é possível afirmar de qual perfil ou grupo vem esse conteúdo, uma vez que se trata de uma gravação de tela, no formato audiovisual, que pode ser publicada separadamente em diferentes redes sociais, sem necessariamente criar um rastro que permita facilmente identificar a conta responsável pelo compartilhamento. Constrói-se assim uma forma não prevista de compartilhamento que não só escapa a uma possível investigação sobre a autoria do vídeo, mas que também

corroborar para a construção de sentidos de clandestinidade ao material, uma das condições para caracterizá-lo como rumor. O vídeo revela um conteúdo secreto, um conteúdo roubado, um conteúdo que foi capturado de um grupo privado cuja fonte não se pode revelar e isso lhe confere alto poder de viralização.

Nesta postagem, o texto-tuíte é um comentário sobre o conteúdo do vídeo a ele anexado, do mesmo modo que o vídeo (produto da gravação da tela de algum celular) também pode ser lido como um comentário de uma conversa em andamento no grupo do WhatsApp. O modo como um fragmento da conversação desse grupo é filmado e editado para circular em outras redes funciona aqui como um comentário audiovisual. Modos diversos de compartilhar, operações técnicas que convocam diferentes materialidades significantes em uma sobreposição de recursos técnicos.

No vídeo, vemos um atestado de óbito digitalizado, acompanhado de um áudio de um enunciador supostamente conhecido de seu interlocutor, que também é nomeado por ele. Uma conversa entre amigos, conhecidos, privada, que produz um efeito de verdade à narrativa. Vejamos:

Quadro 1 – Transcrição de áudio extraído da publicação apresentada na Figura 1

Extrato de áudio:

Elias, boa noite é o (nome incompreensível) mais uma vez. Elias, esse amigo meu, ele faleceu segunda-feira, ele era borracheiro, e um pneu de caminhão estourou com ele, ele fazendo o serviço, o pneu do caminhão estourou, segunda-feira agora, dia 23, estourou na cara dele e ele foi socorrido pro hospital, né, pelo Samu e levaram pro Maria Lucinda e lá ele faleceu. Agora o que nos intriga, veja aí o atestado de óbito, leia com atenção, a conspiração triste para derrubar o governo, o governo Bolsonaro, ou seja, a maioria das pessoas estão morrendo no estado eles tão colocando o laudo, né, que é coronavirus, veja só, e a gente sabe, eu sei porque eu tava lá, eu passei lá e vi, o acidente foi um pneu que estourou no cara (grifo nosso).

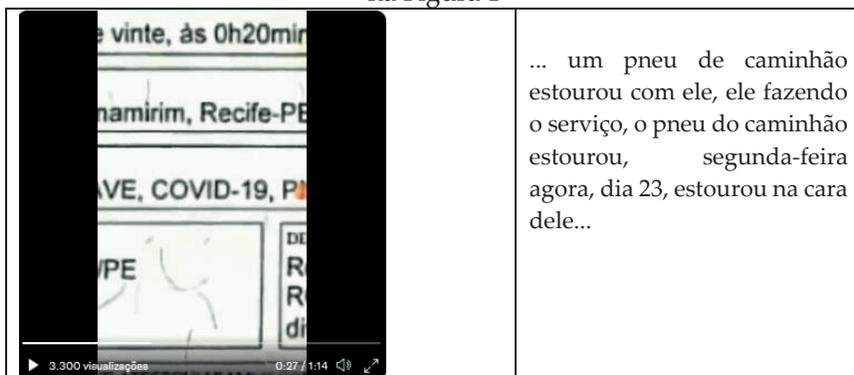
Fonte: transcrição realizada pela autora.

Aqui, ainda que os interlocutores estejam nomeados, se trata de uma conversa entre anônimos, uma vez que o vídeo extrapola o

contexto imediato da enunciação e já não se pode mais identificar quem fala.

Ao mesmo tempo em que o áudio corre, a gravação da tela muda o enquadramento pelo recurso do zoom, focalizando diferentes partes do atestado de óbito que vai, a cada momento, sobrepondo o que é dito ao que é focalizado no documento, de modo que o olhar é direcionado para detalhes do atestado de óbito que confirmem que o enunciador do rumor aí conhecia a vítima e o fato ocorrido com ela. Desse modo, numa imbricação entre o que é dito e o que se vê na tela vai se constituindo a prova visual da história que vai sendo contada. O recurso do zoom permite ir destacando isoladamente no documento, a câmera ora focaliza o nome do borracheiro, Sr. Reginaldo Jacinto da Silva; ora focaliza o nome da cidade onde o atestado é lavrado, Recife; ora focaliza a profissão do falecido, borracheiro; ora focaliza a data do atestado, dia 23. A fala do locutor vai enfatizando e repetindo esses dados já lá no documento, fazendo coincidir aquilo que a voz enuncia, com aquilo que se lê no documento: nome, pessoa, data, local, dados escritos no documento e que atestam o conhecimento daquele que fala sobre a vítima. Cria-se aí o efeito de que o que está dito no atestado e o que diz a voz anônima se referem não só à mesma pessoa, mas sobretudo ao mesmo fato. Fala-se aí do mesmo caso, da mesma pessoa, de fato ocorrido na mesma cidade. O único momento em que o recurso do zoom parece focalizar um dado que não corrobora o que é enunciado se dá quando ele recai na palavra Covid-19, nesse momento o que é dito está em tensão com o que está escrito no campo que indica a causa da morte, pelo efeito da sobreposição entre imagem e voz. Aos 0:27 min do vídeo o recurso do zoom focaliza o significante Covid-19, e a voz anônima enuncia o acidente ocorrido na oficina.

Quadro 2 – Recorte do material audiovisual da publicação apresentada na Figura 1



Fonte: recorte realizado pela autora.

Aqui vemos a relação do rumor com o silêncio, que Eni Orlandi (2008) aponta como um aspecto importante para a produção discursiva do boato.

O boato é um fato relevante para se observar essa faixa do dizer que está entre o atestado e o possível [...] O silêncio é o ponto (todo sentido é efeito de uma refração, todo discurso se funda no equívoco) em que o discurso se desdobra em outras palavras (ORLANDI, 2008, p. 131).

Assim, aquilo que a voz anônima enuncia faz trabalhar os não ditos do fato atestado no documento. Nessa sobreposição, temos a composição de uma imagem na qual o discurso da escrita e da oralidade se imbricam na forma da escritoralidade.

Chamamos Discurso da Escrita (D.E), todo texto que tem um 'fecho', efeito de fim, unidade, legitimidade. Textos públicos, publicados, com efeito de autoria, um efeito produzido pelo próprio Discurso da Escrita e que recai sobre o sujeito desse discurso. [...] O Discurso da Oralidade (D.O), contempla os textos originados na oralidade e que se caracterizam, hoje, não por serem oralizados, mas por constituírem-se em instancias de linguagem não fechadas, sempre provisórias, sem legitimidade, sem efeito de autoria (GALLO, 2011, p. 414-415).

Nesse material, o atestado de óbito, documento formulado a partir da normatização própria do discurso de escrita e que recebe a chancela de uma instituição, comparece na cena para atestar não a causa da morte, mas a falibilidade da instituição responsável pelo atestado de óbito. É antes a credibilidade e o efeito de unidade do atestado que é posto em causa. Aqui, “o texto representa a sua própria morte e zomba dela. A essa escritura, cadáver de suma beleza, não se liga mais nenhum respeito. Ela é apenas o ilusório sacramento do real, espaço de risadas contra os postulados de ontem” (CERTEAU, 1998, p. 245).

Tudo não pode estar dito no documento e os sentidos nele silenciados “migram para outros objetos simbólicos atestando sua necessidade” (ORLANDI, 2008, p. 130). A materialidade técnica dos recursos de edição e captação de voz e imagem, assim como da produção audiovisual, permite reunir em uma única composição autoral (ADORNO DE OLIVEIRA, 2015)³ diferentes discursos sobrepondo diferentes temporalidades. Assim, o documento escrito e a voz anônima funcionam por contradição, marcando a equivocidade do acontecimento. Vemos aqui, que o rumor audiovisual em sua textualização faz trabalhar “a contradição discursiva como os efeitos de sentido que apontam para distintos, porém concomitantes, processos históricos, isto é, a composição de tendências históricas diferentes, irredutíveis umas às outras, em uma unidade material do sentido”. (ADORNO, 2015, p.96).

A agilidade no manuseio do zoom feito a partir de uma câmera de um celular que captura uma conversa privada na qual um amigo da vítima denuncia o modo como a morte de seu conhecido estaria sendo usada para uma “conspiração triste para derrubar o governo bolsonaro” permite ver como a imagem, em sua potência, vai se articulando na tensão entre voz e documento, escrita e oralidade.

³ Para Adorno (2015, p. 96), a composição autoral é “[...] esse modo de textualizar no entremeio das materialidades, assumindo a responsabilidade de um dizer imaginariamente unificado, porém sempre tensionado pela contradição. Imaginariamente um texto para um autor”.

No modo como o rumor se textualiza no/do digital podemos ver a potência da composição audiovisual que se dá na “intersecção de diferentes materialidades”. Temos nessa composição dois discursos, o de escrita e o da oralidade, funcionando contraditoriamente na forma discurso da escritorialidade.

Ao trazer à cena o atestado de óbito no qual se escreve definitivamente a causa da morte do Sr. Reginaldo Jacinto da Silva, ao mesmo tempo em que coloca em cena uma voz anônima que narra o acidente de trabalho que teria levado este mesmo senhor ao hospital, o efeito que se produz é de houve um erro na atribuição oficial da causa da morte. Nessas condições de produção, aquilo que se escreve no campo “causa da morte”, torna-se profundamente equívoco, denunciando o efeito de completude do discurso da escrita.

Ao mesmo tempo que o zoom insiste no significante Covid-19 ele deixa de fora da tela outras duas causas da morte que comparecem nesse mesmo campo do documento: insuficiência respiratória grave e pneumonia. O documento oficial, na forma de um atestado de óbito, que atesta a causa da morte a partir de um saber médico, está em contradição com o saber ordinário, que atesta a causa da morte a partir da circulação do rumor sobre o acidente que teria levado o borracheiro ao hospital.

Em confronto com a legitimidade do documento, o saber ordinário busca sua legitimação em construções linguísticas prototípicas do rumor, que apelam ao vivido, ao testemunho, tais como: “isso aconteceu com um amigo meu (por isso eu sei que é verdade)”, “eu estava lá”, “eu vi quando aconteceu”, “foi a própria vítima que me contou”, “a vítima era minha amiga” etc. Todas elas construções prototípicas do rumor, apontando para um imaginário coletivo sobre um medo, um perigo, uma conspiração (FROISSART, 2014), construções que produzem sentidos conspiratórios, contestatórios, segredos, informações ocultas (“o que nos intriga”, “conspiração triste”) e/ou privilegiadas ou não percebidas por um leitor desavisado (“leia com atenção”). Todos esses elementos, segundo os estudos do rumor, garantem sua viralização e

compartilhamento, pois funcionam como gatilhos sociais (seja porque mobilizam um medo, uma desconfiança, um ódio, um desamparo etc), mas sobretudo porque dizem respeito a saberes já-lá dos discursos ordinários em sua desconfiança às instituições.

Embora esse rumor tenha sido tratado no campo político como um caso de “fake news” da rede bolsonarista, um olhar para sua formulação nos permite compreender a complexidade do rumor em sua composição audiovisual.

Chamo atenção aqui para a especificidade material destas tecnologias de edição reunindo as formas discursivas da escrita e da oralidade em temporalidades variadas, agrupando “[...] uma série de heterogênea de enunciados, funcionando sob diferentes registros discursivos, e com uma estabilidade lógica variável” (PÊCHEUX, 2006, p. 23).

[...] as formas específicas da produção do leitor que antes se fazia pela via material da permanência da letra grafada em superfície durável, agora se realiza de outras formas por outros meios [a produção audiovisual feita de um celular pessoal] produz um gesto linguageiro diferente de qualquer outro justamente pois a materialidade do enunciado é diferente de qualquer outra e, portanto, produz diferentes efeitos de sentido. Especificamente, ele produz uma certa latência do efeito de fecho, que outrora garantia, no próprio instante da enunciação, uma medida de legitimidade ao enunciado. [aqui também entendemos] que se trata de uma fragmentação e de uma multiplicação do tempo enunciativo, temporalidades paralelas e um escoamento da estabilidade do efeito de linearidade que esse tempo produzia (PEQUENO, 2020, p. 212-213).

O olhar atento para a tela que apresenta esse jogo de esconde e mostra na velocidade instantânea própria desse espaço enunciativo nos permite ver que “[...] a equívocidade dos sentidos movimenta o cotidiano em brechas que fazem o olhar vazar” (LAGAZZI, 2021, p. 5900), algo escapa ao olhar do espectador, sempre, levando os sujeitos a uma busca incessante para aquilo que “este vídeo não mostrou”. Aqui, mais uma vez, tudo não está dito, o rumor se formula a partir de uma dimensão ambígua com o documento, há um deslocamento de sentidos que permite

compreendermos de que modo o discurso médico e institucional é convocado a partir de uma posição ordinária que não reconhece no atestado de óbito a possibilidade de uma causa morte indefinida, relativa às condições de produção dadas pelo acontecimento da pandemia. Assim como não cabe no documento o registro do acidente de trabalho que teria levado o Sr. Reginaldo ao hospital; não cabe na composição audiovisual do rumor apontar para as outras duas causas mortes registradas no atestado de óbito: insuficiência respiratória grave e pneumonia. Duas causas que serão sistematicamente retomadas no confronto entre as diferentes versões, justificativas, explicações, reformulações, explicações que os diferentes atores envolvidos no caso buscarão enfatizar.

Nessas condições de produção o efeito de unidade e completude necessário à legitimidade do atestado de óbito, não apenas permite ver o quanto o acontecimento da pandemia suspende os critérios bem definidos de gestão da vida e da morte pelas instituições como também abre fissuras no discurso de escrita. A acusação de supernotificação joga com esse efeito de objetividade dos dados, dos números e da ciência. Mas, o que não está dito aí é que aquilo que o atestado de óbito registra e aquilo que a voz anônima atesta dizem respeito a acontecimentos que pertencem a temporalidades diferentes. Nesse gesto de leitura, o atestado de óbito passa a ser lido de uma posição que não coincide com o saber médico, e, portanto, a causa da morte se presentifica de outro modo. Em sua circulação, não faltarão versões remetendo a essas diferentes temporalidades, como se “a verdade” do caso fosse se restabelecer na medida em que a história de Sr. Reginaldo fosse contada “desde o começo” e que não se “ocultasse” nenhum detalhe do registro de sua morte. É assim que práticas como as de checagem de fatos convocam para sua análise as diferentes versões, buscando reconstituir a verdade dos fatos com base nos documentos e nos testemunhos dos envolvidos.

Figura 2 – *Print* de matéria do site e-farsas

Atualização 29/03/2020 – 19h

Após a publicação desse artigo, nos chegou uma **nota da Secretaria de Saúde de Pernambuco**, explicando que a certidão de óbito é real, mas que o homem não morreu com o COVID-19. Leia a nota, na íntegra:

“Tem circulado pelas redes sociais uma certidão de óbito que coloca a Covid-19 como causa da morte de um homem. O caso não consta no boletim divulgado pela Secretaria Estadual de Saúde, que é encaminhado diariamente ao Ministério da Saúde. Apesar da certidão ser documento verídico, o óbito não foi provocado pelo novo coronavírus. Após análises laboratoriais, foi detectada a presença de outro vírus respiratório nas amostras do paciente. A SES-PE reforça que a certidão de óbito é um documento sigiloso e que deve ser disponibilizada apenas para a família. A Secretaria conta com o apoio da população para não repassar esse tipo de informação, em respeito ao falecido e seus familiares e que não compartilhem notícias falsas.”

Fonte: <https://www.e-farsas.com/pneu-estoura-e-mata-o-primo-do-porteiro-mas-atestado-de-obito-e-de-coronavirus-sera.html>. Acesso em: 05 jul. 2022

Essa mesma matéria de checagem do fato apresenta uma nota de esclarecimento do hospital, explicando os motivos pelos quais o atestado de óbito menciona Covid-19 no campo da causa da morte. Segundo o Hospital,

Figura 3 – *Print* de matéria do site e-farsas

Diante do cenário atual de pandemia pelo Coronavírus, O PACIENTE SE ENQUADROU COMO UM CASO SUSPEITO PARA INFECÇÃO POR CORONAVÍRUS POR APRESENTAR UMA SÍNDROME RESPIRATÓRIA AGUDA GRAVE (SRAG). DEVIDO A ISSO, FOI NOTIFICADO E COLETADO EXAME PARA CONFIRMAÇÃO DO DIAGNÓSTICO, PORÉM ESTE DIAGNÓSTICO NÃO SE COMPROVOU.

O RESULTADO DO EXAME COLETADO FOI POSITIVO PARA INFLUENZA A.

Por fim, esclarecemos que o paciente recebeu assistência médico hospitalar requerida para o caso e que todos os profissionais usaram equipamento de proteção adequado para a assistência ao paciente, não havendo risco de contágio por tal vírus.

Fonte: <https://www.e-farsas.com/pneu-estoura-e-mata-o-primo-do-porteiro-mas-atestado-de-obito-e-de-coronavirus-sera.html>. Acesso em: 05 jul. 2022.

Muitas cenas envolvendo o caso se sobrepõem. O cotidiano do trabalhador que afeta sua saúde, o acidente de trabalho com o pneu que, conforme a checagem de fatos junto da família, ocorreu em janeiro e não em março, mês do óbito, o diagnóstico de problema respiratório indicando suspeita de Covid-19 para dar conta de um

protocolo sanitário, o tempo da confirmação laboratorial, o tempo do velório e do enterro. As muitas versões mobilizam práticas de ordem médica, jurídica, sanitária, familiar, religiosas. O rumor do primo do porteiro materializa o medo e a desconfiança da população na sua relação com os gestores da pandemia; é o medo aqui que funciona de gatilho para a viralização do rumor.

Na imbricação de materialidades significantes que evocam temporalidades paralelas, o recurso do zoom convoca o leitor/espectador a ser testemunha ocular de um crime cometido pelo Estado, ao produzir o efeito de falsificação do atestado de óbito⁴.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise sobre as materialidades do rumor, me permitiu demonstrar de que modo o rumor digital se formula a partir de uma imbricação entre materialidade técnica (PEQUENO, 2020) e materialidade significativa (LAGAZZI, 2011). Ao analisar como o atestado de óbito, pertencente ao arquivo dos discursos de escrita, comparece na produção audiovisual, como um documento não mais fiável, podemos compreender de que modo o documento comparece aí como uma escritura na qual o texto “representa sua própria morte e zomba dela” (CERTEAU, 1998, p. 245).

Nos espaços enunciativos informatizados, no entanto, os modos de formulação do rumor se atualizam, passando a incorporar a seus elementos prototípicos – de caráter oral – os recursos técnicos que são próprios do cotidiano dos sujeitos ordinários contemporâneos, nesse caso, esses recursos atuam como produtores de sentidos, passando a funcionar como provas materiais do discurso ordinário. Nessas condições de produção, a tela gravada do celular, somada ao áudio, ao fazer parte da

⁴ Como já mencionado no início do texto, uma análise mais detalhada da circulação desse rumor no contexto da pandemia no Brasil, realizada em outro artigo, me permitiu demonstrar que esse efeito de falsificação produziu uma série de desdobramentos para o campo político brasileiro, mas que não explorei aqui por uma questão de espaço e de recorte metodológico, ver Silveira (2022, no prelo).

composição do texto rumoral confere a ele um outro tipo de autenticidade, atribuindo-lhe um valor documental.

O enunciador do áudio ganha aqui um estatuto de legitimidade uma vez que pode, simultaneamente, noticiar, comentar e atestar o fato como participante da experiência; ele detém o saber sobre a vítima, ele tem em mãos o documento oficial, e sua produção audiovisual compõe a prova ordinária de seu testemunho pessoal. Ao compartilhar o seu saber privado, na condição de “amigo da família”, convida seu interlocutor a participar de um conhecimento particular.

Na relação com os rumores, os recursos técnicos conferem não só uma maior autenticidade ao dizer ordinário como também maior legitimidade ao rumor, normatizando técnica e discursivamente a sua forma de escrita. No digital, o rumor passa a ser uma textualidade composta por materialidades significantes advindas de múltiplos e diversos arquivos, amalgamando diferentes processos de normatização e midiatização técnicas e discursivas com efeitos políticos no social.

REFERÊNCIAS

ADORNO DE OLIVEIRA, Guilherme. **Discursos sobre o eu na composição autoral dos vlogs**. 2015. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

CERTEAU, Michel de. **Artes de Fazer: a invenção do cotidiano**. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

FROISSART, Pascal. “Esto no es un rumor”: designación y ocultación de un fenómeno mediático. **Revista Livre Pilar**, p. 11-27, out. 2014.

GALLO, Solange. Da escrita à escritorialidade: um percurso em direção ao autor online. *In*: RODRIGUES, Eduardo Alves;

SANTOS, Gabriel Leopoldino dos; CASTELO BRANCO, Luiza Katia Andrade (org.). **Análise de Discurso no Brasil**: pensando o impensado sempre. Uma homenagem a Eni Orlandi. Campinas: RG Editores, 2011. p. 411-423.

GALLO, Solange Maria Leda; SILVEIRA, Juliana da. Forma discurso de escritorialidade: processos de normatização e legitimação. *In*: FLORES, Giovanna G. Benedetto (org.). **Análise de discurso em rede**: cultura e mídia. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, 2017. p. 171-194.

LAGAZZI, Suzy. O recorte e o entremeio: condições para a materialidade significativa. *In*: RODRIGUES, Eduardo Alves; SANTOS, Gabriel Leopoldino; BRANCO, Luiza Kátia Andrade Castello (org.). **Análise de Discurso no Brasil**: pensando o impensado sempre. Uma homenagem a Eni Orlandi. Campinas: RG Editores, 2011. p. 401-410.

LAGAZZI, Suzy. Trajetos do sujeito na composição fílmica. *In*: FLORES, Giovanna G. Benedetto (org.). **Análise de discurso em rede**: cultura e mídia. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, 2017. p. 171-194.

LAGAZZI, Suzy. A interpretação em composição: de Marielle Presente ao Samba da Utopia. *In*: FLORES, Giovanna *et al.* (org.). **Análise de Discurso em rede**: cultura e mídia, vol. 4. Campinas: Pontes, 2019. p. 179-193.

LAGAZZI, Suzy. A imagem em sua potência de captura simbólica. **Revista Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 18, p. 5890-5902, jun. 2021.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, 2008.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2006.

PEQUENO, Vitor. **Tecnologia e esquecimento**: uma crítica a representações universais de linguagem. Campinas: Pontes Editores, 2020.

SILVEIRA, Juliana da. Rumores da pandemia em espaços enunciativos informatizados: do discurso antissistema dos sujeitos ordinários ao discurso negacionista da rede bolsonarista. *In*: DALTOE, Andreia; FLORES, Giovanna B.; SILVEIRA, Juliana. **Marcas da memória**: o que resta da ditadura na educação brasileira? Campinas: Pontes Editores, 2022. [no prelo]

LULA E A LAVA JATO: RELAÇÕES DIALÓGICAS NA CONSTITUIÇÃO DA IMAGEM DO EX-PRESIDENTE NAS CAPAS DA REVISTA VEJA

Wesley Mateus Dias
Edson Carlos Romualdo

INTRODUÇÃO

Em 17 de março de 2014, deu-se início à Operação Lava Jato, um conjunto de investigações organizadas pela Polícia Federal brasileira que cumpriu várias ordens judiciais contra agentes políticos do alto escalão e empresários do setor da construção civil. À medida que a Operação Lava Jato se tornava um evento midiático e os escândalos eram noticiados, a mídia brasileira fez com que os sujeitos envolvidos nela fossem constituídos discursivamente e posicionados axiologicamente em relação aos fatos enunciados (DIAS, 2022).

Como a Operação Lava Jato se voltou para a política nacional, sentenciando agentes públicos do Poder Executivo, acabou ganhando espaço significativo nas mídias, principalmente no ano de 2016. A ênfase nesse ano deve-se a um conjunto de fatores, mas destaca-se a narrativa de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, fazendo com que cada operação e seus desdobramentos se transformassem em um evento midiático frenético. De acordo com Dias (2022), nesse mesmo ano, vemos um grande número de operações (15 no total), que influenciaram a opinião da população brasileira sobre a política nacional, construindo uma imagem negativa de determinados políticos.

Entre os veículos midiáticos que deram espaço significativo em suas matérias à Operação está a revista *Veja* – a principal revista de distribuição semanal, publicada pela Editora Abril, com um posicionamento político voltado para o setor conservador da

direita brasileira (PALANDI, 2015). A revista teve um importante papel, nesse período da Operação, na construção da imagem de políticos brasileiros da esquerda, em especial do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Assim, após as investigações Triplo X¹ e Aletheia², deflagradas, respectivamente, em janeiro e março de 2016, em meio à espetacularização das operações da Lava Jato e do forte apoio popular, a *Veja* criou narrativas, a partir dos dados levantados por essas operações, que construíram uma imagem negativa de um presidente que teve 80% de aprovação popular em seu mandato (CLAVEL; RODRIGUES, 2016).

Dessa forma, questionamo-nos como a revista *Veja*, uma das mídias mais influentes desse período, construiu, em suas capas das edições de março de 2016, uma imagem de Lula para o seu público-leitor. Isso posto, objetivamos analisar as quatro capas da *Veja* publicadas em março de 2016, nas quais a revista trata de investigações contra o ex-presidente pela Operação Lava Jato. Especificamente, temos como objetivos: (a) observar, por meio das características do gênero discursivo capa de revista, a maneira como a imagem do ex-presidente foi constituída pela revista *Veja* em suas capas; (b) analisar as relações dialógicas que essas capas estabelecem com outros discursos.

A escolha pelas capas do mês de março de 2016 deve-se ao fato de ser o mesmo mês da operação Aletheia e do vazamento da

¹ A operação da Lava Jato nominada Triplo X investigou o *Condomínio Solaris*, situado no Guarujá, onde o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva supostamente teria um triplex. O ex-presidente também é investigado nessa operação sobre o esquema de *offshores* criadas para remessas ao exterior de propinas relacionadas às fraudes na Petrobras. O Triplex teria sido doado à Lula como pagamento de propina da OAS, em troca de favores na Petrobras. O ex-presidente foi condenado à prisão por essa ação, mas, em 2022, a 12ª Vara da Justiça Federal de Brasília determinou o arquivamento do processo sobre o triplex do Guarujá envolvendo Lula (DIAS, 2022).

² Aletheia é o nome da vigésima quarta operação da Lava Jato, deflagrada pela Polícia Federal em 4 de março de 2016, com o objetivo de dar continuidade às investigações de corrupção e dos esquemas criminosos envolvendo a Petrobras, investigados na operação Triplo X (DIAS, 2022).

conversa telefônica de Lula com a então presidente Dilma Rousseff, que prometia nomeá-lo como Ministro da Casa Civil para que tivesse foro privilegiado. Nesse mês, houve um esforço de grande parte da mídia brasileira, a partir da divulgação das operações da Lava Jato, na elaboração de uma narrativa a favor da destituição da presidente, o que gerou inúmeros protestos a favor do golpe, inclusive em sítios on-line da própria *Veja*.

Para realização deste trabalho, recorreremos aos estudos do Círculo de Bakhtin, pois entendemos a capa de revista como um gênero discursivo, cuja composição verbo-visual nos possibilita identificar variadas relações dialógicas, além de fazer parte de redes ideológicas historicamente situadas.

Metodologicamente, seguimos a perspectiva qualitativa, de acordo com o processo teórico-metodológico sociológico de Bakhtin e Volóchinov (2014, p. 129) para o estudo da língua, que consiste em: (a) ver as formas e os tipos de interação em conexão com as condições concretas em que se realizam; (b) verificar as diferentes formas de enunciação, ou seja, das “categorias de atos de fala na vida e na criação ideológica que se prestam a uma determinada interação verbal” (BAKHTIN; VOLÓCHINOV, 2014, p. 129); e (c) analisar as configurações da língua na sua interpretação linguística. Assim, considerando não só os elementos linguísticos, como também os visuais, podemos analisar a forma como as capas são constituídas, bem como a criação ideológica e a interação verbal das quais elas fazem parte.

Para conduzirmos nosso estudo, primeiramente discutimos brevemente alguns pressupostos teóricos da teoria bakhtiniana, como dialogismo, enunciação e gênero discursivo, dedicando-nos também à questão do gênero discursivo capa de revista. Esse referencial teórico baliza as análises das quatro capas da revista *Veja* selecionadas como *corpus* deste trabalho.

DIALOGISMO E O GÊNERO DISCURSIVO CAPA DE REVISTA

Nossa reflexão parte do entendimento de que o *dialogismo* se caracteriza como uma das formas constituintes do discurso, no qual as relações estabelecidas entre diferentes enunciados e a construção de sentidos é compartilhada por distintas vozes. A partir desse entendimento, o discurso tem caráter dinâmico, pois todo enunciado estabelece relações com outros enunciados, influenciando e sendo influenciado por outras produções discursivas.

O dialogismo é intrínseco à linguagem humana, sendo o percurso de construção social de sentidos. Assim, as relações dialógicas podem ser percebidas como índices axiológicos, que necessitam, para sua consecução, materiais linguísticos e visuais, ou signos, que tenham adentrado a esfera do discurso, tenham sido transformados em enunciados e fixados na posição de um sujeito social. Dada essa afirmação, o dialogismo cerca as relações sociais, estando presente nas interações cotidianas, na literatura, na música, no cinema etc.

De acordo com Bakhtin (2011, p. 410), entendemos que “[...] não existe a primeira nem a última palavra, e não há limites para o contexto dialógico (este se estende ao passado sem limites e ao futuro sem limites). [...] [os sentidos] irão sempre mudar (renovando-se) no processo de desenvolvimento subsequente”. Um enunciado é apenas um elo em uma cadeia infinita de enunciados. Portanto, podemos compreender que os enunciados presentes nas capas da revista *Veja* estabelecem relações dialógicas com outras enunciações, constituindo interações diversas.

A interação é o elemento primário do dialogismo, pois permite a constante troca com o outro. Nessa troca, há o encontro de opiniões e visões de mundo, pois todo enunciado, mesmo que seja escrito e finalizado, responde a algo e orienta-se para uma resposta e é percebido na formação do campo ideológico do qual é elemento indissolúvel (BAKHTIN; VOLÓCHINOV, 2014). No nosso caso, os enunciados das capas da revista estão conectados com outros

enunciados, como aqueles proferidos pela Operação Lava Jato, uma vez que as capas trazem informações com base nas investigações. Além disso, as capas estabelecem relações com outros enunciados jornalísticos e até mesmo com os de outros campos, como veremos posteriormente.

Para Bakhtin (2011, 2016), a língua é um fato social e a enunciação se caracteriza pelo uso da língua em diversos campos da atividade humana (jornalístico, literário, jurídico etc.). O enunciado, por sua vez, é o emprego da língua, da unidade real da comunicação verbal, na qual se encontram as mais diferentes formas de expressividade linguística. Em função de seu caráter social, podemos entender que os enunciados são as unidades de interação entre sujeitos axiologicamente posicionados.

A noção de sujeito é de uma posição responsável pelos seus atos, sempre localizado em um eixo axiológico e historicamente situado, configurando-se como uma orientação para compreender e interpretar práticas discursivas sociais e culturais. O sujeito pode ser apreendido como agente, autor de enunciados, dessa forma, todo enunciado tem um posicionamento do sujeito, seja este individual, coletivo, presumido ou explícito (OLIVEIRA, 2020).

Os enunciados se organizam em formas relativamente estáveis e típicas de construção – os gêneros discursivos – que estabelecem a possibilidade de comunicação em determinado campo (BAKHTIN, 2016). Os gêneros discursivos apresentam três características: *conteúdo temático*, que não está diretamente ligado ao assunto específico do enunciado, mas a um domínio de sentido que ele ocupa; *construção composicional*, que diz respeito à organização/estruturação do enunciado; e *estilo*, ligado à escolha de marcas enunciativas (vocabulário, construções frasais, expressões etc.), que evidencia a individualidade do autor, sua valoração e todos os elementos da ideia de sua obra.

Ademais, os gêneros discursivos se dividem em primários e secundários: os primários possuem uma composição simples, pois são formados na comunicação imediata, sendo do convívio cotidiano do falante e usados por ele nesse contexto; os secundários

possuem uma estrutura mais complexa e “surgem nas condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado (predominantemente escrito)” (BAKHTIN, 2016, p. 15).

Os campos de atividade humana organizam os gêneros discursivos, pois englobam gêneros intercalados entre si, apresentando relações dialógicas entre eles (BAKHTIN, 2011). Para Acosta-Pereira (2013), os campos de atividade humana tipificam as situações de interação, consolidam os enunciados que neles circulam, organizando e caracterizando as comunicações sociais neles presentes, assim como os gêneros organizam e caracterizam nossos discursos.

A capa de revista faz parte do campo de atividade humana jornalístico e estabelece relações dialógicas com outros campos, como afirmamos anteriormente. Dessa forma, a capa se caracteriza como um gênero discursivo secundário, pois apresenta um processo de elaboração mais complexo, que envolve, por exemplo, a seleção das matérias mais importantes daquele periódico e o trabalho na elaboração dos enunciados verbais e visuais de forma a deixá-los atraentes para o público leitor.

Enquanto produção discursiva, a capa de revista situa-se sócio-historicamente de acordo com os interesses mercadológicos da empresa de comunicação da qual faz parte, tanto nos aspectos publicitários quanto nos valores propagados pela instituição. Volóchinov (2018, p. 99) afirma que “[...] a palavra é neutra em relação a qualquer função ideológica específica”, isto é, ela assume as ideologias e as valorações dos participantes do processo comunicativo. Dessa forma, os enunciados presentes nas capas da revista *Veja* não são neutros, atendendo às finalidades comunicativas, ideológicas e axiológicas da instituição que a publica.

Para Holanda (2017, p. 61):

As capas fazem parte de uma corrente discursiva que visa a uma função comunicativa diferenciada, uma vez que podem ser consideradas unidades enunciativas com características próprias. Esse gênero discursivo vislumbra três objetivos primordiais: o primeiro é o de informar; o segundo é o de anunciar; e

o terceiro o de vender. No entanto, sabemos que tais objetivos compõem-se de um conjunto de informações que busca uma informação maior.

Portanto, a capa deve ter um forte apelo junto ao público que a lê, uma vez que ela precisa captar a atenção do leitor e, ao mesmo tempo, informá-lo sobre variados assuntos (CASTRO; MASTELLA, 2001). Dessa forma, com base em Bakhtin (2016), podemos dizer que o conteúdo temático da capa vai depender dos enunciados que compõem a revista, já que a capa é uma “vitrine”, sendo “responsável por seduzir o leitor e convidá-lo a adentrá-la” (TRINDADE, 2015, p. 1). Os elementos verbo-visuais presentes na capa buscam instituir um fundo ideológico no qual ela é o próprio meio de comunicação, estabelecendo uma interação com o leitor.

Enquanto gênero discursivo, a capa de revista tem uma finalidade bem definida, visto que apresenta um tema que se articula à construção composicional dos signos verbo-visuais e ao estilo de cada periódico. Castro e Mastella (2011, p. 2) afirmam que, para cumprir sua finalidade, a capa é:

Constituída pelas linguagens verbal e icônica, extremamente sintética, concisa e com elementos de elevado conteúdo semântico, além de informar - anuncia os fatos ‘mais importantes’ abordados na edição - e persuadir - motiva o leitor a adquiri-la - ela, aparentemente, também pode opinar, manifestando a posição do enunciadador a respeito do fato mais importante por ela apresentado.

Considerando que as capas são enunciados concretos, temos, em seu processo de elaboração, segundo Holanda (2017), os seguintes elementos: logotipo da editora, data de publicação, título da revista, matérias secundárias, imagem principal centralizada em destaque, manchete (título), resumo da matéria principal e grafismos de assinantes. Tais elementos estão dispostos em uma construção composicional que permitem ao leitor o reconhecimento imediato da revista.

No entanto, as capas possuem um acabamento com certa flexibilidade, o que implica que nem todos os elementos apontados por Holanda (2017) aparecem nas capas de todos os periódicos.

Lembramos que Bakhtin (2016) salienta que os gêneros discursivos são enunciados mais ou menos estáveis, possibilitando variações que não chegam a desconstituir o gênero enquanto tal. Indicamos na figura abaixo, a partir do estudo da autora, os elementos presentes nas capas da revista *Veja*:



Fonte: elaboração dos autores.

Os elementos que mais chamam a atenção na capa são o título/manchete, como é conhecido no campo jornalístico, e a imagem principal. O título, segundo Holanda (2017, p. 64), deve ser um elemento de comunicação original e criativo, pois a função dele é “chamar a atenção do leitor/consumidor da revista para que ele pare e leia, na tentativa de entender o conteúdo exposto, e prossiga a leitura para conhecer o produto difundido pelo grupo editorial”.

A imagem, juntamente com o elemento verbal, concorre para a construção composicional do gênero, em função de uma finalidade comunicativa, no caso da revista *Veja*, do grupo editorial

que a publica. Para a autora, trata-se de um elemento que propaga significação e sentido, uma vez que, ao ser articulada com a manchete, possui uma natureza polissêmica diante da imagem preestabelecida. Isso só é possível a partir do momento em que a fotografia ou outro tipo de imagem passa por uma abordagem técnica/criativa, em função de uma determinada finalidade/intencionalidade. No caso da Figura 1, na composição da capa o leão não se refere mais ao animal com um apetite exagerado (imagem preestabelecida), mas à possibilidade de um alto pagamento de tributos (Imposto de Renda) pela classe média.

Esses elementos juntos formam uma composição enunciativa coesa e coerente, o que, conforme Holanda (2017, p. 69), “é fundamental na construção da mensagem que será enviada ao leitor [...]. Para isso, tanto os signos quanto a forma de organizá-los buscam a eficiência e eficácia na construção de sentido e na compreensão do possível leitor”.

A CONSTRUÇÃO DIALÓGICA DA IMAGEM DE LULA NAS CAPAS DA VEJA

Com base nos pressupostos teóricos apresentados anteriormente, passamos agora a analisar as quatro capas da revista *Veja*. Contudo, como vimos, o gênero capa de revista está inserido no campo jornalístico e necessita do contexto sócio-histórico para estabelecermos suas relações dialógicas e sua produção de sentidos.

No contexto sócio-histórico, temos a Operação Lava Jato, representada na mídia principalmente pelo juiz Sérgio Moro, investigando esquemas criminosos na Petrobras. Para seguir uma linha investigativa, ela se utiliza da delação premiada e, conforme o documentário sobre a Lava Jato da TV GNN (2020), as delações eram meios lucrativos. De acordo com os comentários dos jornalistas Luis Nassif e Joaquim Carvalho no documentário, os advogados envolvidos recebiam muito dinheiro para articular depoimentos dos seus acusados para que a Lava Jato não se perdesse e nem mudasse

seus objetivos. Com isso, considera-se que estava montada a *Indústria da Delação Premiada*, decorrente e a favor da operação.

Foi a partir da delação de Nestor Cerveró, diretor internacional da Petrobras no período de 2003 a 2008, que a Operação Lava Jato e os investigadores buscaram apurar possíveis crimes nos quais o ex-presidente poderia estar envolvido. Com as descobertas do Sítio de Atibaia e com o caso do Tríplices no Guarujá em 2016, foram deflagradas as duas operações já mencionadas com o objetivo de apurar indícios de que Lula estivesse envolvido nos esquemas de corrupção da Petrobras.

Juntamente com o desenvolvimento das investigações da Operação Lava Jato, vemos a insatisfação de vários setores com o governo da presidente Dilma crescer e a orquestração do golpe que a tiraria do cargo. Rousseff (2019) argumenta que:

A sistemática sabotagem do meu governo foi determinante para o rompimento da normalidade institucional. Foi iniciada com pedidos de recontagem de votos, dias após a eleição de 2014, e com um pedido de impeachment, já em março, com apenas três meses de governo. A construção do golpe se deu no Congresso, na mídia, em segmentos do Judiciário e no mercado financeiro. Compartilhavam os interesses dos derrotados nas urnas e agiam em sincronia para inviabilizar o governo (ROUSSEFF, 2019).

Tal contexto sócio-histórico de enunciação abre espaço para a produção de inúmeros enunciados em diferentes gêneros midiáticos, inclusive do gênero capa de revista, nosso foco de estudo. As capas da *Veja* demonstram uma determinada valoração da revista sobre Lula em decorrência das investigações e do contexto político que se apresentava. Ao olharmos de maneira mais atenta para cada uma dessas capas, percebemos que elas vão refratar, no contexto enunciativo midiático, uma valoração de Lula como o grande vilão nos casos de corrupção da Petrobrás.

Na Figura 2 – um conjunto das quatro capas da revista de março de 2016 – podemos ver que o ex-presidente é colocado como um poder paralelo, como um monstro da mitologia grega

(Medusa), como chefe de um esquema criminoso e com um plano para fugir do país.

Figura 2 – Capas da revista *Veja* de março de 2016



Fonte: elaboração dos autores.

Ao observarmos o conjunto das capas, dialogicamente relacionadas entre si, percebemos a criação de uma narrativa, na qual a culpabilidade do ex-presidente é declarada, pois as capas estabelecem uma ordem de leitura que levam o leitor a constituir a imagem de Lula como culpado nas investigações da Operação Lava Jato.

A partir das reflexões de Trindade (2015), de que as enunciações presentes na capa buscam instituir um fundo ideológico no qual ela é o próprio meio de comunicação, estabelecendo uma interação com o leitor, vemos que essas capas da *Veja* também estabelecem relações dialógicas com a Operação Lava Jato, além de se posicionarem ideologicamente a favor da operação.

É possível notarmos também que as capas dessa época mostram a polaridade estabelecida no tratamento das operações da Lava Jato. De um lado, tínhamos o juiz Sérgio Moro como herói da nação, do outro, tínhamos o oposto, Lula como vilão, ou seja, a mídia apresentava os dois polos (herói x vilão) e, dessa forma, as ações que cada um deles tomava eram logo avaliadas como boas ou ruins. Bakhtin e Volóchinov (2014, p. 32) ressaltam que o “domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes”, fazendo com que o enunciado tenha uma dimensão avaliativa e expresse um posicionamento social valorativo, sendo sempre ideológico.

Ao voltarmos nosso olhar especificamente para cada uma das capas, compreendemos melhor como se dá a constituição da imagem de Lula pela revista *Veja* no mês de março de 2016.

Figura 3 – Primeira edição da revista *Veja* de março de 2016



Fonte: <https://midianinja.org/files/2017/05/CapasLulaRevistasSemanais1-2.pdf>.
Acesso em: 19 ago. 2020.

Essa primeira capa, publicada em 9 de março de 2016, mostra o ex-presidente, cercado de várias pessoas, todas trajadas de terno, com o olhar para trás e direcionado para o chão, dando a impressão de pensativo ou até mesmo triste, arrependido ou perdido. Além do nome da revista, o primeiro enunciado verbal (“especial”, em destaque na cor amarela) ressalta que aquele exemplar se dedica ao assunto da matéria colocada na capa, com a função de atribuir distinção àquela publicação e persuadir o leitor a comprar a revista. Na manchete há uma dualidade instituída pela conjunção aditiva “e” em “Lula e a lei”, ou seja, paralelamente ele é posto à lei, assim o ex-presidente não se posiciona na lei, sendo uma pessoa que a segue, mas à margem dela ou contrária a ela, de forma que a lei não pode alcançá-lo, no entanto pode confrontá-lo. Desse modo, o intuito de dizer demonstra que Lula estava com poder paralelo à lei, um poder criminoso. Por outro lado, também mostra que a lei está chegando a Lula, representando os investigadores da Lava Jato que o irão prender, já que o olhar cabisbaixo dá a impressão de descoberto, culpado e preocupado.

Devido ao caráter especial, não encontramos um resumo único da manchete, mas quatro enunciados verbais que apresentam os principais tópicos tratados na edição. Os enunciados verbais também mostram uma dualidade, visto que dois deles colocam-se como posicionamentos de Lula e dos petistas (“O ex-presidente depõe na Polícia Federal em São Paulo e sai debochando da justiça”; “Um dossiê fajuto contra o juiz Moro passa no Congresso e, mesmo assim, circula entre os petistas”), enquanto os outros dois trazem para discussão o governo Dilma.

Percebemos nos dois primeiros enunciados verbais a valoração negativa feita pela revista *Veja* do ex-presidente que, embora nas malhas da lei (“depõe na Polícia Federal”), debocha da justiça. Por sua vez, a valoração positiva de Moro é feita, ao adjetivar o dossiê sobre ele como “fajuto”, reforçando, respectivamente, os papéis de criminoso (vilão) e herói atribuídos a esses sujeitos. Embora “fajuto”, a revista enfatiza, pela locução conjuntiva concessiva “mesmo assim”,

que os petistas circularam entre si tal dossiê, produzindo sentidos de má intenção desses sujeitos.

Nos dois outros enunciados (“A delação de Delcídio do Amaral é uma bomba arrasa-quarteirão contra Dilma e Lula”; “O ‘custo Dilma’ na economia é contabilizado na casa do trilhão”), por sua vez, vemos posições contrárias tanto a Lula quanto a Dilma, que dialogam com enunciados do campo jurídico e do econômico. Esses enunciados, na dualidade estabelecida pela revista (“Lula e a lei”), estão ao lado da lei e contrários aos dois presidentes do PT. Assim, a produção de sentidos da capa é desfavorável, em todos os enunciados, ao ex-presidente.

Por fim, observamos que a capa da primeira edição de março de 2016 apresenta sujeitos envolvidos na Operação Lava Jato, com foco em Lula, constituindo-os discursivamente e posicionando-os axiologicamente em relação aos escândalos enunciados. Como afirmam Bakhtin (2011, 2012, 2016) e Bakhtin e Volóchinov (2014), o sujeito se caracteriza como uma posição responsável por seus atos, posicionado sempre em um eixo axiológico. Nesse caso, Lula é colocado na posição de criminoso.

Por outro lado, a revista *Veja* também se posiciona ideologicamente a favor da Operação, auxiliando na construção de uma imagem pública pejorativa dos investigados e criando um confronto ideológico entre o juiz Sérgio Moro e o ex-presidente.

A construção de imagem de vilão continua na segunda edição do mês de março de 2016, publicada no dia 16:

Figura 4 – Segunda edição da revista *Veja* de março de 2016



Fonte: <https://veja.abril.com.br/blog/felipe-moura-brasil/o-desespero-da-jararaca/>. Acesso em: 19 ago. 2020.

Conforme afirma Bakhtin (2016), os enunciados estão ligados numa cadeia infinita. Antes da concretização de um enunciado, há outros enunciados oriundos de outros sujeitos, vinculando-se como elos dessa cadeia. Tal afirmação nos permite estabelecer relações dialógicas da capa do dia 16 de março de 2016 – talvez a mais chamativa de nosso *corpus* – entre Lula e Medusa, monstro da mitologia grega com cabelos de cobra e com o poder de petrificar quem a olhasse nos olhos.

A construção composicional dá destaque ao rosto de raiva do ex-presidente e, abaixo, ao enunciado “O desespero da jararaca”. Bakhtin e Volóchinov (2014) entendem que o signo é um produto ideológico presente em uma realidade, mas também reflete e refrata uma outra realidade, que é exterior a ele. Dessa forma, o significado possui um caráter ideológico e situa-se fora de si mesmo, ou seja, a significação “[...] é um efeito da interação entre o

falante e o ouvinte no material de um dado conjunto sonoro” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 232-233), que resulta em elementos do enunciado que são repetíveis e idênticos ligados ao contexto sócio-histórico. Assim, devemos considerar que o signo é tratado levando em conta sua história e sua historicidade, isto é, a palavra desloca-se em relação às percepções tradicionais, sendo encarada como um elemento concreto da criação ideológica.

Nessa perspectiva, “jararaca” (nome de uma serpente venenosa brasileira) é um signo, pois não somente remete à cobra extremamente venenosa, como também é empregado em um outro sentido: o de uma pessoa má e traiçoeira. Com isso, podemos entender, pela capa da revista *Veja* em que há esse signo, que Lula é uma pessoa traiçoeira assim como a jararaca e a própria Medusa. Além disso, a Medusa é um monstro cujos cabelos são cobras, havendo, assim, relações dialógicas entre jararaca e Medusa.

Ademais, o resumo da matéria principal (“Com o governo Dilma derretendo sob ameaça do impeachment, Lula sai atrás de apoio em Brasília, recorre ao Supremo Tribunal e termina acuado por um pedido de prisão preventiva”) intenta colocar o ex-presidente como alguém cercado e que não possui mais saída, ou seja, desesperado, pois não possui mais o apoio do governo; porém, mesmo cercado, ele ainda é considerado perigoso, assim como a Medusa que vivia em seu covil.

A imagem foca no rosto de Lula, sendo que ao seu redor tudo está escuro, remetendo à ideia de que seus aliados já foram pegos e que ele está sozinho ou escondido em seu covil, da mesma maneira que a Medusa vivia. As cobras em sua cabeça podem ser valoradas como aqueles que ainda o apoiam e que estão com ele, assim, nesse entendimento, Lula é aquele que comanda tudo, pois ele é a cabeça da Medusa, que era capaz de petrificar mesmo já derrotada. Medusa foi derrotada por Perseu, um semideus grego, o herói de Micenas; desse modo, dialogicamente, se Lula é a Medusa, resta ao juiz Sérgio Moro ocupar a posição de Perseu.

A capa da edição de 23 de março de 2016 corrobora a ideia de que Lula controla muitos políticos e a corrupção no país investigada pela Lava Jato:

Figura 5 – Terceira edição da revista *Veja* de março de 2016



Fonte: <https://midianinja.org/files/2017/05/CapasLulaRevistasSemanais1-2.pdf>.

Acesso em: 19 ago. 2020.

Nesta capa, a manchete “Lula comandava o esquema”, seguida do resumo “O senador Delcídio do Amaral antecipa a VEJA a segunda parte de sua delação e detalha como o governo vazava operações da Lava-Jato usando as senhas ‘ventos frios’ e ‘questão indígena’”, demonstra a imagem que se quer passar de Lula como criminoso. Mesmo o adjetivo “criminoso” não acompanhando o substantivo “esquema”, o leitor produz o sentido de que se trata de um “esquema criminoso”, visto que essa expressão dialoga com diversas outras mídias que produziam notícias sobre a Operação Lava Jato.

A imagem da capa compõe-se de seis repetições da foto do ex-presidente fazendo um gesto obsceno (dar uma banana), a qual

remete dialogicamente a certo apêndice masculino quando em impertinente estado de alerta máximo. Esse gesto é comumente empregado, de forma desrespeitosa, para mostrar que se ignora o que alguém acabou de dizer ou demonstrar. Assim, pelo enunciado produzido pela revista *Veja*, os elementos verbal e visual se amalgamam para mostrar que o ex-presidente não liga para as denúncias contra ele (Mensalão, Petrolão, Sítio de Atibaia, Triplex do Guarujá, Casa Civil) e nem mesmo para a “voz das ruas”, signo usado para se referir às manifestações que tomaram conta das ruas das principais cidades do país e tinham como objetivo apoiar a Operação Lava Jato, o juiz Sérgio Moro e pedir o impeachment da presidente Dilma Rousseff. A repetição da foto também gera o aumento do desrespeito, pois produz o sentido de que o ato seria repetitivo.

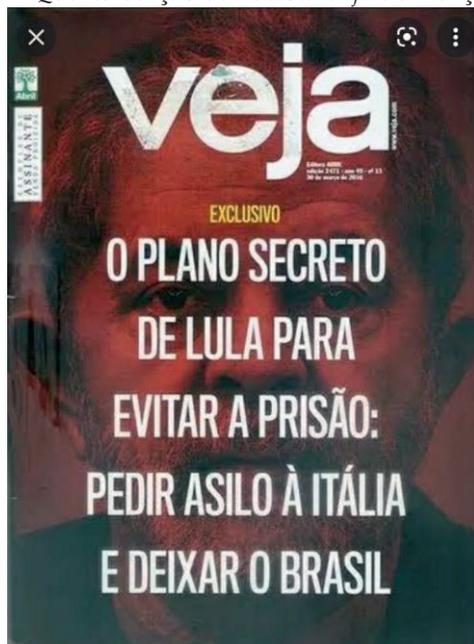
A imagem de capa também retoma dialogicamente uma cena da famosa novela *Vale Tudo* (1988), da Rede Globo de Televisão, na qual a personagem Marco Aurélio (Reginaldo Farias), depois de cometer vários crimes envolvendo corrupção, ao fugir de avião do Brasil com sua esposa Leila (Cássia Kis), assassina da personagem Odete Roitman (Beatriz Segall), “dá uma banana” para o país e o povo brasileiro.

Além do mais, a capa apresenta como “furo de reportagem” – pela colocação do adjetivo “exclusivo” em destaque vermelho na sua composição – a delação de Delcídio do Amaral, um político brasileiro, que ficou conhecido na mídia pelas suas delações contra o ex-presidente e o Partido dos Trabalhadores (PT). A manchete constitui-se de uma citação entre aspas, demonstrando que a fala é do denunciante e não da revista, o que produz a valoração de informação verdadeira, persuadindo o leitor a querer saber mais sobre a delação, pois o resumo apresenta outros elementos chamativos: a antecipação da segunda parte da delação e o detalhamento de como o governo vazava as operações. Assim, a revista, ao apresentar para o público somente a fala do denunciante, ocupa a posição de juiz ao ouvir as declarações de Delcídio, fazendo com que se incrimine Lula. Dessa forma, enuncia-se que Lula era chefe do esquema e, na leitura conjunta

com a imagem da capa, alguém que não liga para as consequências dos seus atos, nem para a opinião do povo brasileiro.

Por fim, na quarta edição de março de 2016, publicada no dia 30, temos a seguinte capa:

Figura 6 – Quarta edição da revista *Veja* de março de 2016



Fonte: <https://veja.abril.com.br/politica/lula-tem-plano-secreto-para-evitar-prisao-pedir-asilo-a-italia/>. Acesso em: 19 ago. 2020.

Nesta capa, observamos alguns dos elementos constituintes no gênero capa de revista, apontados por Holanda (2017): logotipo da editora, o nome da revista, manchete, elaboração e preparação estética da imagem e grafismos de assinantes. No entanto, não encontramos, na construção composicional, o resumo da matéria principal. As informações para o leitor restringem-se, em termos de linguagem verbal, ao adjetivo “exclusivo”, escrito na cor amarela, e à manchete, que, em destaque no centro da capa, condensa em si o assunto tratado. Porém, embora não apresente todos os elementos

comuns às outras capas, as modificações apenas demonstram a instabilidade composicional do gênero, sem desconstituí-lo.

Nessa capa, há também a colocação de Lula em uma posição valorada de vilão, visto que deixar o Brasil é uma opção para evitar ser preso. Corroborando esse sentido a imagem de Lula ao fundo, um pouco escurecida e avermelhada, estabelecendo um diálogo com a cor atribuída aos partidos de esquerda: a vermelha. Percebemos, ainda, uma expressão facial fechada e um olhar melancólico – demonstrando a ideia de tristeza e angústia – que se somam ao enunciado verbal (“O plano secreto de Lula para evitar a prisão: pedir asilo à Itália e deixar o Brasil”) na produção de sentidos. Sendo assim, notamos que os elementos verbais e visuais se complementam, formando uma chamada atrativa para o leitor conhecer melhor tal plano de fuga.

A representação de Lula passa a ideia de frustração do ex-presidente, pois, como é enunciado, o seu plano de pedir asilo à Itália para escapar da prisão foi descoberto. A cor escurecida nos dá a ideia de ocultação, como se Lula estivesse se escondendo ou ocultando os seus planos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A capa de revista é um gênero discursivo do campo jornalístico, que pode ser considerado como uma unidade enunciativa com características próprias e independente da leitura do restante da revista. Ela é constituída pelas linguagens verbal e visual, extremamente sintéticas, concisas, com elementos de elevado conteúdo semântico, elaborados com a finalidade de informar e persuadir o leitor.

Em relação aos objetivos traçados neste trabalho, nossas análises mostram que, enquanto gênero discursivo, as capas da revista *Veja*, publicadas em março de 2016, apresentam uma construção ideológica e valorativa que constituem a imagem de Lula como vilão descoberto, que articula planos e alianças, lidera grupos e esquemas criminosos e que estava sendo confrontado pela Operação Lava Jato. Esse

confronto se desenvolve ainda por mais tempo, já que esse anseio pela condenação de Lula, criado pela mídia, chega a uma solução: a sua prisão. As capas analisadas demonstram como a *Veja* construiu uma batalha ideológica entre Moro/Operação Lava Jato e Lula, colocando-os respectivamente nas posições de herói e vilão, batalha que deveria ter apenas um vencedor.

As análises empreendidas reforçam a afirmação de Bakhtin (2016) de que dois enunciados distantes um do outro, no tempo e no espaço, projetam sentidos por meio de relações dialógicas, pois mostramos que as capas dialogam com outros discursos, como aqueles proferidos pelas investigações das operações da Lava Jato. Além de dialogar com o campo jurídico, as capas analisadas da revista *Veja* também estabelecem relações com outros campos de atividade humana, como o político, o econômico, o mitológico e o artístico, para a constituição de uma imagem do ex-presidente.

Como salienta Bakhtin (2016) e Bakhtin e Volóchinov (2014), as escolhas dos gêneros discursivos são determinadas pelas condições de produção, do horizonte social e do auditório social estabelecidos. Podemos dizer, a partir de nossas análises, que as capas da revista *Veja* são orientadas para essas determinações, corroborando os objetivos da Operação Lava Jato.

REFERÊNCIAS

ACOSTA-PEREIRA, R. Gêneros do discurso: esferas, arcaica e constitutividade. **Polifonia**, Cuiabá, v. 20, n. 27, p. 54-72, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/629>. Acesso em: 24 jun. 2022.

BAKHTIN, M. **Para uma filosofia do ato**. 2.ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2012.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Editora 34, 2016.

BAKHTIN, M.; VOLÓCHINOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 16. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

CASTRO, B. D. S.; MASTELLA, V. Capa de revista: um gênero jornalístico opinativo? *In*: SEMINÁRIO INTERINSTITUCIONAL DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 16., 2011, Cruz Alta. **Anais [...]**. Cruz Alta: Unicruz, 2011. Disponível em: <https://home.unicruz.edu.br/seminario/anais/anais-2011/humanas/CAPA%20DE%20REVISTA%20UM%20G%3%83%C5%A0NERO%20JORNAL%3%83%C2%8DSTICO%20OPINATIVO.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.

CLAVEL, I.; RODRIGUES, C. Le Parti des Travailleurs dans le Brésil contemporain : de Lula à Dilma Rousseff (2002-2016). **Recherche socialiste**, n. 74-75, p. 139-157, jan./jun. 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/26659952/Le_Partides_Travailleurs_dans_le_Br%C3%A9sil_contemporain_de_Lula_%C3%A0_Dilma_Rousseff_2002_2016. Acesso em: 22 jun. 2022.

DIAS, W. M. **As relações dialógicas dos nomes das operações da Lava Jato**. 2022. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2022.

HOLANDA, M. F. M. **Revista Mundo Estranho: capa e ressonância dialógica**. 2017. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

LAVA Jato Lado B. Argumento: Luis Nassif. Roteiro, pesquisas e entrevistas: Luis Nassif e Cintia Alves. Imagens e edição: Nacho Lemus. Locução: Aurélio Carvalho. Coordenação geral: Lourdes Nassif e Cintia Alves. Colaboradores: André Sampaio e Zé

Bernardes. [S. l.]: TV GGN, 2020. 5 vídeos (107 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLZUPpD2EGpfqW0P33USs1QyexrIaBFjmU>. Acesso em: 27 ago. 2020.

OLIVEIRA, M. B. Linguagem e sujeito: revisitando escritos do Círculo de Bakhtin. In: FRANCO, N.; ACOSTA-PEREIRA, R.; COSTA-HÜBBES, T. (org.). **Estudos dialógicos da linguagem: reflexões teórico-metodológicas**. Campinas: Pontes, 2020. p. 47-62.

PALANDI, V. Veja x Carta Capital: entenda o posicionamento das duas revistas. **Colégio Web**, jan. 2015. Disponível em: <https://www.colegioweb.com.br/curiosidades/veja-x-carta-capital-entenda-o-posicionamento-das-duas-revistas.html>. Acesso em: 22 jun. 2022.

ROUSSEFF, D. O golpe de 2016, a porta para o desastre, por Dilma Rousseff. **Brasil de fato**, São Paulo, abr. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/17/o-golpe-de-2016-a-porta-para-o-desastre-por-dilma-rousseff>. Acesso em: 26 jun. 2022.

TRINDADE, V. C. A capa de revista como dispositivo midiático. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 36., 2015, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Intercom, 2015. p. 1-13. Disponível em: <https://docplayer.com.br/87758941-A-capa-de-revista-como-dispositivo-midiatico-1-vanessa-costa-trindade-2-universidade-federal-de-minas-gerais-belo-horizonte-mg.html>. Acesso em: 23 jun. 2022.

VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. São Paulo: Editora 34, 2018.

O GENDER SWAP E A CULTURA DA CONVERGÊNCIA

Edson Carlos Romualdo

Sônia Berveglieri

INTRODUÇÃO

A partir do desenvolvimento das tecnologias digitais, novas formas de produzir e consumir produções textuais são acionadas. Vivemos um momento de indiscutíveis mudanças sociais, culturais, tecnológicas ou virtuais, as quais são consideradas irreversíveis. Assim, por intermédio dessas novas tecnologias, há outras formas de se comunicar entre os indivíduos nos mais diversos segmentos e em diferentes espaços virtuais, permitindo que essa comunicação ocorra de forma flexível. Desse modo, o indivíduo tem hoje modos de comunicação que antes não era possível.

Jenkins (2009) discute a “cultura da convergência”, que, segundo ele, é um ambiente em que “as velhas e as novas mídias colidem, onde mídia corporativa e mídia alternativa se cruzam, onde o poder do produtor de mídia e o poder do consumidor interagem de maneiras imprevisíveis” (JENKINS, 2009, p. 29).

O autor argumenta que esse poder colaborativo, que começa com fins recreativos, está cada vez mais sendo desenvolvido e sendo aplicado a propósitos políticos, publicitários, educacionais etc. De acordo com Jenkins (2009), está se tornando comum líderes da indústria midiática retornar à convergência como modo de fazer sentido, em um momento de profundas transformações. Nessa perspectiva, haja vista, por exemplo, o esforço das TVs abertas em interagir com o público da internet, colocando programas ao vivo e pedindo para os telespectadores fazerem seus comentários ou vídeos e mandarem para esses programas, como uma forma de mantê-los também ligados à TV. Desse modo, a convergência é uma noção antiga que recebe novos significados.

A digitalização, conforme o autor, possibilitou condições para a convergência. O pesquisador revela que, com a era digital, antigos meios de comunicação, como rádio, teatro, cinema, TV não estão sendo substituídos. O que se observa é uma transformação no que se refere a suas funções e *status* devido à introdução das novas tecnologias.

A convergência dos meios de comunicação, de acordo com Jenkins (2009), muda também o modo como consumimos esses meios. É possível estar diante do computador e desempenhar diferentes tarefas, como, por exemplo, fãs de um determinado seriado de TV podem “capturar imagens, resumir episódios, discutir roteiros, criar *fanfiction* (ficção de fã), gravar suas próprias trilhas sonoras, fazer seus próprios filmes – e distribuir tudo isso ao mundo inteiro pela internet” (JENKINS, 2009, p. 44). Nesse sentido, a convergência promove mudanças tanto na forma de produzir quanto na de consumir meios de comunicação.

Essa cultura convergente é, ao mesmo tempo, um processo corporativo, de cima para baixo, assim como um processo de consumidor, de baixo para cima, assim como um processo de consumidor, de baixo para cima. A convergência corporativa e a alternativa coexistem, não havendo como retroceder. Produtores de mídia readequam-se a essas novas formas de consumo. Os consumidores, por seu turno, observam a chance de uma ação mais efetiva nessa nova configuração cultural (JENKINS, 2009).

Para Reis (2012), é possível observar um ciclo produtivo (e reprodutivo) que se origina do produto cultural. Os indivíduos utilizam chats, e-mail, blogs e páginas pessoais (Twitter, Facebook, Instagram, Youtube etc.) para produzir e reproduzir informações livremente. Essa relação expõe um fenômeno crescente de assimilação direta e objetiva dos bens culturais da indústria cultural e da cultura de mídia, em sua maioria por fãs, apreciadores e aficionados que têm um significativo acesso a instrumentos adequados para ajudá-los a produzir e distribuir materiais alternativos. Esse processo corrobora as ideias de Jenkins (2009) quando afirma que antigas e novas mídias “se cruzam”, havendo

interação do poder da mídia corporativa e do poder do consumidor, mas de forma imprevisível.

Dentre as várias possibilidades de fenômenos que surgem/podem surgir a partir da participação dos fãs, um tem chamado a nossa atenção: é o *gender swap* (troca de gênero)¹. Esse fenômeno consiste na mudança do sexo biológico de uma personagem de ficção e/ou identidade de gênero, permitindo, assim, que uma personagem masculina, em um texto fonte, torne-se uma personagem feminina em uma releitura e vice e versa. Observamos que a indústria do entretenimento tem comprado essa ideia e vêm promovendo de forma bem efetiva essa mudança. É possível encontrar esse fenômeno em produções da Marvel, em que os super-heróis são transformados em super-heroínas. Essa prática, também, pode ser vista em desenhos animados, games, *animes*, mangás, séries de TV, na transmidialidade livro/filme e no cinema.

Voltando nosso olhar para o fenômeno *gender swap*, enquanto troca de sexo e/ou gênero de personagens, percebemos que ele não é recente e suas causas podem ter origens diversas. Como exemplo podemos citar o filme *Ran* (1985), dirigido por Akira Kurosawa, com roteiro baseado na peça *Rei Lear*, de William Shakespeare. Com a trama transposta para o Japão, as três filhas do Rei são substituídas por filhos, pois no Japão feudal as mulheres não podiam herdar os bens paternos. Além disso, o filme caracteriza-se como um drama de guerra, o que também colabora para a mudança do gênero das personagens herdeiras.

No entanto, o que vemos no momento é um crescimento significativo desse fenômeno e sua nomenclatura em várias áreas da cultura, como dissemos. Essa observação nos levou a questionar o motivo pelo qual, atualmente, emerge uma grande quantidade de textos com o fenômeno *gender swap*. A nosso ver, esse crescimento deve-se às condições sócio-históricas que estamos vivenciando,

¹ Utilizamos o termo em língua inglesa, pelo fato de ele assim se apresentar em artigos sobre cinema publicados em outras línguas, já se caracterizando, a nosso ver, como um anglicismo.

com o aumento das mídias digitais e de seu uso, ou seja, tal crescimento deve-se à cultura da convergência.

Dessa forma, objetivamos, neste trabalho, demonstrar o crescimento do fenômeno *gender swap* como fruto da cultura da convergência. Entendemos esse crescimento como algo que surge a partir das comunidades de fãs, mas extrapola esses meios digitais, influenciando as grandes indústrias culturais. Notamos, desse modo, um processo inverso, uma vez que é a indústria dominante que absorve a ideia da cultura digital.

Por não termos encontrado estudos sobre o *gender swap* de uma maneira mais específica e abrangente, dedicamo-nos a entender a emergência do fenômeno no momento atual e, a partir das ideias de Jenkins (2009), procuramos traçar um percurso do aparecimento desse fenômeno em segmentos da cultura de mídia.

O CRESCIMENTO DO FENÔMENO *GENDER SWAP* COMO RESULTADO DA CULTURA DA CONVERGÊNCIA

O papel dos consumidores no que diz respeito às indústrias midiáticas, principalmente no entretenimento, era passivo, de meros receptáculos daquilo que era produzido pela indústria. Esse consumidor não aceita mais esse papel. Agora ele quer participar desse processo ativamente, seja na produção ou recepção desses produtos.

Reis (2012), em seu artigo “*Adventure Time* e o caso Natasha Allegri: apropriação de bens culturais, *fan art* e o novo ciclo produtivo televisão/internet”, expõe o exemplo de uma fã, Natasha Allegri, que se apropria da narrativa e personagens do desenho da rede americana de televisão a cabo *Cartoon Network*, *Adventure Time*. Ela torna-se influenciadora de produção de *fan art* e apropriação da narrativa e personagens dos desenhos em *blogs* e comunidades virtuais.

Segundo Reis (2012), em meados de 2010, Allegri, artista gráfica e designer, resolveu fazer uma versão diferente em algumas ilustrações e histórias em quadrinhos (HQ) do desenho animado no

qual trabalhava de forma modesta como revisora e designer. Ela transformou as personagens do desenho animado da *Pendleton Ward Adventure Time*, Finn, o garoto humano, e Jake, o cachorro mágico, que percorrem a Terra de Oo (*Land of Oo*), com gêneros trocados. Expressão conhecida no mundo virtual por *gender swap*.

A personagem Finn torna-se Fionna, e Jake transforma-se em um gato, chamado Cake. Em um primeiro momento, foi postado em seu *blog* e, em seguida, publicado pelo *blog* oficial da produtora *Frederator*. Isso provocou um alvoroço entre os fãs desse já popular desenho animado, promovendo, assim, a apropriação desses fãs. Reis (2012) argumenta que Allegri surge como uma via de mão dupla do fã, isto é, aquele que se apropria do produto cultural e reinterpreta-o, buscando outros recursos e conteúdos para recriar determinado produto. Como dissemos anteriormente, para o autor, é possível, por meio da rede, observar um ciclo produtivo (e reprodutivo) que se origina do produto cultural. Esse produto cultural percorre a rede “formando (e formatando) redes de contato, troca, interpretação e apropriação pelos fãs através da fan art” (REIS, 2012, p. 48).

O exemplo que Reis (2012) exhibe sobre Natasha Allegri é representativo da cultura da convergência. Há um produto construído, tendo como base várias mídias, que propicia ao fã (consumidor) sair do seu anonimato e apresentar para outros fãs o seu trabalho, permitindo, de maneira global, realizar trocas de valores simbólicos e culturais. Isso rompe com a influência total das indústrias culturais. Esse caso, segundo o autor, é referencial e mais visível, porque evidencia todo esse processo do produto da cultura de mídia, que chega ao fã e retorna ao produto cultural, mas não se trata de uma exclusividade.

As *fanfictions* surgem a partir da cultura da convergência. É importante ressaltar que esse tipo de produção não tem objetivos lucrativos, configurando-se, assim, em uma forma de não violar a propriedade intelectual do autor que detém os direitos do objeto que servirá como fonte da *fanfiction*. Carneiro e Prado (2014) expõem que, para evitar possíveis demandas judiciais, como

alguns sites de *fanfictions* da série Harry Potter vivenciaram, muitos autores esclarecem no início de suas publicações quem são os proprietários dos direitos autorais, deixando claro também o caráter não comercial dessas produções.

De acordo com os autores, as várias comunidades em que os *ficwriters* (escritores de *fanfictions*) conectam-se para ler, escrever e discutir as produções baseadas nos objetos culturais de seus autores prediletos denominam-se *fandoms*. São ambientes que podem ser desde *blogs* até *websites* especializados exclusivamente nesse tipo de trabalho. Segundo eles, o *website Fanfiction.net* é um dos maiores *fandoms* encontrados em língua estrangeira; já no Brasil, por sua vez, há disponível o *Nyah! Fanfiction*, por exemplo (CARNEIRO; PRADO, 2014).

Seguindo a ideia da relação entre a indústria do entretenimento e seus consumidores, a Marvel – subsidiária da The Walt Disney Company – é um exemplo corporativo que participa ativamente desse processo de convergência, pois diversificou seus investimentos em produtos. Atualmente, além das histórias em quadrinho, investe em cinema, jogos, *action figures* e acessórios, expandindo seu propósito de atuação e seu relacionamento com os diversos públicos. De acordo com Tsujiguchi, Galvão e Vieira (2015), a Marvel tem utilizado o meio digital, desenvolvendo produtos como *applets*, games, revistas digitais e séries.

A empresa tem o interesse em manter contato com o consumidor exatamente para observar quais são os seus anseios em relação a seus produtos. Observamos, também, que é valorizado aquele projeto em que o usuário expõe sua criatividade, como vimos com o exemplo de Natasha Allegri na produtora Frederator.

A Marvel também já apresentou versões femininas de seus super-heróis (ou mais recentemente *gender swap*), inclusive os mais importantes, como Superman, Batman, Hulk, Homem-Aranha, Thor e Capitão América. Nadale (2015) revela que, com o término da Segunda Guerra Mundial, as HQ de heróis tiveram uma queda. Os editores buscavam, propondo uma “mudança de sexo” em marcas já aceitas, uma forma de chamar a atenção de leitoras.

Segundo o jornalista, nas editoras Marvel e DC, as precursoras foram a Mulher-Gavião (esposa do Gavião Negro), em 1940, e a Miss América (vagamente ligada ao Capitão América), de 1943. No entanto, a primeira a fazer sucesso de fato foi a Batwoman, que apareceu em 1956, foi publicada até 1979, reaparecendo em 2006. A seguir, apresentamos versões das super-heroínas mulheres-aranha:

Figura 1 – Versões de Mulheres-Aranha



Fonte: Nadale (2015).

Conforme Nadale (2015), essas versões foram criadas, respectivamente, em 1977, 1984 e 1998. A primeira, e até hoje a mais famosa, é Jessica Drew. Ela foi uma renomada agente da SHIELD e vingadora por muito tempo. Em seguida, surge Julia Carpenter, que apresenta poderes semelhantes aos de Peter Parker. Hoje, atende pelo nome de Madame Teia. Finalmente, existiu a jovem Mattie Franklin, que ganhou seus poderes por meio de magia, entretanto morreu em 2010.

Outro exemplo a ser observado é a versão feminina de Thor:

Figura 2 – Versão feminina de Thor



Fonte: Nadale (2015).

Nadale (2015) revela que essa versão foi produzida em 2014. De acordo com ele, desde 2014, Jane Foster, antiga namorada de Thor, adotou esse papel, pois conseguiu erguer o martelo abandonado pelo herói. Os fãs não foram muito receptivos à mudança, porém, contrariando esse posicionamento, os primeiros números da revista venderam mais do que antes. A nova Thor já foi adicionada aos Vingadores.

Existem, ainda, fãs de filmes da Marvel que, utilizando um aplicativo, produzem o *gender swap* de atores masculinos dos super-heróis. Eles usam o programa FaceApp. Segundo Drum (2019), as pessoas têm captado imagens de vários atores masculinos de filmes da Marvel – o Marvel Cinematic Universe e o X-Men – e os editam para transformá-los no que poderiam parecer se existissem em uma versão feminina. Os resultados dessas transformações digitais começaram a se tornar virais. Ela admite que, em alguns casos, o trabalho é impressionante ou, até mesmo, surpreendente, como podemos verificar a seguir:

Figura 3 – *Gender swap* de Cris Hemsworth (Thor) e Sebastian Stan (Soldado Invernal)



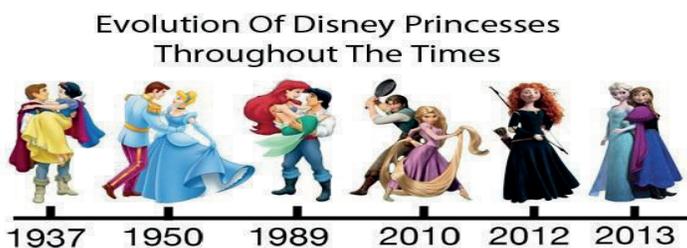
Fonte: Drum (2019).

Esse recorte ilustra bem o que vimos discutindo sobre a cultura da convergência: os fãs promovem o *gender swap* das imagens dos atores que atuam como personagens dos filmes da Marvel por meio de recursos tecnológicos e, ainda por intermédio desses recursos, fazem-nas circular em diversos domínios, numa inter-relação que não se restringe ao universo dos fãs, mas chega também às mídias corporativas, à própria empresa produtora.

Quando se trata de personagens da Disney, mais precisamente príncipes e princesas, observamos a existência de papéis bem estereotipados do que é ser uma princesa (donzela, romântica, sensível, frágil, que é salva por seu príncipe); este, por sua vez, é forte, protetor e salva a princesa de uma situação de perigo. Segundo D’Ambrozio (2017), o feminismo moderno contribuiu para a mudança de papéis de gêneros da Disney. No decorrer da expansão feminista, nos anos 80, o filme *A Pequena Sereia* foi lançado, tendo Ariel não mais como uma donzela semelhante às demais princesas, mas, sim, como uma jovem forte que não aceitava as regras impostas. Para D’Ambrozio (2017), esta

produção transformou os filmes da Disney, promovendo uma nova fase nas animações da produtora. Ela expõe, ainda, que princesas como Pocahontas, Mulan e Belle também escolheram seu destino, não se deixando ser controladas por alguém. Revela, também, que produções mais recentes que trazem características femininas fortes e independentes são “Brave”, “Frozen” e “Lilo e Stitch”. A seguir um quadro, apresentado por D’Ambrozio (2017), em que aparece a evolução das princesas da Disney:

Figura 4 – Evolução das princesas da Disney ao longo do tempo



Fonte: D’Ambrozio (2017).

Ao observarmos a Figura 4, percebemos que de 1937 a 1989, as princesas aparecem juntamente com os príncipes, em imagens em que estes assumem atitude carinhosa e protetora em relação àquelas, respectivamente, Branca de Neve, Cinderela e Ariel. Já em 2010, Rapunzel aparece também com o seu parceiro, mas em uma atitude combativa, demonstrando que ela e ele estão em posição de igualdade no enfrentamento das adversidades, inclusive com ela à frente. A princesa Merida, em 2012, por sua vez, não aparece acompanhada de um príncipe ou qualquer homem, mas sozinha, com seu arco e flecha nas mãos, mostrando sua autossuficiência, também em termos de combate. Em 2013, vemos as irmãs princesas Elza e Anna, sem a presença masculina, com seus braços entrelaçados e seus olhares voltados uma para a outra, indicando o companheirismo existente entre as mulheres.

Como já afirmamos, as comunidades on-line são fonte de vários trabalhos criativos e expõem as possibilidades produzidas

por seus usuários. Em relação, ainda, às criações Disney, é possível encontrar algumas sugestões de *gender swap*, em que as princesas tornam-se príncipes. É o caso da artista canadense Yue Wang, conhecida pelo apelido de Sakimichan, que produziu imagens de personagens da Disney com gênero trocado. Nessa galeria, é possível encontrar Esmeralda, Ariel, Pocahontas, Cruella, Rainha da Neve, A Bela e a Fera, Malévola, Úrsula e Hades em suas versões alternativas. Podemos observar, na Figura 5, exemplos do trabalho de Sakimichan:

Figura 5 – Versões masculinas de Ariel, Esmeralda e Pocahontas



Fonte: DeviantArt.

O fenômeno *gender swap* também pode ser observado entre aqueles que praticam o Cosplay – termo em inglês, formado pela junção das palavras *costume* (fantasia) e *roleplay* (brincadeira ou interpretação). Essa prática pode estar relacionada a personagens de *games*, *animes*, mangás, como também qualquer outro tipo de caracterização ligada à cultura pop. Geralmente os *cosplayers* (pessoas que praticam *cosplay*) são fãs de personagens que aparecem em séries, filmes, *games* ou desenhos animados. Os integrantes desse grupo comungam da ideia de que o participante tem de produzir sua própria fantasia, incluindo todos os elementos necessários para compor a personagem. Ademais, o *cosplayer*

também deve interpretar a personagem escolhida por ele. Existem eventos direcionados exclusivamente para o universo *Cosplay*, o que demonstra a força desse movimento. Na Figura 6, a seguir, é possível observar um caso de *gender swap* em *cosplay*:

Figura 6 – Versão feminina da personagem Coringa



Fonte: Jacauna (2017).

Conforme Jacauna (2017), recentemente é possível observar *cosplays* mais criativos, em que as mulheres adequam a personagem original para o universo feminino, mudando peças do vestuário, como, por exemplo, calça por saia ou vestido.

Outro segmento em que se pode perceber a ocorrência de *gender swap* é em jogos eletrônicos, os *games*. O jogador escolhe um *avatar* que pode ser a versão padrão, ou ele pode fazer algumas alterações, padronizando sua personagem, mudando a aparência, cabelo, classe, gênero. Silva (2011) afirma que, para quem joga *Mass Effect*, é possível personalizar completamente a personagem principal, Comandante Shepard, em versão feminina ou masculina. Segundo o autor, quase nunca se via a versão feminina de Shepard em vídeos de divulgação do jogo, somente a versão masculina, que é baseada no modelo holandês Mark Vanderloo. Mas o diretor de marketing da *BioWare*, David Silverman, surpreso com o aumento do interesse pela Shepard, revelou que isso iria mudar, prometendo, no *Mass Effect 3*, uma versão feminina. Isso realmente

ocorre. A seguir, na Figura 7, a versão feminina e masculina da personagem Shepard:

Figura 7 – Shepard na versão feminina e masculina de Mass Effect



Fonte: Silva (2011).

É possível, também, encontrar a ocorrência do fenômeno *gender swap* por intermédio da transmídia livro/filme. O livro *Crime e Castigo* do escritor russo Fiódor Dostoiévski (1827-1881), por exemplo, serviu de fonte para a produção cinematográfica *Nina* (2004), do brasileiro Heitor Dhália. No filme, a personagem Nina (Guta Stresser) é o *gender swap* da personagem principal do livro, Raskólnikov. Santos (2012), em seu artigo “Hibridização entre literatura, cinema e quadrinhos: relações entre o romance *Crime e Castigo*, de Dostoiévski, e o filme *Nina*, de Heitor Dhália”, não trata a questão do *gender swap*. Ele propõe uma análise comparativa entre as mídias, que objetiva investigar as modificações “súgnicas” operadas pela tradução, principalmente no tocante à produção de sentido. No entanto, devemos considerar que a ocorrência do *gender swap* da personagem principal também acarreta modificações para a composição desta personagem.

Continuando na questão da transmidialidade, notamos, ainda, que a personagem Sherlock Holmes, criada pelo escritor Arthur Conan Doyle, é fonte de inspiração para as mais diversas adaptações para a TV e cinema, como, por exemplo, Benedict Cumberbatch na série da BBC, Robert Downey Jr. nos filmes ou personagens inspirados no detetive, como o vivido por Hugh Laurie, extinta série

americana *House*, exibida pela Fox. No entanto, é na série televisiva contemporânea *Elementary*, criada por Robert Doherty, que aparece uma versão feminina de uma personagem de Doyle. Ao lado de Sherlock Holmes (interpretado por Jonny Lee Miller), um ex-usuário de heroína, com o corpo coberto de tatuagens, está a Dra. Joan Watson (vivida por Lucy Liu), a versão *gender swap* do Dr. Watson. A Dra. Joan é uma ex-médica que se transformou em acompanhante para viciados em recuperação. O criador da série, Doherty, revelou que a ideia de transformar Watson em uma mulher surgiu após pesquisas, em que uma das avaliações feitas por especialistas sobre Sherlock Holmes apresentava que a personagem tinha aversão a mulheres (BRITTO, 2013).

Para Zoratti (2018), o cinema está atravessando uma radical transformação e redefinição dos papéis masculinos e femininos, por intermédio de *remake/reboot/spin-off* de antigos filmes com papéis invertidos, ou seja, *gender swap*. Segundo o autor, em época do *#metoo* e do escândalo Harvey Weinstein (produtor acusado de assédio sexual em Hollywood), surgiu uma nova tendência cinematográfica, que aproveita o momento de uma realidade em curso: a troca de gênero, a mudança da identidade de um ou mais personagens para o gênero oposto. De acordo com o autor, a substituição, no passado, de uma personalidade ou corpo era vista apenas como um entretenimento, ou como um simples recurso narrativo, no entanto, no momento atual, deve ser observada como um discurso que se tornou político, social, humano, mesmo se tratando de uma comédia, filmes de ação ou policiais. Ele expõe alguns trabalhos que trazem esse acontecimento da troca de gêneros, em que há a mudança dos hábitos e estereótipos masculinos e femininos.

Zoratti (2018) cita a série de TV, *Ranma ½* (Rumiko Takahashi, 1989). Segundo ele, quando se trata de *gender swap*, há um nome que vem à mente: Japão, país sede da cultura *mangá* e *anime*, onde a prática é bastante comum, com personagens que surgem com o sexo trocado. O autor apresenta os exemplos de *Once Piece* e o recente *Your Name*, em que dois adolescentes, uma estudante do

interior e um colegial de Tokyo, acordam em uma manhã um no corpo do outro. A história revela que um jovem esperto praticante de artes marciais, devido a uma maldição, transforma-se em uma jovem, quando entra em contato com água fria.

Outra série apresentada pelo autor é a *Doctor Who* (2017), de Sidney Newman. Depois de 13 Senhores do Tempo homens, a série lança uma *Lady*, interpretada por Jodie Whittaker. Para Zoratti (2018), este é um exemplo de troca de gênero que demorou para acontecer, uma vez que a série clássica teve início em 1963, mostrando um profundo e imutável sexismo em uma parte significativa de fãs, que não absorveram bem essa mudança.

Dentre os filmes, o autor cita como exemplos: *Karate Kid 4* (1994), de Christopher Kain; *The third Woman* (1997) de Zoran Tadic, uma produção croata; *Ghostbusters* (2016), de Paul Feig; *Nemesi* (2016) ou *The Assignment*, em inglês, de Walter Hill, que conta a história de um cirurgião que decide se vingar de um assassino mudando-o de sexo; *Ocean's 8* (2018) ou, em português, *Oito mulheres e um segredo*, de Gary Ross, dando continuidade a trilogia passada *Onze*, *Doze* e depois *Treze homens e um segredo*; *Overboard* (2018), de Rob Greenberg, releitura de um filme de 1987, *Um salto para a felicidade*. Além desses, Zoratti (2018) apresenta, também, o título do filme *What Men Want* (2019) ou, em português, *Do que os homens gostam*.

Nos *remakes* dos filmes com o *gender swap*, o fato de o sexo e/ou gênero da personagem principal ser trocado do masculino para o feminino traz consequências para os sentidos produzidos na trama, visto que as personagens passam a incorporar aspectos demandados pelas mulheres nas lutas feministas (BERVEGLIERI, 2022). Além disso, a discussão e os exemplos que vimos trazendo demonstram como a cultura da convergência permitiu que tais aspectos pudessem circular mais pelas diversas mídias, ganhando maior visibilidade.

Quando tratamos de lutas feministas, devemos entender que elas constituem-se em um mecanismo multifacetado de concretização dos

conceitos de igualdade de gênero, que tem na promoção dos interesses das mulheres o seu principal engajamento.

Bonnici (2007, p. 13) afirma que no “mundo ocidental a década de 1960 foi o berço de novas tecnologias de reprodução e, portanto, de redefinições sobre a sexualidade e a mentalidade femininas, e da sociedade de informação”. O autor argumenta que os Estudos Feministas e de Gênero apresentam um posicionamento ético para uma comunidade que seja justa, seja liberta de preconceitos classistas, raciais e sexuais. Ademais, esses estudos podem oferecer várias ideias interdisciplinares sobre história, literatura, cultura, sexualidade, gênero, multiculturalismo, diferenças e identidade, permitindo eliminar uma hierarquização dos sexos, principalmente a supremacia do sexo masculino.

Mendes e Siqueira (2018), por seu turno, expõem que devido à pressão do público e de movimentos sociais como o feminismo é possível tratar de questões de gênero na agenda midiática. Segundo elas, a mídia, enquanto instituição, tem o poder de reafirmar ou romper padrões de gênero. Analisar o entretenimento e seus produtos é imprescindível para uma intervenção política e para mudar esses padrões.

As autoras, a partir de análises feitas sobre o aumento do protagonismo feminino em desenhos animados atuais, afirmam que houve uma conquista. Como podemos conferir na seguinte afirmação:

A quantidade de animações com personagens femininos dotados de habilidades, valores e responsabilidades geralmente conferidas aos heróis de ficção aumentou consideravelmente entre as décadas de 1980 e 1990 [...]. Mais tarde, na década de 2000, tal movimento ainda se estendeu com novos desenhos em que super-heroínas lideravam as histórias, muitas vezes em grupo. Observa-se nestas produções um protagonismo feminino que até então surgia timidamente em casos isolados entre as séries animadas, com certa independência em relação a personagens masculinos. O protagonismo invocado pelas heroínas seria uma tentativa de subverter a lógica do herói masculino e da princesa em perigo, abrindo novas possibilidades de representação (MENDES; SIQUEIRA, 2018, p. 3).

Somado a isso, como temos discutido até o momento, podemos observar várias releituras nas mais diversas materialidades textuais, promovidas, a nosso ver, pela cultura da convergência, em que também estamos observando a ocorrência do fenômeno *gender swap*.

As autoras alegam que, pelo fato de as mulheres viverem inseridas em uma cultura androcêntrica, submetendo-as a um poder patriarcal, elas foram, por muito tempo, pouco representadas na arte e na cultura, relegando-as a estereótipos de gênero e ocupando posições coadjuvantes. Nesse sentido, o aumento contínuo de personagens com os gêneros trocados nos trabalhos midiáticos seguiu, de certo modo, os avanços do feminismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos a significativa contribuição dos avanços tecnológicos nas mais diferentes formas de produzir e receber as materialidades textuais. Percebemos também que na era da convergência, na qual estamos inseridos, o público, como aponta Jenkins (2009), não se limita a um papel passivo diante das novas possibilidades de produção, de modo que querem participar ativamente desse processo. Essa atitude permite contribuições pífias, como também participações relevantes que acabam sendo acatadas pela indústria, por exemplo, do entretenimento.

Nessa nova forma de produzir, circular e consumir bens culturais, notamos o aumento da ocorrência do *gender swap*, isto é, a troca de sexo/gênero de personagens. Embora o nome dado a esse fenômeno seja novo, sua prática não o é. Conforme verificamos anteriormente, já havia nas HQs, desde o término da Segunda Guerra Mundial, experimentos de trocar o sexo do herói para observar a reação por parte do público, ao vê-lo na figura de uma heroína. Porém, no momento atual, essa prática está acentuada, podendo ser observada nos mais diferentes segmentos textuais, não somente nas HQs, como também em jogos eletrônicos, filmes e séries, entre outros. Entendemos, desse modo, que a emergência de

uma grande quantidade de textos com o fenômeno *gender swap* é impulsionada, no contexto sócio-histórico atual, pela cultura da convergência, em que o acesso às tecnologias digitais está mais democratizado, ao alcance de muito mais pessoas.

Ao ocorrer o *gender swap*, há uma maior incidência na mudança do masculino para o feminino, como pudemos observar com os exemplos mostrados no decorrer de nosso trabalho. Essa incidência é, certamente, também fruto do progressivo avanço dos movimentos sociais feministas, com suas demandas de direitos.

REFERÊNCIAS

BERVEGLIERI, S. *Gender swap e intertextualidade: transformações e redefinições do ser homem e ser mulher em remakes com papéis de gênero invertidos*. 2022. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2022.

BONNICI, T. **Teoria e crítica literária feminista** – conceitos e tendências. Maringá: Eduem, 2007.

BRITTO, T. Lucy Liu e Jonny Lee Miller falam sobre a dupla Sherlock e Watson contemporânea de 'Elementary'. **O Globo**, Rio de Janeiro, 3 fev. 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/revista-da-tv/lucy-liu-jonny-lee-miller-falam-sobre-dupla-sherlock-watson-contemporanea-de-elementary-7466373#ixzz58Xju3C8Q>. Acesso em: 1 mar. 2018.

CARNEIRO, J. E. M.; PRADO, M. R. Manifestações literárias no ciberespaço: uma *fanfiction* inspirada em Stephen King. **Revista Primeira Escrita**, Aquidauana, n. 1, p. 93-102, nov. 2014.

D'AMBROZIO, G. Because of modern feminism Disney princess gender roles are changing. **Odyseey**, [s. l.], jul. 2017. Disponível

em: <https://www.theodysseyonline.com/the-evolution-of-gender-roles-in-disney-princess-movies>. Acesso em: 16 ago. 2018.

DRUM, N. People are turning Marvel actors into women and the results are interesting. **Comicbook**, [s. l.], jan. 2019. Disponível em: <http://comicbook.com/marvel/2018/06/09/marvel-men-faceapp-gender-swap/>. Acesso em: 02 ago. 2018.

JACAUNA, T. Inspiração cosplay: versões femininas de personagens masculinos. **Cosmo**, [s. l.], maio 2017. Disponível em: <https://cosmonerd.com.br/outros/colunas/mundo-cosplay/inspiracao-cosplay-versoes-femininas-de-personagens-masculinos/>. Acesso em: 26 jun. 2022.

JENKINS, H. **Cultura da convergência**. Tradução: Susana Alexandria. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

MENDES, M. V. S.; SIQUEIRA, D. C. O. Protagonismo feminino em animação: gênero, corpo e suas representações na indústria audiovisual. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 41., 2018, Joinville. **Anais** [...]. Joinville: Intercom, 2018. p. 1-15.

NADALE, M. Quais super-heróis já tiveram versão feminina? **Superinteressante**, [s. l.], out. 2015. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/quais-super-herois-ja-tiveram-versao-feminina/>. Acesso em: 24 ago. 2018.

REIS, P. H. B. Adventure Time e o caso Natasha Allegri: apropriação de bens culturais, fan art e o novo ciclo produtivo televisão/internet. **Ciberlegenda** (UFF. Online), v. 27, p. 47-58, 2012.

SANTOS, F. E. A. Hibridização entre literatura, cinema e quadrinhos: relações entre o romance Crime e Castigo, de Dostoiévski, e o filme Nina, de Heitor Dhália. **Terra roxa e outras**

terras – Revista de Estudos Literários, Londrina, v. 24, p. 1-15, dez. 2012. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/letras/terraroxxa>. Acesso em: 2 set. 2018.

SILVA, A. Mass Effect 3 dará mais destaque à Shepard feminina. **TechTudo**, [s. l.], jun. 2011. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/noticias/2011/06/mass-effect-3-dara-mais-destaque-shepard-feminina.ghtml>. Acesso em: 29 jun. 2022.

TSUJIGUCHI, F. Y.; GALVÃO, F. F.; VIEIRA, F. G. D. A expressão material e digital da Marvel. *In*: SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 1., 2015, Maringá. **Anais** [...]. Maringá: UEM, 2015. p. 1-19.

ZORATTI, F. Scambi di genere oltre Ocean's 8 – 10 film (e serie tv) gender swap da vedere. **Cinematographe.it**, [s. l.], jul. 2018. Disponível em: <https://www.cinematographe.it/rubriche-cinema/oceans-8-scambi-di-genere-film-gender-swap/>. Acesso em: 14 ago. 2018.

CONTROLE ESTATAL DAS COMUNICAÇÕES: UMA ANÁLISE DE CHATÔ: O REI DO BRASIL

Renata Adriana de Souza
Tatiane Aparecida Ignaszewski Kempf

INTRODUÇÃO

No dia 07 de junho de 2022, muitos veículos de comunicação no Brasil comemoraram o dia Nacional da Liberdade de Imprensa, expondo a importância do jornalismo em nossa formação social. A esse respeito, o trabalho de Miguel (2019) discute, entre outros pontos importantes, o jornalismo profissional como uma das fontes de conhecimento e informações existentes no meio social e, ao lado da ciência e da escola, é um mecanismo que nos ajuda a entender os fatos, descobertas e acontecimentos regionais, nacionais e mundiais que afetam, direta ou indiretamente, nossa vida.

Para Brum (2019), um jornalista é um intérprete de seu tempo, escreve sobre a história em movimento, em um mundo plural, dividido e desigual. Por isso, o trabalho sério realizado por muitos jornalistas é imprescindível para o fortalecimento de um Estado democrático. No entanto, a área da comunicação é contraditória, pois o jornalista, normalmente, trabalha para uma empresa que possui interesses capitalistas e estabelece relações de controle no meio social. No Brasil, as grandes empresas de comunicação sempre estiveram vinculadas às classes dominantes compartilhando interesses, poder de mando e exercendo papel importante em momentos históricos decisivos.

Em Souza (2015), discutimos formas de manipulação realizadas em território nacional ao longo de todo o século XX e XXI, desde que a imprensa se tornou empresa de comunicação. Para discutir o caráter contraditório da imprensa no Brasil, iremos expor, neste trabalho, um gesto de interpretação sobre as práticas realizadas pelo

primeiro magnata das comunicações da América Latina, Assis Chateaubriand. Isso será feito a partir de um recorte do livro *Chatô: o rei do Brasil* (1994), de Fernando Moraes, e do filme *Chatô, o rei do Brasil*, dirigido por Guilherme Fontes, lançado em 2015.

A IMPRENSA NO BRASIL: CONTROLE, PODER, DOMINAÇÃO

As condições de produção para o surgimento da imprensa no Brasil estão associadas a uma série de relações de poder, sua chegada ocorreu em 1808, com a vinda de D. João VI, e o lançamento da *Gazeta do Rio de Janeiro*, cujo objetivo era registrar o que se passava em Portugal. De acordo com Mariani (1998), esse gesto político-institucional de fundação da imprensa no Brasil resultou na submissão do jornal ao poder vigente e na preocupação em atender aos interesses do dono do jornal. Tais fatos estabeleceram condições de produção específicas para a produção e circulação textual-discursiva nos grandes veículos de comunicação em nosso país.

De acordo com Pêcheux (2010), falar em condições de produção é fazer referência à natureza sócio-histórica do dizer. Um discurso faz parte de um mecanismo em funcionamento, isto é, pertence a um sistema de normas que não são nem universais nem individuais, há relações de força que faz com que as regras se modifiquem de acordo com a posição ocupada pelo sujeito e com o lugar de circulação desse objeto:

Por exemplo, o deputado pertence a um partido político que participa do governo ou a um partido da oposição; é porta-voz de tal ou tal grupo que representa tal ou tal interesse, ou então está 'isolado' etc. Ele está, pois, bem ou mal, situado no interior de relações de forças existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado: o que diz, o que anuncia, promete ou denuncia não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa: a mesma declaração pode ser uma arma temível ou uma comédia ridícula segunda a posição do orador e do que ele representa, em relação ao que diz: um discurso pode ser um ato político direto ou um gesto

vazio, para 'dar o troco', o que é uma outra forma de ação política (PÉCHEUX, 2010, p. 75-76).

Nesse sentido, as condições de produção de instalação e fortalecimento dos grandes grupos de imprensa no Brasil estão associadas a uma estrutura ideológico-política de controle sobre as publicações. Isso se manteve mesmo após a independência, o Código Criminal do Império estabeleceu uma série de medidas de controle ao criminalizar qualquer publicação contrária ao governo. Isso foi feito para assegurar que a imprensa continuasse a servir as relações dominantes existentes.

A passagem do século XIX para o XX marca o início da chamada empresa jornalística ligada à ascensão da classe burguesa e ao avanço das relações capitalistas. Aos poucos, as práticas de controle e censura de jornais são substituídas por outras formas de doutrinação política, tendo em vista modificações tanto nas instâncias de poder quanto na estrutura até então em voga.

Ao se tornar uma empresa, o jornal tem sua estrutura de produção alterada com a compra de equipamentos gráficos necessários ao desenvolvimento de sua função, esse fato propiciou mudanças em seu modo de circulação, nas relações com o anunciante, com a política e com os leitores. Podemos perceber aqui a instauração de novas leis que marcam o estabelecimento de condições de produção outras para o desenvolvimento e permanência da imprensa no Brasil.

O interesse maior dessas empresas jornalísticas consistia na cobertura política, tendo em vista que os jornais acompanhavam as correntes que se encontravam em posição de prestígio, forçando esses grupos a comprar a opinião do jornal, com isso, estabeleceu-se vínculo entre tais instâncias de poder. O estabelecimento de tal prática tornou-se rotina no meio social, contribuiu para o fortalecimento da imprensa e foi responsável por reduzir e restringir o aparecimento de novas empresas. De acordo com Sodré (1966, p. 315), no início do século XX, "é ainda mais prático comprar a opinião do jornal do que comprar o jornal".

A empresa jornalística se inseriu progressivamente na estrutura social e incorporou maiores exigências. Com posição mais consolidada, já não era suficiente comprar a opinião do jornal, era necessário comprar o próprio jornal, ou seja, incorporar negócios que proporcionassem dinheiro, negócios de Estado. A primeira figura representativa da imprensa no Brasil foi Assis Chateaubriand, dono de um império das comunicações, o empresário estabeleceu uma série de relações de força e poder em nosso país, tanto que seu biógrafo, Fernando Moraes, o chamou de “o rei do Brasil”.

Pela ótica da Análise de Discurso, podemos considerar a biografia de Assis Chateaubriand como um gesto de interpretação, ou seja, um ato individual, subjetivo, de seleção e produção de uma narrativa sobre o sujeito em questão. O livro também funciona como um lugar de memória que associa Chateaubriand à própria história do Brasil, tendo em vista a participação do empresário em momentos decisivos. Neste trabalho, vamos abordar alguns aspectos da relação de Assis Chateaubriand com Getúlio Vargas.

Assis Chateaubriand foi o primeiro barão da mídia brasileiro, dono e responsável por uma cadeia de jornais que juntos compunham os *Diários Associados*. Chatô, como era conhecido, pertenceu a uma família de senhores de engenho, ou seja, era representante da tradicional oligarquia agrária que dominou a economia e a política brasileira até as primeiras décadas do século XX. O jornalista ingressou no setor das comunicações com a compra de *O Jornal*, em 1924, no Rio de Janeiro, o primeiro de uma cadeia de periódicos espalhados por todo o Brasil.

Na segunda metade da década de 1920, Chateaubriand conheceu Getúlio Vargas. Ambos iniciaram uma relação que, desde os primeiros encontros, foi bastante benéfica para os dois lados. Getúlio Vargas se transformou em uma fonte de notícias políticas para o jornalista, que as publicava em primeira mão. Por sua vez, Chateaubriand colocou *O Jornal*, bastante influente no período, a serviço de Vargas como ministro da fazenda e, posteriormente, como governador do estado do Rio Grande do Sul. Quando o

político foi eleito governador, o discurso de Chateaubriand afirmava que Vargas estava inserido entre as duas grandes forças que prometiam entrechocar-se na sucessão presidencial, o Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Republicano Mineiro (PRM). Essa fala já vislumbrava o pleito presidencial.

Em 1928, Chatô resolveu investir em um produto que atingisse o país todo, é o início do projeto da revista *Cruzeiro* (*O Cruzeiro*, posteriormente). O capital para essa empreitada foi conseguido por intermédio de Getúlio Vargas, ainda como ministro da fazenda, que apresentou Chateaubriand a um amigo banqueiro. O projeto da revista interessou a Vargas, pois *Cruzeiro* alcançaria o território nacional, ou seja, iria circular em todas as capitais e nas principais cidades do Brasil. Ter uma revista de âmbito nacional como aliada e ser amigo de um jornalista influente era importante para os futuros planos políticos do então ministro.

De acordo com Moraes (1994), Assis Chateaubriand foi o primeiro a defender publicamente, em janeiro de 1929, no *Diário de São Paulo*, o fim da política do café-com-leite, que por quatro décadas garantiu o revezamento quase ininterrupto da chefia da nação aos estados de Minas Gerais e São Paulo. Conforme expõe o autor, a circulação desse discurso é resultado de uma conspiração que havia sido iniciada há algum tempo por Chateaubriand e que contou com três decisões que iriam mudar o rumo da história do Brasil: ele convenceu o governador de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, a retirar sua pré-candidatura à Presidência; fez o governador rejeitar qualquer solução proposta pelo Palácio do Catete para dar continuidade à política do café-com-leite; convenceu Antônio Carlos a apoiar o nome de Getúlio Vargas como candidato de oposição a Washington Luís.

Três semanas antes, o jornalista passara a noite de Natal de 1928 com o governador Antônio Carlos no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte. O que parecia ser apenas uma confraternização cristã foi de fato uma exaustiva reunião de mais de quatro horas para tratar exclusivamente da sucessão presidencial. Ao final da conversa o governador tinha aceito os três pontos propostos por Chateaubriand (MORAIS, 1994, p. 197).

Essa posição defendida pelo jornalista passou a circular assídua e abertamente em seus jornais; embora no início o nome de Getúlio Vargas não fosse mencionado, tudo apontava que o governador gaúcho iria enfrentar Washington Luís e o candidato por ele apoiado nas eleições, Júlio Prestes. A relação de Assis Chateaubriand com Getúlio Vargas é bastante representativa do vínculo entre determinado grupo político e a imprensa, fato que fez com que esse meio de comunicação adquirisse um importante papel no desenrolar dos acontecimentos em uma esfera pública.

Em 1930, as eleições presidenciais foram disputadas pelos candidatos Júlio Prestes e seu vice Vital Soares, representantes do Partido Republicano Paulista – PRP, e por Getúlio Vargas e João Pessoa, da Aliança Liberal, partido formado pelos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba. Para apoiar a Aliança Liberal, Chateaubriand expôs a necessidade de jornais declaradamente militantes e, com esse discurso, em menos de um ano, ele duplicou sua rede. Comprou o *Diário de Notícias*, de Porto Alegre (parte do dinheiro saiu do caixa da Aliança Liberal); lançou o *Diário da Noite*, no Rio de Janeiro, com dinheiro também conseguido por intermédio da Aliança Liberal; adquiriu o já existente *Estado de Minas*, de Minas Gerais, a autorização para a compra do jornal mineiro foi dada pelo próprio Getúlio Vargas com apoio dos aliancistas que garantiram, caso fosse necessário, o pagamento da dívida. Desse modo, já em 1929, o jornalista possuía seis jornais diários e uma revista de circulação nacional.

Todo esse arsenal servia à causa da Aliança Liberal e os artigos publicados possuíam pontos de vista favoráveis a Getúlio Vargas e contrários a Washington Luís e Júlio Prestes. Morais (1994, p. 208) expõe ainda o esquema utilizado por Assis Chateaubriand em seus veículos de comunicação: “para cada página dedicada à dupla Júlio Prestes – Vital Soares, Getúlio e João Pessoa recebiam sete, oito páginas repletas de fotografias”.

Apesar do esforço, os aliancistas perderam a eleição no dia 1º de maio de 1930 e toda a imprensa de Chateaubriand passou a atacar o resultado, classificando-o de fraudulento. Ao insistir na

tese de que a vitória de Júlio Prestes fora roubada, o jornalista tentava estimular os setores mais agressivos da Aliança Liberal a não aceitar os resultados pacificamente; com isso, tem-se início a Revolução de 1930 no Brasil. Nesse ponto, é importante frisarmos que a participação de Assis Chateaubriand e de seus veículos de comunicação foram imprescindíveis nos episódios que a anteciparam e na própria revolução, no entanto esse fato é silenciado na maioria dos livros de história.

Embora os ataques ao governo de Washington Luís fossem constantes, o estopim da revolução foi o assassinato do governador da Paraíba, vice de Getúlio Vargas, João Pessoa. O episódio, que foi comprovadamente reconhecido como um crime passional, passou a circular nos veículos de Chateaubriand como de responsabilidade do Governo Federal, de Washington Luís, e transformado em uma apoteose política. Segundo relata Moraes (1994, p. 219), “a Aliança Liberal aproveitou até a última gota de sangue do cadáver de João Pessoa”.

A manipulação discursiva realizada em defesa dos interesses da Aliança Liberal foi feita por meio da linguagem, a partir de estruturas linguísticas que produziram um efeito de transparência, eliminando qualquer contradição existente relacionada ao acontecimento. Nesse modo, silenciou-se o crime passional, produziu-se e fez-se ouvir de forma violenta um crime político que não aconteceu. Isso significa que se realizou uma gestão social e ideológica dos indivíduos em prol de uma causa, fato que serviu para alterar a ordem existente.

Com o terreno preparado, a Revolução explodiu no dia 3 de outubro de 1930 em Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba simultaneamente. O presidente Washington Luís foi deposto e Júlio Prestes impedido de assumir. No dia 3 de novembro daquele ano, Getúlio Vargas assumiu a presidência do Estado Provisório. Em 1934, Getúlio Vargas aprova uma nova Constituição. O documento estabeleceu a data de 3 de janeiro de 1938 para eleições presidenciais e impedia a reeleição. Com isso, no começo de 1937, o país preparava-se, pela primeira vez desde 1930, para escolher o

presidente por voto secreto. No entanto, em 11 de novembro de 1937, Vargas anunciou que a Câmara e o Senado haviam sido dissolvidos, as eleições canceladas e promulgada uma nova Constituição autoritária que deixava o país novamente sob uma ditadura. Segundo Morais (1994, p. 375), Chateaubriand não comentou o fato e passou a defender o Estado Novo, o regime recém implantado, assim como o chefe por ele responsável.

A relação entre Getúlio Vargas e Assis Chateaubriand sempre foi bastante conflituosa, com momentos de parceria e outros de inimizades. O fato é que tal relação foi imprescindível para a construção do império jornalístico de Chateaubriand que, em 1959, já era o maior da América Latina, com 40 jornais e revistas, mais de 20 estações de rádio, uma dezena de emissoras de televisão, uma agência de notícias e outra de publicidade.

Podemos perceber que as condições de produção associadas a imprensa no Brasil foram determinantes para o acordo político e empresarial entre Vargas e Chateaubriand, ambos sabiam que a imprensa influenciava na opinião pública, com isso o controle sobre o que seria produzido e iria circular nesses veículos poderia ser e foi utilizado para modificar a estrutura política existente e, conseqüentemente, as relações de força e dominação. Desse modo, os veículos de imprensa controlados por Assis Chateaubriand se tornaram hegemônicos até a metade da década de 1960, fato que contribuiu com o estabelecimento de relações de desigualdade-subordinação sobre o setor.

PRODUÇÃO DE SENTIDOS NA NARRATIVA FÍLMICA

O contexto de produção e lançamento de *Chatô, o rei do Brasil* é longo, polêmico, teve grande repercussão, acusação de gastos elevados e desvio de dinheiro de verba destinada à cultura. O projeto em questão começou em 1995, foi rodado entre 1998 e 2004, mas as contas foram reprovadas pelo tribunal de contas da união. O diretor Guilherme Fontes teve que responder a várias acusações nesse período, desse modo, o filme foi lançado somente em 2015.

O filme produz uma narrativa da trajetória de Assis Chateaubriand a partir dos delírios do personagem em um leito de hospital. Após sofrer uma trombose e ser internado, Chatô presencia sua história ser contada e julgada em um programa de auditório, transmitida em horário nobre, no domingo, em rede nacional. Entre os fatos narrados, temos a aliança estabelecida entre o personagem e Getúlio Vargas.

Para a análise do filme, temos de considerar as condições de produção específicas do cinema, ou seja, a narrativa cinematográfica é produzida a partir da articulação entre som (trilha sonora, trilha musical, vozes), imagens em movimento (signos, alegorias, texturas, enquadramentos), cenário, encenação (*mise-en-scène*) e texto (roteiro, diálogos). De acordo com Xavier (2018), trata-se de uma linguagem técnica, cuja mobilização atende aos objetivos de seus realizadores. Isso significa que tais dispositivos cinematográficos são organizados de um determinado modo, sendo que seu início ocorre a partir de um roteiro que estabelece as sequências, as cenas, os planos, não havendo necessidade de manter os mesmos fatos ocorridos ou a mesma cronologia.

A narrativa fílmica e a narrativa biográfica são produções diferenciadas, com modos de funcionamento específicos, isso significa que um filme, mesmo que tenha sido inspirado por uma narrativa anterior, não pode ser lido e interpretado pelo viés da semelhança, ou seja, a partir de análises baseadas apenas no grau de “fidelidade” do filme em relação ao texto. Essas considerações nortearam nosso gesto em relação ao trecho que analisamos referente ao encontro entre Assis Chateaubriand e Getúlio Vargas, durante a Revolução de 1930, a qual Assis Chateaubriand teve um papel muito importante. A cena se passa no Sul do Brasil, em um ambiente fechado, os personagens sentados em uma mesa, frente a frente, negociando.

Quadro 1 – Sequência discursiva 1 – SD1

Assis Chateaubriand: Bom, pelo visto o senhor já estava me esperando.

Getúlio Vargas: Evidentemente. Embora deva dizer que sua falta de pontualidade não foi um bom começo. Posso começar a ditar?

Assis Chateaubriand: Bom, a ideia é eu perguntar e o senhor responder dr. Getúlio.

Getúlio Vargas: (risos) essa é a sua ideia. Porque a minha ideia é que eu dite e o senhor anote.

Assis Chateaubriand: Bom, vamos combina uma coisa Dr. Getúlio, o senhor faz a revolução e deixa que eu noticio. Afinal de contas a sua revolução, precisa do meu jornal.

Getúlio Vargas: E o seu jornal precisa da minha revolução. Vamos nos tratar de igual para igual. O senhor sabe que um governo forte precisa de um jornal forte. E a nossa imprensa ainda anda em lombo de burro, não é Dr. Assis?

Assis Chateaubriand: Também as nossas gráficas estão a base das africanas.

Getúlio Vargas: Precisamos de máquinas novas.

Assis Chateaubriand: Novas revistas. Em quatro cores. Com impressão, papel, fotografia, tudo da primeira categoria. Não um jornal só, mas vários, em vários estados. Os melhores articulistas dessa nação. A nação unida precisa de uma revista nacional. O tarará, no meio da Floresta Amazônica, até Santa Maria da Boca do Monte. Até o pampa gaúcho.

Getúlio Vargas: E de quanto o senhor calcula que vai precisar?

Assis Chateaubriand: Uns duzentos e cinquenta contos.

Getúlio Vargas: Quinhentos contos?

Assis Chateaubriand: Não Dr. Getúlio eu disse: duzentos e cinquenta contos.

Getúlio Vargas: Bem se vê que o senhor não é um bom negociante, pede-se sempre o dobro para poder ficar com a metade.

Assis Chateaubriand: Bom, nesse caso com quinhentos contos nós podemos fazer uma série de coisas.

Getúlio Vargas: Posso começar a ditar Dr. Assis?

Assis Chateaubriand: Pois não, Sr. Presidente, pois não.

Getúlio Vargas: A revolução que me conduzirá à presidência tem como ideal, um novo federalismo. Uma nova sociedade. A política externa deve apoiar o interesse Nacional, não o interesse do imperialismo da América do norte. A esperança vencerá o medo! (...)

(CHATÔ, O REI DO BRASIL, 2015)¹.

Fonte: elaboração das autoras a partir de *Chatô: o rei do Brasil* (2015).

Temos aqui outros sentidos em relação à narrativa biográfica, Moraes (1994) aborda que a aliança entre Chateaubriand e Vargas

¹ O trecho transcrito pode ser encontrado a partir de 27m01s de exibição do filme.

ocorreu nos últimos anos da década de 1930, os dois se conheceram em 1927, sendo que o jornalista teve papel fundamental para acabar com a política do café-com-leite. Conforme expusemos, Chateaubriand, vinculado ao governo mineiro, articulou todo um esquema, para lançar a candidatura de Getúlio Vargas que, na época, era governador do Rio Grande do Sul. Após as eleições presidenciais que ocorreram em março de 1930, a Aliança Liberal não foi eleita, ele defendeu a revolução, para tentar impedir a posse de Júlio Prestes.

No filme, por sua vez, o encontro ocorre apenas após as eleições de 1930, com a revolução já iniciada. Esse anacronismo não pode ser visto como uma falha, mas como um elemento do jogo de representações propostos, tendo em vista que a produção não adotou uma estética naturalista. Trata-se de uma obra diferenciada da narrativa biográfica de Fernando Moraes, tanto que no início do filme temos o seguinte enunciado: “Inspirado no *best seller* homônimo de Fernando Moraes” (CHATÔ, O REI DO BRASIL, 2015)².

Nessa sequência, os elementos de *mise-en-scene* produzem um efeito de sentido de humor que se materializa na arrogância do personagem de Getúlio Vargas ao insistir em “ditar” o que o jornalista deve escrever, na arrogância inicial de Assis Chateaubriand ao não se deixar intimidar, e no desfecho, após o valor acertado, Vargas passa a ser chamado de presidente.

O efeito de humor produzido na cena possibilita uma reflexão crítica da aliança estabelecida entre o político e o empresário. Esse fato, que também ganhou destaque no livro de Fernando Moraes, devido a relevância que teve para a história do Brasil, faz ressoar uma memória relacionada ao vínculo que aqui sempre existiu entre a imprensa dominante, políticos e a classe burguesa. Essa relação, conforme expusemos, começou no início do século XX, e faz parte das condições de produção para a instalação e consolidação das empresas jornalísticas e, conseqüentemente, para a produção e circulação de narrativas jornalísticas em nossa formação social.

² O trecho transcrito pode ser encontrado a partir de 43s de exibição do filme.

Trata-se de um controle Estatal sobre a produção e circulação de narrativas em veículos de imprensa e esse controle consiste em uma política de Estado realizada por meio da linguagem de modo a interferir no rumo dos acontecimentos. Em Souza (2015), discutimos, a partir do trabalho de Gadet e Pêcheux (2004), o modo como a imprensa hegemônica utiliza estruturas linguísticas para promover uma gestão Estatal dos sujeitos em prol de certos interesses. Isso é feito a partir do uso de determinadas estruturas que Gadet e Pêcheux (2004) chamam de *língua de madeira* e *língua de vento*.

Os autores falam em *língua de madeira* para caracterizar a língua utilizada pelo direito e pela política para assegurar as relações de dominação, fato realizado por meio da produção de um efeito de transparência lógica que elimina qualquer traço de contradição relacionado aos discursos postos em circulação. Por produzirem tais efeitos, a *língua de madeira* possui um papel importante na gestão ideológica dos indivíduos em uma formação social, pois está pautada no traço lógico do jurídico.

Por sua vez, a *língua de madeira* se enrosca com uma língua mais fluida, a chamada *língua de vento*, forma utilizada pela publicidade e propaganda. A utilização da *língua de vento* produz um modo de dominação mais sutil, pois possibilita à classe que está no poder exercer sua mestria sem apontar um mestre aparente. Gadet e Pêcheux (2004) expõem que a gestão estatal da ideologia consiste em um elemento novo e indispensável ao capitalismo que começa a emergir na 1ª metade do século XX.

Trata-se de um processo responsável por desunir e ao mesmo tempo acoplar os discursos especializados (adequados à produção de objetos discursivos) e os discursos provenientes de um lugar exterior e ilógico. Em outras palavras, a modernidade capitalista é marcada pela lógica da administração realizada por meio da *língua de madeira* do Estado e pela *língua de vento* da propaganda:

[...] por um lado, a precisão ‘científica’ de um corpo de enunciados, administrando os bens e as dores, a vida e a morte, o trabalho forçado e o desemprego organizado; por outro, o delírio desprovido de sentido, que,

segundo a fórmula cínica de Goebbels, tem tanto mais chances de ‘funcionar’ quanto maior for (GADET; PÊCHEUX, 2004, p. 115).

A gestão dos indivíduos produzida pelos veículos de comunicação, a partir de estruturas consideradas por Gadet e Pêcheux (2004) como língua de vento e língua de madeira, tem interferido diretamente no direcionamento de fatos importantes em nosso país e isso ocorreu em diferentes momentos históricos. No filme, podemos relacionar com a próxima sequência discursiva analisada, SD2, que ocorre em uma redação de jornal, após o encontro com Getúlio Vargas. Temos Assis Chateaubriand andando agitado pela redação de um de seus jornais, com jornalistas em volta, pensando em manchetes para publicações:

Quadro 2 – Sequência discursiva 2 – SD2

<p>Assis Chateaubriand: Getúlio... Getúlio avança! Jornalistas: Getúlio avança! Assis Chateaubriand: Avança! Jornalistas: Avança! Assis Chateaubriand: Getúlio é o futuro do Brasil Jornalistas: Getúlio é o futuro do Brasil! Assis Chateaubriand: (com ênfase) Futuro do Brasil! Jornalistas: Futuro do Brasil! Assis Chateaubriand: Getúlio Presidente! Presidente!... (CHATÔ, O REI DO BRASIL, 2015)³.</p>
--

Fonte: elaboração das autoras a partir de *Chatô: o rei do Brasil* (2015).

Temos, na SD2, efeitos de sentidos sobre a forma como uma empresa de comunicação, ao alinhar seus interesses ao de políticos e grupos dominantes, passam a controlar a produção e a circulação de notícias, publicando aquilo que serve aos interesses particulares. Na representação fílmica, as manchetes “ditadas” por Assis Chateaubriand são “repetidas” pelos jornalistas e, posteriormente, publicadas nos diversos jornais pertencentes a sua rede de comunicação. Percebemos o uso de paráfrases discursivas na produção de sentidos a favor de Getúlio Vargas:

³ O trecho transcrito pode ser encontrado a partir de 29m31s de exibição do filme.

“Getúlio avança!”

“Getúlio é o futuro do Brasil!”

“Getúlio Presidente!”

Indursky (2017) denomina esse processo de regime de repetibilidade, ou seja, o mesmo posicionamento político aparece materializado em diferentes narrativas jornalísticas, contribuindo para que o posicionamento defendido assuma um efeito de verdade/realidade. Esse efeito é produzido ao longo de várias publicações, é um processo de construção discursiva que não se reduz a um único momento, ou seja, esse processo é retomado todas as vezes que os sentidos são repetidos nas paráfrases discursivas, contribuindo para reforçar o posicionamento ideológico do veículo de comunicação, sem dar espaço a outros sentidos possíveis, outras interpretações.

O efeito de verdade é produzido a cada nova publicação a partir do mesmo posicionamento materializado em diferentes matérias, notícias e artigos de opinião. Na SD2, o posicionamento de Assis Chateaubriand a favor de Getúlio Vargas foi repetido nas paráfrases acima, circularam em seus jornais, produzindo um efeito de verdade/realidade importante para que Vargas assumisse a presidência do Brasil. Para Indursky (2017, p. 79): “A cultura política da imprensa brasileira, desde sempre, funcionou sob a ideologia da classe dominante que naturaliza os sentidos e produz efeitos de verdade que, por sua vez, projetam imaginariamente efeitos de realidade”.

O regime de repetibilidade contribuiu para a gestão social dos indivíduos, sendo que, esse processo, no filme, foi produzido a partir da utilização de formas linguísticas fluidas e velozes para uma maior circulação social. Podemos relacionar ao conceito de língua de vento, tal como formulado por Gadet e Pêcheux (2004), pois, tal estrutura linguística, apesar de fluida, estabelece um controle sobre os sentidos produzidos a favor de determinados interesses de Estado, no episódio em questão, aceitar Getúlio Vargas como presidente do Brasil.

Entender a relação entre Assis Chateaubriand e Getúlio Vargas é uma forma de entender também o estabelecimento de uma política Estatal de controle sobre o setor de comunicação, tendo em vista que o vínculo estabelecido entre meios de comunicação, políticos e classe dominante foi um fator determinante para o repasse de verbas, para a distribuição, a partir da década de 1930, de outorgas de emissoras de rádio e, posteriormente, a partir da década de 1950, para a concessão pública de canais de televisão: a TV Tupi, primeiro canal de televisão do Brasil, pertenceu a Assis Chateaubriand.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos neste trabalho produzir um gesto de interpretação da relação contraditória existente entre política e imprensa no Brasil a partir de duas narrativas: o livro *Chatô: o rei do Brasil*, de Fernando Moraes, e o filme *Chatô, o rei do Brasil*, dirigido por Guilherme Fontes. Nosso recorte privilegiou o vínculo estabelecido entre Assis Chateaubriand e Getúlio Vargas, tendo em vista que o encontro entre esses dois sujeitos foi determinante para o direcionamento de fatos históricos importantes, estruturou a área das comunicações no país, assim como, contribuiu para a formação do primeiro grande império midiático da América Latina.

As condições de produção para o surgimento e fortalecimento da imprensa no Brasil estiveram, desde o início, vinculadas ao poder vigente, no entanto, a associação entre empresas de comunicação, políticos e elite dirigente foi determinante para o estabelecimento de uma política Estatal de controle sobre o setor. A relação entre Assis Chateaubriand e Getúlio Vargas mudou os rumos de nossa história de diferentes formas, entender a estrutura que se perpetuou a partir dessa relação é lançar um outro olhar sobre o cenário atual das comunicações no Brasil.

Nesse sentido, podemos considerar que o caráter contraditório no setor midiático se materializa tendo em vista que o trabalho imprescindível de muitos jornalistas como intérpretes

de nosso tempo esbarra nos interesses particulares dessas grandes empresas. O controle sobre a produção e circulação de narrativas jornalísticas está submetido ao funcionamento das relações de desigualdade-subordinação existentes e que se estabeleceram ao longo de nossa história.

REFERÊNCIAS

BRUM, E. **Brasil, construtor de ruínas** – Um olhar sobre o país, de Lula a Bolsonaro. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2019.

CHATÔ, o rei do Brasil. Direção: Guilherme Fontes. Brasil: Zoebra Filmes, 2015. 1 vídeo (102 min), color.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível**: o discurso na história e na linguística. Campinas: Pontes, 2004.

INDURSKY, F. O momento político brasileiro e sua discursivização em diferentes espaços midiáticos. *In*: FLORES, G.G.B. *et al* (org.). **Análise de discurso em rede**: cultura e mídia – volume 3. Campinas: Pontes Editores, 2017. p. 73-87.

MARIANI, B. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan; Campinas: UNICAMP, 1998.

MIGUEL, L. F. A disputa pela fala jornalística: empresas, profissionais e ativistas na querela das fake news. *In*: FLORES, G. B. *et al* (org.). **Análise de Discurso em rede**: cultura e mídia – volume 4. Campinas: Pontes Editores, 2019. p. 109-124.

MORAIS, F. **Chatô**: rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD-69). *In*: GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010. p. 59-158.

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUZA, R. A. **O enunciado liberdade de expressão em weblogs progressistas**: produção e circulação de sentidos. 2015. 181 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

XAVIER, I. Apresentação. *In*: XAVIER, I. (org.). **A experiência do cinema** (antologia). Rio de Janeiro: Paz e Guerra, 2018. p. 9-15.

O CORPO DA MULHER SURDA NA ORDEM DO DIGITAL: DISCURSOS E SENTIDOS SOBRE NATÁLIA

Ana Paula Saffe Mendes

[...] em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações (FOUCAULT, 2020a, p. 134).

INTRODUÇÃO

Na reflexão possível a partir da epígrafe selecionada, Foucault (2020a) aponta uma existência resistente na luta, uma potência que se apresenta na própria condição de limitação inevitável ocasionada pelos poderes que lhe apertam. Na minha compreensão das palavras do filósofo, desenvolvidas, no âmbito da pesquisa, em conjunto com a existência de uma comunidade surda, ter corpo é ser sujeito de luta, de resistência. E essas são sempre singulares, na medida em que o corpo circula por entre as sociedades, debruça-se sobre seus desejos, vive a partir de sua diferença (SKLIAR, 2015) e se enche de história, ao passo que a cria.

É de posse de tal perspectiva das palavras foucaultianas, que me proponho no presente recorte de um trabalho maior de dissertação, a analisar o discurso como prática, como ação, um discurso que pode ser deslocado, sempre tomado em relação à, a, ao. Para Foucault (2020b, p. 34), é preciso: “[...] fazer uma história dos objetos discursivos que não os enterre na profundidade comum de um solo originário, mas que desenvolva o nexo das regularidades que regem sua dispersão”. Em sintonia possível com tal direcionamento e me valendo dos pensamentos de Skliar (2015) que, em conjunto com grandes mestres dos Estudos Surdos, irrompe a estabilidade das perspectivas sobre a surdez, situo as condições de emergência da pesquisa.

Assim, encontrei a história de uma mulher surda chamada Natália, que denunciou a falta de acessibilidade do Exame Nacional do Ensino Médio, em 2014. Assim, as memórias desse momento e seus efeitos dentro e fora de uma comunidade gesto-visual, também costuram o tecido de discursos (FOUCAULT, 2014), em comentários compreendidos aqui enquanto enunciados (FOUCAULT, 2020b), publicados na linha do espaço digital. Aventurei-me a analisar, então, a caracterização de uma mulher surda no digital, a partir de uma análise de sua discursivização.

A partir das perspectivas teóricas expostas, esclareço ao leitor que pretendo adentrar uma linha muito específica na área dos Estudos Surdos. A relação gênero e surdez é pouco aprofundada nos trabalhos atuais de cada área, sendo mais amplamente divulgada por autoras e pesquisadoras surdas que trilharam, em conformidade com o debate feminista, os caminhos dessa nova abordagem. Como apontam Klein e Formozo (2007, p. 2): “No Brasil, porém, a combinação dessas duas categorias de análise (gênero e surdez) é um assunto novo. Não há muitos estudos que unam a questão do gênero com a surdez”.

Portanto, a questão está começando a ser discutida entre os surdos no Brasil. As pautas mais difundidas entre a comunidade surda que, com muita luta, foram reconhecidas pelo meio jurídico, como a Lei de Libras, uma grande conquista para esse povo, não disputam espaços com as questões mais específicas enfrentadas pela parcela feminina surda, mas são, ao meu ver, complementares.

Assim, debruçar-me-ei à socialização da mulher surda, mais difícil em decorrência de um olhar social de fragilidade duas vezes maior pela condição do gênero e pela surdez, e que precisa, para a sua progressão, do reconhecimento do Ser Surda¹. Sem tal avanço, o corpo feminino surdo seguirá sendo discursivizado e mantido na

¹ Tal reconhecimento se efetiva a partir da visibilidade de um conjunto de questões como: a legitimação de sua língua e de seu lugar no mundo como sujeito de cultura e necessidades que transgridem qualquer possível homogeneização formulada pela ideia de surdo/surda/surdez.

sociedade e na história como um corpo mais frágil, mais submisso, mais dócil – o que resulta não apenas em uma exclusão do ser, mas em sua exploração.

Considerando tais ideias e princípios de percepção sobre a Surda, interei-me, em 2019, de duas notícias veiculadas na plataforma Portal G1, e dei início ao meu projeto de dissertação, finalizado em 2021. Portanto, o que apresento nas linhas seguintes é um recorte do trabalho maior de dissertação, o qual realiza o enfoque nos sentidos dispostos ao corpo de uma mulher surda chamada Natália.

Em síntese, os princípios da plataforma, o canal veiculou um primeiro texto, em 2014, o qual foi retomado brevemente por um segundo texto, de 2017. A diferença principal entre as duas postagens e que interessa aqui é o resgate de Natália na publicação de 2017 e a transformação de sua imagem, considerando que ela não protagoniza a questão em voga da mesma forma como o fez em 2014. Ambas as reportagens abordam o Enem e uma estudante surda, Natália, aderindo a dispositivos de interação abertos ao público. Ao pensar nessas unidades, volto-me para o impacto de práticas discursivas na caracterização de Natália enquanto corpo problemático, deficiente e alvo de desejos fetichistas, discussões mais desenvolvidas no terceiro tópico do texto. Adiante, aprofundo-me nas condições de emergência que foram necessárias para a os acontecimentos que encorpam as sequências de análises.

CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE vs MONTAGEM DO ARQUIVO DISCURSIVO

Embasada nos pressupostos foucaultianos, pela possibilidade de situar questionamentos relativos a como a surdez feminina e seu corpo surdo são entendidos e se constroem no discurso, ressalto o contexto de emergência de meu trabalho e das SEs – Sequências Enunciativas (FOUCAULT, 2020b) selecionadas: duas reportagens publicadas no Portal G1 de notícias e que centralizam, de formas distintas, a mesma mulher surda.

Em 2014, ao prestar a prova do ENEM, a estudante Natália utilizou a folha da redação para realizar uma denúncia pela falta de acessibilidade do exame, pois recebeu uma interpretação de palavras isoladas e não das questões e contextualizações necessárias. Cabe reiterar que a Libras é a primeira língua da pessoa surda e a língua portuguesa é a segunda, logo, mesmo com a presença do intérprete, se ocorrer uma interpretação parcial de uma prova feita completamente em língua portuguesa, a compreensão ficará prejudicada.

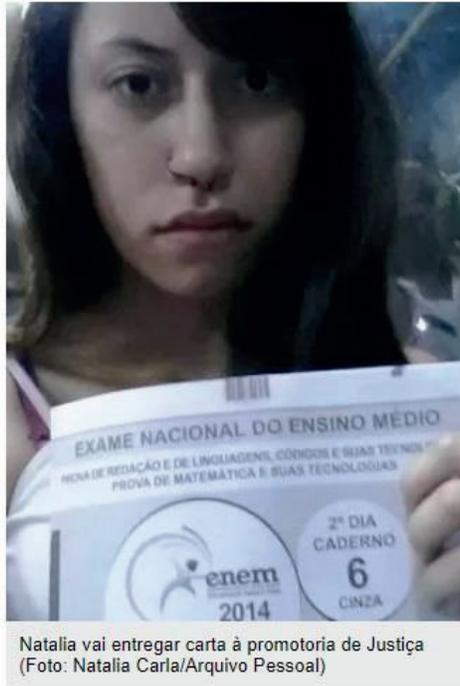
Figura 1 – Reportagem sobre a denúncia de Natália em 2014



Fonte: *print* elaborado pela autora em 24 set. 2021.

Foi o que ocorreu e, assim, Natália não teve a possibilidade adequada de realizar a prova. Na fotografia da reportagem de 2014, ela aparece com 19 anos em uma selfie, segurando o seu caderno de questões. Na imagem, a indignação é situada na manutenção de um olhar fixo. Por ser um registro concomitante à sua saída da prova, a expressão de insatisfação e revolta estampa seu rosto. Em conjunto, a franja lateral e os piercings no nariz constituem uma existência diferente da discursivizada três anos depois e que será abordada nas análises, com mais detalhes. São a carta e a selfie postadas em sua rede social, as condições de possibilidade para a facção da reportagem de 2014. Ou seja, Natália não fala por si, tem seu posicionamento visual e o seu registro-denúncia escrito ativos em uma matéria feita por terceiros.

Figura 2 – Selfie de Natália



Natália vai entregar carta à promotoria de Justiça
(Foto: Natália Carla/Arquivo Pessoal)

Fonte: *print* elaborado pela autora em 29 set. 2021.

Em 2017, o tema de redação do ENEM foi “Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil”, acontecimento histórico e condição de possibilidade da reportagem de 2017, que resgatou a figura de Natália para uma nova matéria. O título da matéria e a linha fina discursivizam um novo sujeito. Como jovem surda, inserida na universidade, em 2017, realça-se a ideia de superação individual com a legenda da primeira fotografia que compõe a reportagem mais atual: “Jovem se superou e hoje cursa faculdade de administração em Santos, SP”.

Ao aparecer como jovial e rebelde, Natália sofre o apagamento da existência de mulher surda militante, estudante e, principalmente, tem sua visibilidade física sobreposta à sua fala de denúncia, uma fala que preza por educação de qualidade e acessível. A consequência da objetivação de seu corpo

discursivizado recai nesse apagamento e traz, por fim, o efeito da necessidade de mudanças, entretanto, não no espaço educacional, mas no “corpo-problema”.

Figura 3 – Reportagem de 2017



Fonte: *print* elaborado pela autora em 1 ago. 2019.

Depois de retomar a publicação de 2014, quando a estudante denunciou o despreparo do intérprete no Exame Nacional, vejo que a matéria de 2017 funciona como a consequência do intervalo entre a denúncia e a conquista, na medida em que a causa de sua luta só se justifica ao reivindicar uma espécie de memória do leitor.

A demanda de memória aparece como requisito para que se leia não apenas quem é Natália, hoje, (na atualidade da reportagem), mas que esta é aquela que disse, que denunciou, ao mesmo tempo em que também já não é a mesma. Sob o título de “universitária”, ela é ressignificada, às fotografias cabe reintroduzir o corpo nesta nova posição. Poder observar Natália, principalmente realizando o movimento de ir e vir dos acontecimentos, demarcando uma temporalidade descontínua de existência dessa mulher, é a prática inicial que garante sua objetivação. Tal qual ocorreu aos surdos no passado, é preciso examinar o corpo para conferir sua aptidão, sua capacidade, o grau de sua normatividade, de progresso, de evolução.

A partir do exposto, entendo que as matérias se sustentam sobre três pilares principais: a) a jovialidade de Natália; b) as políticas públicas referentes ao povo surdo; c) a ideia capacitista de superação de si, presente na banalização das dificuldades vivenciadas, que constituem o apagamento da denúncia sobre o governo e a instituição educacional, Como efeito de sentidos, Natália, em 2014, torna-se, assim, o foco do “problema”, da dificuldade, responsável pelo seu (in)sucesso. Em 2017, ela é a superação em pessoa, o corpo docilizado. Resultados dessas construções discursivas, selecionei três comentários para realizar meus movimentos analíticos, um feito na plataforma do G1, sobre a Natália universitária de 2017, e outros dois, de 2014, sobre a jovem que realizou uma denúncia.

É a sistematização dos discursos emergentes a partir das visualizações do(s) corpo(s) de Natália, plurais e distintos pela marca temporal e discursiva das reportagens, que me interessam neste momento. No próximo tópico, então, conduzirei as análises e as reflexões desenvolvidas sobre os comentários selecionados.

DE QUEM E COMO É O CORPO DA MULHER SURDA NO DIGITAL

Após considerar como recorte a discursivização da mulher surda no digital, perguntei-me sobre qual seria este corpo de que se fala, ou melhor, como ele se faz corpo para que possa ser dito, como existe nos ditos a seu respeito e por quais relações de poder (FOUCAULT, 2008) é atravessado enquanto condição de sua existência. Tomo como enunciados de análise os comentários, entretanto, por serem parte das reportagens que incidem no arquivo discursivo e por representarem Natália nesses acontecimentos, as fotografias presentes no espaço digital não podem ser ignoradas. Ao optarem por materializar as fotografias, algo além da busca por situar os leitores, dando face à protagonista das matérias, efetiva-se o foco no corpo, o que justifica o eixo central também deste capítulo e de meu trabalho de dissertação.

A incidência analítica sobre o corpo-Natália, como será visto na terceira seção, na disposição da sua existência impressa pelas fotografias, segue orientada pela noção de que “[...] o registro impresso desses sujeitos [de Natália] é realizado pela discursivização desses corpos (do corpo)” (SANTOS, 2014, p. 65, acréscimos meus). A presença corporal impressa que faz circular este discurso-corpo (SANTOS, 2014) oferta, ainda na esteira da autora, em seu diálogo com Foucault (2020a), a materialidade corporal “[...] sobre a qual se instalam coerções, disciplinas e controles” (SANTOS, 2014, p. 67).

Então, tanto em 2014 como em 2017, ela torna-se objeto de seus dizeres. No primeiro ano, a objetivação é seriada nos enunciados a partir do capacitismo, do discurso da deficiência e da limitação da surdez. Já em 2017, a objetivação se encaminha para a taxação do corpo feminino surdo, versando sobre a fetichização e a sexualidade. Diante disso, demarco nas análises a objetificação do corpo e a tomada desse enquanto objeto como princípio condutor das práticas discursivas.

Pensar o Ser Surda por meio da representação imagética, no espaço digital e midiático, acarreta na necessidade de configurar uma trajetória compromissada com os processos históricos que justificam a centralização desse Ser em uma matéria do Portal G1 – o que me leva a refletir acerca da sujeição de Natália. A presença de sua existência ultrapassa a propriedade como aluna prestadora do exame. Não se trata, então, de uma matéria sobre a realização da prova, mas sobre a realização da prova por uma surda, mais especificamente, sobre o obstáculo encontrado na falta de acessibilidade.

Na denúncia de 2014, a jovialidade de Natália emanou efeitos de sentido que dialogavam com a inexperiência, e a rebeldia, que comportou significações expressas de desvio da norma, do que se espera de uma mulher de 19 anos, aspirante à vaga no ensino superior. Isso porque esse lugar de desejo configura-se por sua seriedade, hierarquia, resistente teor tradicional e intelectual, além dos méritos dos que o adentram e da capacidade individual dos

que egressam. A rebeldia presente no corpo, entretanto, não impediu o processo de docilização, o qual ocorreu de forma temporal e que pode ser visualizado em um antes e depois demarcado nas fotografias de 2017, mas o justificam. Sobretudo porque “[...] é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 2020a, p. 134).

Além disso, as fotos de Natália sentada, em pose comportada e com cabelos alinhados, formulam discursivamente uma mulher universitária ideal por meio de um corpo docilizado. As imagens, apresentadas no terceiro tópico do presente capítulo, marcam a presença de Natália na matéria, a sua existência consciente dentro de uma narrativa que também não é a dela, mas a desenvolvida pelo jornal.

Figura 4 – Natália em 2017



Jovem se superou e hoje cursa faculdade de administração em Santos, SP — Foto: Andressa Barboza/G1

Fonte: *print* elaborado pela autora em 24 set. 2021.

Colocar o corpo em questão altera significativamente o ritmo da leitura e, conseqüentemente, da compreensão do texto.

Representá-lo acarreta em efeitos que beiram e alcançam a potência de erro da humanidade, de desvio, seja para atestar a sua presença ou para reafirmar o sucesso do conserto efetivado, retomando, pela memória discursiva, como ocorre entre as reportagens, o que um dia foi uma existência corporal problemática. De qualquer forma, ali estão as amarras do poder, denunciadas por Foucault (2020a).

A possibilidade de aperfeiçoamento se presentifica nas mudanças ocorridas na estética e no comportamento da mulher surda. Com o passar dos anos, outra versão é exposta em concordância com a discursivização de conquista e sucesso, que não integra a busca inicial daquela jovem de 2014, mas conclui o destino possível, coerente com a sua condição de surda docilizada.

A presença corporal impressa que faz circular este discurso-corpo (SANTOS, 2014) oferta, ainda na esteira da autora, em seu diálogo com Foucault (2020a), a materialidade corporal “[...] sobre a qual se instalam coerções, disciplinas e controles” (SANTOS, 2014, p. 67). Ao comentarem sobre o acontecimento, os sujeitos ordinários classificam, denominam e regulam o corpo de Natália. Então, tanto em 2014 como em 2017, ela torna-se objeto de seus dizeres. No primeiro ano, a objetivação é seriada nos enunciados a partir do capacitismo, do discurso da deficiência e da limitação da surdez.

O corpo paira em uma superfície movediça na qual, paralisado por margens que exercem forças sobre ele, afunda em perímetro estreito. No modo selfie, a fotografia de Natália é sequestrada, assim como a sua denúncia feita na rede social, servindo à reportagem. Na tela, o corpo discursivizado complementa o texto jornalístico pela imagem, cumprindo sua função de ilustrar para os leitores sobre quem se fala, ou seja, sobre quem é Natália dentro do acontecimento, a “jovem surda” que fez a prova do ENEM e teve dificuldade na resolução. Para Santos (2014, p. 65), “[...] tanto a produção quanto a circulação de sentidos [...] são reguladas por regras sociais e históricas”. Destarte, no recorte temporal em que ela é discursivizada, inserida em um acontecimento histórico e discursivo, não cabe dar a posse de sua existência à simples

imagem enquanto atestado legítimo da representação fiel de individualidade.

Na condição de mulher surda, reside a base para os processos de mudança que sofreram seu corpo e sua vida entre os anos de 2014 e 2017 e que se presentificam em enlaces de uma sociedade disciplinar (FOUCAULT, 2020a) e ouvintista. Quem quer que seja Natália, já não é possível dizer, sem grandes complexidades, que ela existe ali, fielmente descrita. O que temos de palpável são materialidades que uniram opiniões e julgamentos sobre o corpo feminino surdo com a potência do uso da linguagem no digital, publicando quem e como, supostamente, é Natália. Na sequência, esclareço os movimentos de análise desenvolvidos e sintetizo três possibilidades de descrição do corpo (de) Natália.

ANÁLISE DAS SÉRIES ENUNCIATIVAS: COMO PODE SER O CORPO (DE) NATÁLIA

O aparecimento de práticas reguladoras ocorre nas enunciabilidades sobre Natália e é no espaço dos comentários que os enunciados sobem à superfície, são mediatizados e podem compor as ordens discursivas, ao passo que se constroem através delas, fazendo circular possíveis efeitos de sentido que, por meio da objetivação, formam o sujeito sobre quem se enuncia. De acordo com Foucault (2020b, p. 122):

O enunciado é sempre apresentado através de uma espessura material, mesmo dissimulada, mesmo se, apenas surgida, estiver condenada a se desvanecer. Além disso, o enunciado tem necessidade dessa materialidade; mas ela não lhe é dada em suplemento, uma vez bem estabelecida suas determinações: em parte, ela o constitui.

Já em 2017, a objetivação se encaminha para a taxação do corpo feminino surdo, versando sobre a fetichização e a sexualidade. Diante disso, demarco nas análises a objetivação do corpo e a tomada desse enquanto objeto como princípio condutor das práticas discursivas. O aparecimento de práticas reguladoras

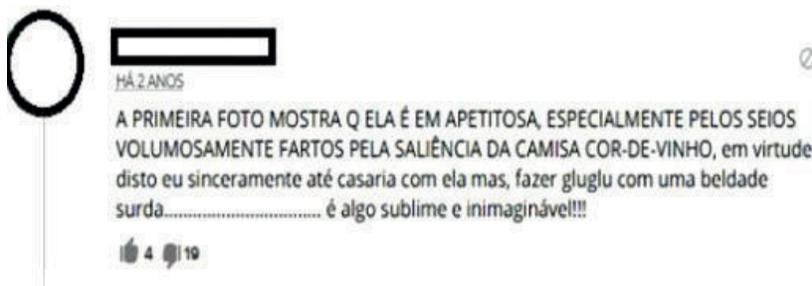
ocorre nas enunciabilidades sobre Natália e é no espaço dos comentários que os enunciados sobem à superfície, são mediatizados e podem compor as ordens discursivas, ao passo que se constroem através delas, fazendo circular possíveis efeitos de sentido que, por meio da objetivação, formam o sujeito sobre quem se enuncia.

De acordo com Foucault (2020b), o enunciado é sempre apresentado através de uma espessura material, mesmo dissimulada, mesmo se, apenas surgida, estiver condenada a se desvanecer. Além disso, o enunciado tem necessidade dessa materialidade; mas ela não lhe é dada em suplemento, uma vez bem estabelecida suas determinações: em parte, ela o constitui. A presença de Natália ultrapassa a propriedade como aluna prestadora do exame.

Não se trata, então, de uma matéria sobre a realização da prova, mas sobre a realização da prova por uma surda, mais especificamente, sobre o obstáculo encontrado na falta de acessibilidade. Ao ser novamente solicitada pelo Portal de notícias, Natália é retomada pela memória do que um dia, em 2014, foi uma grande dificuldade vivida por ela. Novamente, não temos Natália, mas a sua discursivização pela ótica de um problema que é social, não comunitário e muito menos individual.

Em 2017, afunilando para os enunciados, a fim de justificar suas seleções, acentuo que me inquieta, nas interpretações desenvolvidas, como o Ser Surda revela-se dos dizeres postos na rede por sujeitos que acessaram, em uma matéria, a representação de um corpo e sua história. Segundo Foucault (2014, p. 24), “[...] o comentário não tem outro papel, sejam quais forem as técnicas empregadas, senão o de dizer, enfim, o que estava articulado silenciosamente no texto primeiro”. Assentada em tais pressupostos, inicio a análise dos comentários atentando-me para os já-ditos sobre o corpo surdo, a surdez e a Libras, componentes primordiais das enunciabilidades recortadas.

Figura 5 – Comentário na reportagem de 2014

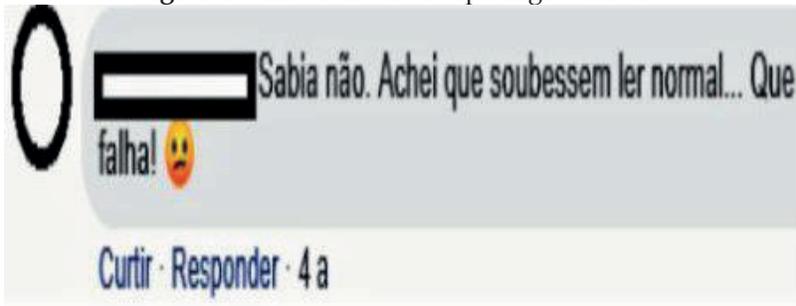


Fonte: *print* elaborado pela autora em 27 ago. 2021.

No comentário, a materialização do corpo, por meio de adjetivos, como “apetitosa”, “beldade surda” e o uso recorrente do pronome “ela”, produzem o efeito de apagamento da individualidade de Natália, que tem a sua trajetória banalizada e o corpo tanto analisado quanto exposto. A obrigação de servir, seja de forma sexual ou pela protagonização de um desejo emerge da análise, enquanto prática ouvintista (SKLIAR, 2015), pulsante em uma sociedade que incide a incapacidade do grito, a vulnerabilidade e a submissão enquanto características ativas do corpo surdo feminino. O sujeito realiza o abuso, a invasão, construindo um Ser Surda passivo e passível de violação, através da imagem, pela fotografia.

Natália, então, constitui-se como sujeito em relação ao corpo ouvinte, não em relação a si ou ao que enuncia. O que lhe dá atestado de existência são seus atributos físicos, diferentes e mais intensificados pela condição de surda. No enunciado em questão, a foto não apenas representa um corpo, mas comunica uma chance de descrição, a qual é desenvolvida pelos sujeitos ordinários a partir da permissividade do digital, que favorece comentar a respeito do assunto principal ou, também, exercer um enfoque sobre algo secundário, priorizado na reatualização do texto primeiro, como é o caso da objetivação de Natália.

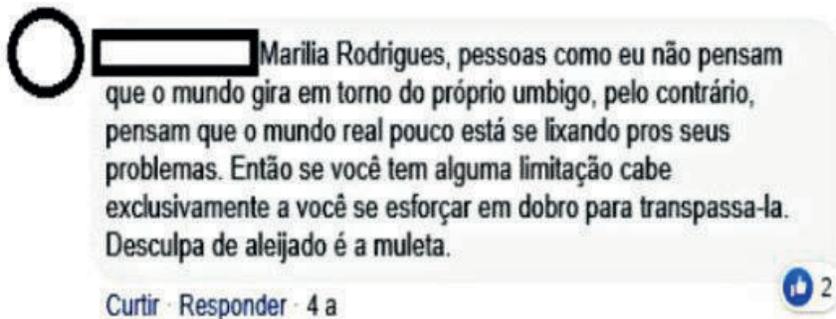
Figura 6 – Comentário na reportagem de 2014



Fonte: *print* elaborado pela autora em 27 ago. 2021.

Na segunda série, ocorre a construção de um corpo-deficiente, e o foco recai sobre a dificuldade exposta por Natália, não sobre a denúncia. O comentário foi publicado na postagem do Facebook, referente à matéria de 2014. Nele, o sujeito confessa: “Sabia não. Achei que soubessem ler normal. Que falha :(”. Centralizando, dessa forma, o desconhecimento acerca da Libras ser a língua oficial dos surdos e a dificuldade de alguns diante da língua portuguesa, o comentário expõe outro efeito de verdade, de que o domínio da língua oral-auditiva é o “normal”, que a capacidade de ler a língua portuguesa é, assim, uma ação absorta em práticas já esperadas pelo povo brasileiro.

Figura 7 – Comentário em reportagem de 2014



Fonte: *print* elaborado pela autora em 27 ago. 2021.

A normatividade trazida pelo comentário casa com um olhar clínico da surdez, que deslegitima o uso da Libras. O uso do verbo saber na terceira pessoa do plural acentua um deslocamento de Natália para os surdos. Percebo, assim, a homogeneização da comunidade surda e o apagamento da individualidade de Natália.

Na terceira série, também realizada na postagem de 2014, temos a construção de um corpo-problema, o sujeito faz o seguinte comentário: “Pessoas como eu não pensam que o mundo gira em torno do próprio umbigo, pelo contrário, pensam que o mundo real pouco está se lixando pros seus problemas. Então se você tem alguma limitação cabe exclusivamente a você se esforçar em dobro para transpassá-la. Desculpa de aleijado é a muleta”. Reiterando um olhar clínico e capacitista regular, o corpo de Natália é discursivizado como uma limitação, um obstáculo.

No livramento da responsabilidade governamental e social para com os sujeitos surdos, o efeito de sentido da homogeneização se constrói a partir de um discurso meritocrático. Natália, então, é reduzida às limitações que pode enfrentar em um ambiente hostil e é a sua capacidade de transpor tais dificuldades o que a legitimará enquanto sujeito digno. O corpo problema pode e deve ser solucionado por si mesmo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se fala de uma mulher surda, as vozes fincadas na construção do saber sobre surdez, Libras, capacidades/habilidades surdas e sexualidade da surda, ecoam sobre o corpo. Daquilo que se declara sobre o corpo da mulher surda, encontra-se o desejo pela sua normalização, submissão e/ou desistência dos espaços sociais. Na ênfase dada ao corpo, na sistematização das regras de formação dos enunciados, identifiquei a supressão das habilidades de Natália enquanto estudante e profissional ou até mesmo militante em contraposição a uma busca pelo uso do corpo da mulher surda, na exposição de sua utilidade.

As imagens e a discursivização dela na reportagem de 2014, possibilitam a construção de um corpo-deficiente e um corpo-problema, enquanto nas desenvolvidas na reportagem de 2017, enuncia-se o sujeito-corpo-desejável. Por fim, a análise do corpus atinou para as formas de caracterização do corpo-sujeito Natália. Visibilizando a pouca ou nula preocupação com a inacessibilidade do ENEM e/ou do ensino superior brasileiro em geral para pessoas surdas.

A servidão do soldado, entendida por Foucault (2020a) a partir do processo de submissão e utilização do corpo, alinha-se às análises sobre as fotografias de Natália porque, entre 2014 e 2017, temos em formato temporal a criação de um corpo que parece ter se adequado. Tanto pela sua formação acadêmica, quanto pela sua caracterização física, Natália representa a superação recorrente da docilização. Nas palavras do filósofo francês:

O soldado tornou-se algo que se fabrica; de uma massa informe, de um corpo inapto, fez-se a máquina de que se precisa; corrigiram-se aos poucos as posturas: lentamente uma coação calculada percorre cada parte do corpo, assenhoreia-se dele, dobra o conjunto, torna-o perpetuamente disponível, e se prolonga, em silêncio, no automatismo dos hábitos (FOUCAULT, 2020a, p. 133).

Por fim, na narrativa observada da história de Natália, a inaptidão do corpo, parafraseando Foucault (2020a), foi corrigida. O lugar a ser ocupado pela estudante, no ensino superior, não foi exatamente o curso de história, que era a sua primeira opção, mas o de vocabulário mais simples. Entretanto, ocupar uma posição no ambiente acadêmico, enquanto mulher surda, já é a superação suficiente de si mesma, como discursivizado pelo jornal.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020a.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução: Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2020b.

KLEIN, Madalena; FORMOZO, Daniele de Paula. Gênero e Surdez. **Revista Reflexão e Ação** – Revista do Programa de Pós-graduação em Educação, v. 15, n. 1, p. 1-12, 2007.

SANTOS, Elaine de Moraes. **O efeito de copresença Lula-Dilma no discurso político- midiático**: uma leitura das eleições presidenciais de 2010. 220 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.

SKLIAR, Carlos. **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2015.

**“ONDE JÁ VIMOS ISSO ANTES?”:
UMA ANÁLISE DIALÓGICA DO SIGNO IDEOLÓGICO
“CÂMARAS DE GÁS” EM TWEETS**

Karine Giroto Barbara
Edson Carlos Romualdo

INTRODUÇÃO

Neste capítulo, propomos a análise de um *corpus* analítico constituído por quatro enunciados balizados pelo gênero discursivo digital *tweet*. Tais enunciados foram produzidos e veiculados na rede social Twitter no dia 26 de maio de 2022, um dia após a morte de Genivaldo de Jesus, um homem negro, pobre, com laudo de esquizofrenia, que foi abordado por uma equipe da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e morto com o uso de gás lacrimogênio em uma viatura fechada.

Após alguns vídeos da operação policial circularem na internet, o ocorrido ganhou repercussão e espaço nas mídias sociais, e a ação dos agentes da PRF foi, por muitos usuários, comparada às operações nazistas, que mataram milhares de judeus com o uso de gás. Diante disso, nosso objetivo é analisar as relações dialógicas que foram estabelecidas nesses enunciados a partir do signo ideológico “câmara de gás”, que foi transferido de um horizonte espaço-temporal consolidado no passado para outro, na atualidade.

Para empreender esse gesto analítico, buscamos mobilizar alguns conceitos dialógicos que consideramos substanciais. Portanto, iniciamos discutindo a noção de dialogismo e de relações dialógicas; em seguida, tratamos da noção de cronotopo, fazendo uma breve descrição dos cronotopos que foram colocados em diálogo nos enunciados selecionados. Abordamos também o conceito de gênero discursivo, destacando as especificidades do modo social de dizer que baliza os enunciados de nosso *corpus*: o

tweet. Por fim, em nossa última seção, delineamos nossa análise dialógico-discursiva.

DIALOGISMO E RELAÇÕES DIALÓGICAS

Entre os principais conceitos desenvolvidos pelos pensadores do Círculo de Bakhtin está o dialogismo, que figura como uma noção fundamental para toda a teoria desenvolvida por esses estudiosos. Não é em vão, aliás, que os estudos bakhtinianos foram adjetivados por seus caudatários como dialógicos. Afinal, para os estudiosos russos, o dialogismo é elemento constitutivo da linguagem, dos sujeitos e da própria vida, uma vez que, conforme sinaliza Bakhtin (2011, p. 348), “viver significa participar do diálogo: interrogar, ouvir, responder, concordar”. Viver é, pois, ao produzir enunciados, se posicionar dialógica e valorativamente frente ao mundo, que é valorado e discursivizado pelo outro, pelo discurso do outro.

É, portanto, nessa interação dialógica e axiológica com o discurso do outro que está o cerne do dialogismo e da teoria bakhtiniana. Para o Círculo de Bakhtin, todo enunciado faz parte de um grande simpósio universal e, “por mais significativo e acabado que seja, é apenas um momento da comunicação discursiva ininterrupta” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 219-220). Isso significa que os enunciados sempre serão produzidos sob duas orientações, àquilo que já foi dito e àquilo que ainda será dito, fato que os configura como elos na cadeia de comunicação discursiva, os quais ligam discursos que os antecedem a outros discursos que os sucederão.

Em se tratando da orientação dos discursos ao já-dito, Bakhtin (2015) diz que um enunciado nunca é o primeiro a tratar de determinado objeto de enunciação. Ao contrário, o falante, ao produzir seu enunciado, encontra seu objeto de discurso “já difamado, contestado, avaliado, envolvido ou por uma fumaça que o obscurece ou, ao contrário, pela luz de discursos alheios já externados a seu respeito” (BAKHTIN, 2015, p. 48) e, ao mobilizá-lo, recobre-o de novas avaliações e tonalidades. Nesse contexto, um

enunciado concreto, enquanto mobilização da língua em vida, sempre vai se configurar como a continuidade de outros enunciados ou como uma réplica valorativa a eles.

Essa orientação dialógica, no entanto, não se dá em relação ao objeto em si, mas em relação aos discursos já produzidos sobre ele, ou seja, em relação às valorações e às acentuações que já foram externalizadas sobre aquilo que se diz. Assim, indo muito além de um enfrentamento puramente linguístico, o diálogo entendido pela ótica bakhtiniana se dá entre vozes sociais, entre axiologias, entre os valores que circulam nos discursos.

Além disso, por se configurarem como essa ponte entre o dito e o a dizer, os enunciados se orientam também para uma possível réplica. Sobre isso, Bakhtin (2015) afirma que todo discurso se volta para uma resposta e é, por ela, profundamente influenciado, o que determina o papel indispensável do outro na produção discursiva. Para o filósofo russo, “o falante procura orientar sua palavra – e o horizonte que a determina – no horizonte do outro que a interpreta” (BAKHTIN, 2015, p. 55). Ao fazer isso, o sujeito antecipa e reflete em seu enunciado um possível discurso responsivo que possa vir a surgir, seja imediatamente ou em um momento posterior à enunciação.

Ligando o já-dito ao ainda não-dito, observa-se que esse processo de produção e de circulação de enunciados funciona efetivamente como um grande diálogo e, conforme enfatiza Volóchinov (2018, p. 221), “é ininterrupto e não conhece nem início nem fim”, uma vez que “a palavra quer ser ouvida, entendida, respondida e mais uma vez responder à resposta, e assim *ad infinitum*” (BAKHTIN, 2011, p. 334, grifo do autor). É nessa dinâmica do grande simpósio universal que se estabelecem as relações dialógicas, outro conceito fundamental para este trabalho.

As relações dialógicas são, por definição, relações semânticas entre os enunciados integrais de diferentes sujeitos do discurso (BAKHTIN, 2011). Isso significa que elas não acontecem entre textos analisados de um ponto de vista puramente linguístico. Para que tais relações sejam estabelecidas, é preciso que os enunciados

sejam analisados no âmbito do discurso, como linguagem em uso, representando posicionamentos axiológico-valorativos de sujeitos sócio-historicamente situados e constituídos, ou seja, é preciso que os enunciados estabeleçam sentido. Isso porque, de acordo com Bakhtin (2011), a relação entre coisas nunca é dialógica, já a relação com os sentidos sempre o é; e o sentido, para a teoria bakhtiniana, só é apreendido em enunciados concretos, ligados a um contexto de produção e vistos como a representação do discurso de um sujeito de linguagem.

Dessa forma, conforme explica Bakhtin (2011), é o aspecto comum do sentido dos discursos que gera as relações dialógicas, independentemente da distância espaço-temporal existente entre eles e das relações lógicas que tais enunciados estabelecem ou não no âmbito linguístico. Assim, para o filósofo russo, “não há limites para o contexto dialógico (este se estende ao passado sem limites e ao futuro sem limites)” (BAKHTIN, 2011, p. 410). Isso significa que, ao olhar para um enunciado, é preciso ir além do tempo-espaço em que ele foi produzido e no qual circula, pois o discurso, em sua dinâmica dialógica, sempre retomará sentidos distantes, adormecidos. Com isso, Bakhtin (2011, p. 410) destaca que não há sentidos esquecidos que não possam, a qualquer momento e em qualquer espaço, ser lembrados, renovados e reacentuados. É tudo “questão do grande tempo”, conclui o filósofo.

CRONOTOPOS EM DIÁLOGO: ALEMANHA (1933-1945) E BRASIL (2018-2022)

Na recuperação dialógica dos sentidos, discutida na seção anterior, acontece também o embate dialógico entre valores de diferentes épocas e espaços, colocando em cena outro importante conceito para a teoria bakhtiniana: o cronotopo.

Cronotopo, conforme explica Bakhtin (2018), é um termo emprestado das ciências matemáticas que significa tempo-espaço, representando o imbricamento e a inseparabilidade dessas duas noções, as quais são representadas pela linguagem e, para o filósofo

russo, figuram como enredo dos textos literários, fornecendo o próprio campo para a representação dos acontecimentos.

Apesar do enfoque dado pelo pensador russo à aplicabilidade desse conceito em obras da literatura, essa noção mostra-se bastante produtiva para a análise de enunciados de todas as diversas esferas da comunicação discursiva. Isso porque o cerne da questão do cronotopo, para Bakhtin (2018), está no fato de que determinadas amplitudes espaço-temporais, com todas as suas especificidades sócio-histórico-culturais, representam, nos enunciados, determinadas imagens de homem e, conseqüentemente, determinados valores sociais.

Assim, ao analisar os cronotopos que envolvem e são envolvidos por um enunciado, pode-se apreender as visões de mundo e as axiologias que neles vigoram/vigoravam, potencializando a compreensão dos sentidos que circulam nos discursos em análise. Ademais, destacamos que falamos de cronotopos, no plural, porque, devido ao caráter dialógico dos enunciados, que recuperam já-ditos e antecipam ainda não-ditos, há neles a representação de várias amplitudes espaço-temporais que coexistem, confrontam-se, incorporam-se em inter-relações bastante complexas (BAKHTIN, 2018) que se materializam pela linguagem.

A linguagem, por sua vez, também é essencialmente cronotópica, como define Bakhtin (2018), e funciona como um acervo de imagens. Isso significa que, ao mobilizar determinada palavra, entendendo-a como signo ideológico, o falante mobiliza as ideologias e valorações já assumidas por aquele signo em outros tempos e espaços, podendo reacentuá-las no tempo-espaço no qual se encontra e no qual produz seus enunciados.

Neste trabalho, por exemplo, optamos por adentrar nos enunciados de nosso *corpus* de análise a partir do signo ideológico “câmaras de gás”, compreendendo-o como um signo que é recuperado dialogicamente de um tempo-espaço bastante específico e que, para usar os termos bakhtinianos, tem a sua “festa de renovação” em um tempo-espaço atual, colocando assim dois cronotopos em diálogo, a saber, a Alemanha (1933-1945) e o Brasil (2018-2022).

A Alemanha, em 1933, viu a ascensão de Adolf Hitler ao cargo de chanceler. Hitler era um político eugenista e antisemita radical, que instaurou um regime totalitário no país e um sistema de perseguição a todos aqueles que eram considerados inferiores ao que ele considerava ser a “raça ideal”, tendo como principal inimigo a comunidade judaica. No decorrer dos anos, essa perseguição tornou-se uma política de extermínio em massa que deixou um saldo de milhões de pessoas mortas, dentre as quais mais de seis milhões eram judias. As táticas utilizadas para esse genocídio foram diversas, entre elas, as câmaras de gás figuram como a que mais agilizou o assassinato em grande escala visado pelos nazistas.

Sabe-se que, a priori, as execuções por gás eram feitas em caminhões. Os prisioneiros eram colocados dentro de um veículo “[...] levados em direção à floresta e morriam no caminho, asfixiados pelo gás do escapamento” (CARNEIRO, 2000, p. 56), que saía diretamente no compartimento em que as vítimas eram colocadas. Posteriormente, a fim de aprimorar e agilizar esse processo, os nazistas criaram as câmaras de gás.

Os judeus, ao chegarem aos campos de concentração, eram divididos entre os que estavam aptos a trabalhar e os que não estavam; esses seriam, por consequência, mortos. Para fazer com que os judeus colaborassem com o processo de extermínio e adentrassem nas câmaras de gás sem apresentarem resistência, os nazistas informavam às vítimas que eles passariam por uma desinfecção e que, por isso, estariam entrando em uma grande sala de banho. Quando os judeus adentravam no local, todas as portas eram fechadas e os produtos químicos, como o Zyklon B, eram introduzidos, levando as vítimas à morte por asfixia em poucos minutos.

Tendo em vista as milhões de pessoas mortas pelos nazistas nessas câmaras de gás, esse é um signo ideológico que mantém uma estreita relação com o cronotopo em tela, sendo até mesmo um signo representativo da catástrofe executada pelo governo nazista. No entanto, exatamente por se tratar de um signo ideológico, “câmaras de gás”, assim como outros signos próprios do cronotopo

supramencionado, tem sido recuperado e revalorado em enunciados atuais, principalmente no cronotopo que envolve o Brasil desde 2018, data em que foi eleito um presidente conservador, defensor de regimes autoritários e com ideais intolerantes: Jair Messias Bolsonaro.

Desde a sua eleição, o referido político tem usado seu cargo na Presidência da República para investir contra a imprensa, defender regimes autoritários, excluir minorias, instigar discursos de ódio. Dentre as inúmeras consequências da ascensão desses ideais de extrema-direita em nosso país, destaca-se o fato de que uma das principais pautas defendidas pelo presidente é a do “excludente de ilicitude”, ou seja, que os policiais devem ter “licença para matar”, o que tem resultado em uma polícia mais violenta, racista e assassina.

Foi nesse contexto que aconteceu, no dia 25 de maio de 2022, a morte de Genivaldo de Jesus Santos, um homem negro, de 38 anos, com laudo de esquizofrenia, que foi parado pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) de Sergipe por dirigir uma motocicleta sem capacete. Após a abordagem policial, conforme pode ser visto em vídeos que circularam na mídia e na internet, Genivaldo foi algemado e teve seus pés amarrados pelos policiais, que o colocaram no camburão de uma viatura. Logo em seguida, os policiais jogaram gás lacrimogêneo dentro do veículo e fecharam sua porta traseira.

Nos vídeos que mostram a ação, é possível ver que uma grande fumaça branca saía do veículo, que estava com os vidros fechados. Ademais, é possível ouvir o homem gritar e se debater com os pés para fora. Genivaldo morreu a caminho da delegacia. Os policiais responsáveis pela ação alegaram que a morte aconteceu devido a um mal súbito. Já o laudo do Instituto Médico Legal indica que ele morreu por asfixia mecânica e insuficiência respiratória.

A conduta policial de jogar gás dentro de uma viatura fechada, bem como os vídeos que circularam na internet, nos quais, como dissemos, é possível ver a fumaça saindo do veículo e ouvir os gritos de desespero da vítima, geraram, nos ambientes digitais de circulação de enunciados, uma inevitável comparação entre o caso

citado e as câmaras de gás nazistas. É essa relação dialógica que foi estabelecida nas redes sociais pelo signo “câmara de gás” que nos propomos a analisar. Para tanto, escolhemos por uma forma tipológica de enunciados que foi bastante utilizada para esse posicionamento axiológico dos brasileiros, o gênero discursivo digital *tweet*, apresentado na seção a seguir.

O GÊNERO DISCURSIVO DIGITAL TWEET

Gênero discursivo é um conceito basilar para toda e qualquer análise dialógico-discursiva que se pautar na relação que se estabelece entre a linguagem e as novas tecnologias. Isso porque, sendo determinadas pelos campos da atividade humana nos quais circulam, as formas tipológicas de enunciados são múltiplas e estão em constante desenvolvimento, principalmente dentro dos ambientes digitais de interação social, que figuram entre os principais suportes de circulação de enunciados na atualidade.

Partindo da assertiva de Bakhtin (2016) de que os gêneros do discurso surgem, se desenvolvem, se reconfiguram, desaparecem, reaparecem de acordo com a evolução social dos campos da atividade humana e de acordo com as necessidades sociodiscursivas que surgem desse desenvolvimento, destacamos o fato de que, com o advento das novas tecnologias, esse ritmo de produção e reconfiguração dos modos sociais de dizer tornou-se ainda mais frenético. Ademais, os suportes digitais de circulação de enunciados permitem a reverberação e a difusão de vozes que antes eram limitadas a um tempo-espaço bastante específico, mas que agora podem ser ouvidas a qualquer tempo e em qualquer espaço devido ao alcance, muitas vezes a nível mundial, de ferramentas tecnológicas como a internet.

Tal constatação nos permite afirmar que as novas tecnologias reconfiguraram profundamente o modo como os sujeitos sociais produzem enunciados, interagem uns com os outros e valoram o social que os cerca e os constitui. Isso porque os enunciados e as formas tipológicas que os moldam, conforme sinaliza Bakhtin

(2016, p. 20), “são correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem”. Nesse sentido, a linguagem reflete de modo imediato, preciso e flexível, as mudanças que acontecem na vida social (BAKHTIN, 2016), fato que torna indispensável olhar para o seu funcionamento específico nos ambientes digitais, uma vez que os gêneros discursivos que neles circulam refletem diretamente as mudanças que as novas tecnologias propiciaram em diversos âmbitos do agir social, principalmente no debate público.

Diante dessas considerações, para analisar as relações dialógicas que foram estabelecidas a partir do episódio supramencionado, optamos por tomar como materialidade de análise enunciados balizados pelo gênero discursivo digital *tweet*, uma forma tipológica de enunciado que surgiu, se reconfigurou e se consolidou nos últimos anos, após o surgimento do Twitter, uma rede social que tem se tornado um importante espaço de embate de vozes e de disputa pelos sentidos. Assim, para compreender o gênero em tela, é necessário relacioná-lo diretamente ao seu suporte, uma vez que o *tweet* só pode ser mobilizado enquanto gênero discursivo dentro do ambiente digital que o possibilita. Fora do Twitter, o *tweet* não existe.

O Twitter, enquanto rede social, busca propiciar uma espécie de diálogo entre seus usuários espalhados por todo o mundo, dando-os a possibilidade de enunciar e de responder, a qualquer tempo e em qualquer espaço, uns aos outros, seja pela réplica direta com a produção de um enunciado-resposta, seja por uma atitude responsiva de valoração possibilitada pela plataforma através dos recursos de replicar, de curtir e de compartilhar os *tweets* publicados por outros usuários. Assim, o gênero discursivo digital *tweet* é mobilizado em uma dinâmica dialógica propiciada pelo Twitter. Ademais, as suas características relativamente estáveis são também determinadas pelo funcionamento próprio da rede social em tela.

Tweet é um vocábulo da língua inglesa que, em tradução livre e literal, significa “piu”, fazendo referência ao som melodioso e breve emitido por algumas espécies de pássaros. Tal designação

dialoga diretamente com o nome da plataforma, Twitter, que significa “gorjeio”, e com o seu logotipo, o qual é a representação de um pássaro. Todas essas referências se refletem também nos elementos constitutivos do gênero discursivo *tweet*.

Quanto à construção composicional do *tweet*, a sua principal característica estrutural é ser um texto curto, tal como o piar dos pássaros. Com isso, a extensão dos enunciados produzidos no Twitter está limitada, no presente, a 280 caracteres, já considerando os espaços. Assim, o sujeito, quando opta por enunciar através desse gênero discursivo, precisa construir seu enunciado de maneira concisa, de modo a conseguir atingir seu projeto discursivo dentro do limite estabelecido pelo suporte.

Para além do texto verbal de 280 caracteres, atualmente, os *tweets* podem ser constituídos também por materialidades não verbais, como imagens, vídeos, GIFs, links, entre outras. Ademais, se considerarmos a sua construção composicional visual, após publicado, o *tweet* é moldado pela plataforma de maneira que em sua estrutura sempre figure a foto de perfil utilizada pela conta que publica; o nome, o usuário da conta e a data de publicação e os links interativos que permitem aos outros usuários responder, “retweetar”, curtir ou compartilhar o enunciado publicado.

Em relação ao seu estilo típico, surge da delimitação da quantidade de caracteres o fato de que o enunciado balizado por tal gênero deve ser breve para que caiba no limite estabelecido e para que possa ser publicado. Essa determinação da plataforma influencia diretamente nas escolhas feitas pelos sujeitos que, ao mobilizar a linguagem e produzir seus enunciados, optam por abreviações, símbolos, links e *hashtags*, com vistas a diminuir a extensão do enunciado verbal e a aumentar a quantidade de informações e ideias presentes nele. Isso, aliado à possibilidade de inserção de outras materialidades, permite que o sujeito enunciator personalize o *tweet* à sua maneira, o que abre espaço ao seu estilo individual de uso da linguagem.

Por sua vez, o conteúdo temático do *tweet*, enquanto domínio de sentido que perpassa um enunciado balizado por determinado

gênero, tem por finalidade apresentar um posicionamento breve do usuário sobre os mais variados assuntos, a depender dos interesses de cada conta, seja pessoa pública ou não, e de questões sociais que ganham destaque nacional e repercussão nas mídias digitais. Isso porque, cada vez mais, assuntos que envolvem política, ideologias, fatos noticiosos, acontecimentos relevantes, entre outros, têm ganhado espaço no Twitter, que se tornou palco de constantes embates ideológicos e axiológicos, entre eles a abordagem policial que resultou na morte de Genivaldo de Jesus. Portanto, diante das discussões teóricas empreendidas até aqui, realizamos, na próxima seção, a nossa análise dialógico-discursiva.

“CÂMARAS DE GÁS”: A REACENTUAÇÃO DE UM SIGNO

Bakhtin (2017), ao tratar de textos literários, é enfático ao afirmar que, quando se analisa uma obra considerando apenas as especificidades de sua época, não se pode penetrar nas profundezas de seus sentidos. Considerando a dinâmica dialógica na qual os enunciados são produzidos e circulam, é possível (e necessário) estender essa afirmação à análise dos discursos de outras esferas de produção, que incessantemente retomam sentidos já-ditos, os reacentuam e os refratam ao futuro. Nesse sentido, buscamos analisar os enunciados de nosso *corpus* em um movimento dialógico entre cronotopos, tal como o fizeram os sujeitos que os produziram.

O primeiro ponto a ser analisado aqui é o fato de que os usuários das redes sociais, após se depararem com o vídeo da ação policial já mencionada, fizeram uma relação de equivalência direta entre a viatura policial e as câmaras de gás nazistas. Isso acontece porque, em consonância ao que discute Volóchinov (2018, p. 92), “qualquer corpo físico pode se tornar a imagem de algo”, ou seja, tudo que tem existência material pode assumir uma significação sígnica quando é tomado a partir de uma posição ideológica. Assim, o signo “câmaras de gás” foi tomado pelos usuários do

Twitter a partir de todos os já-ditos sobre ele e foi reacentuado a partir de uma nova amplitude espaço-temporal.

Nesse sentido, ao se posicionarem sobre a desastrosa ação policial que resultou na morte de Genivaldo, poucos foram os enunciados que compararam a viatura policial a uma câmara de gás. A maioria usou o signo “câmara de gás” como um sinônimo direto para a viatura policial usada na ação em Sergipe, ressignificando, assim, um elemento da história. A câmara de gás, naquele momento de produção discursiva, era outra, mas não deixava de retomar todas as avaliações já feitas a seu respeito.

No *tweet* destacado abaixo (Figura 1), observa-se que o sujeito se valeu da multimodalidade do gênero, utilizando, além do texto verbal, uma imagem não-verbal para construir seu enunciado.

Figura 1 – Enunciado I



Fonte: Twitter.

Pela construção composicional que o gênero *tweet* assume ao ser publicado na plataforma, vê-se que o texto verbal fica logo acima da imagem, mas a atenção do leitor se volta, primeiramente, ao texto não-

verbal que ocupa o maior espaço do enunciado. Nele, observamos a representação da cena que provocou a morte de Genivaldo.

O fundo branco e vazio apaga tudo o que acontecia ao redor da viatura policial no momento da ação da PRF, levando o leitor a olhar somente para a cena em tela. Do lado esquerdo da imagem, os dois agentes policiais que participaram da ação, em um processo de equiparação, são representados com uniformes típicos dos agentes nazistas. Os dois estão representados em preto e branco e o único ponto de cor que há neles é a braçadeira vermelha com uma suástica, que os identifica enquanto nazistas.

A viatura policial, por sua vez, foi representada com suas próprias características: cor azul com o símbolo da PRF em amarelo. A fumaça branca saindo da viatura e os pés da vítima para fora do camburão foram representados tal como aparecem nos vídeos que gravaram a ação policial. O grito de Genivaldo, possível de ser ouvido nas gravações, também foi representado pelo recurso da onomatopeia. Vê-se que o grito, assim como a fumaça, sai de dentro da viatura e ecoa sem fim para fora. Observa-se, portanto, na própria imagem, o estabelecimento de relações dialógicas entre o cronotopo da Alemanha do século passado e do Brasil atual. Mais que isso, na imagem, é como se os cronotopos se fundissem. Os agentes policiais representam a Alemanha (1933-1945) e a viatura da PRF representa o Brasil (2018-2022). Juntos, eles levam à morte um homem negro, pobre e esquizofrênico. Um homem que estava à margem no Brasil e que também estaria nessa mesma condição na Alemanha de Hitler.

Acima dessa imagem, observamos o texto verbal produzido pelo sujeito do enunciado. Há nesse texto duas frases. A primeira, uma frase nominal, configura-se como uma legenda da imagem destacada, descrevendo-a e completando-a: *As câmaras de gás portáteis do século XXI*. O sintagma nominal “câmaras de gás portáteis” refere-se diretamente à viatura policial, colocando-a em posição dialógica de igualdade às câmaras de gás nazistas. O uso do plural, porém, não representa fidedignamente a imagem, mas, como toda palavra enunciada é, antes de tudo, uma avaliação (VOLÓCHINOV, 2018), é necessário olhar para os sentidos que

desse uso emergem. Ao usar o plural, o sujeito evidencia sua avaliação de que não existe apenas uma câmara de gás portátil em território brasileiro, e sim várias. Ademais, destaca-se o uso do adjetivo “portátil”, próprio do tempo-espaço tecnológico que se desenvolveu nos últimos anos e que, mais que caracterizar a câmara de gás, atualizam o signo para o tempo-espaço atual, fazendo referência ao fato de que a viatura policial pode ser levada a qualquer lugar e, assim, os agentes de segurança, que tem o aval da autoridade máxima do país para matar, podem montar uma câmara de gás onde quer que estejam.

Por fim, após essa frase nominal que consideramos como uma legenda para a imagem, o sujeito do enunciado expressa seu posicionamento valorativo sobre o acontecimento que discursiviza: *Já chegamos ao fundo do poço*. A entonação que permeia o enunciado é de desesperança. A expressão “fundo do poço” é popularmente utilizada para expressar uma situação para a qual não se encontra mais solução. O fundo do poço, para esse sujeito, é o uso da câmara de gás em pleno século XXI. O uso do advérbio “já” situa essa situação na atualidade, representando o hoje do cronotopo brasileiro. Considerando que “as avaliações englobam, junto com a palavra, a situação extraverbal do enunciado” (VOLÓCHINOV, 2019, p. 117), pode-se dizer que, do ponto de vista desse sujeito de linguagem, não há mais como piorar a situação atual do Brasil.

Ademais, observa-se que o sujeito, ao construir essa avaliação, usa a primeira pessoa do plural, firmando-se em um “nós” que envolve toda a sociedade brasileira, recorrendo, assim, a um subentendido social de que a situação do Brasil é preocupante, não só do seu ponto de vista individual. Assim, ele se apoia no conhecimento e na compreensão comum de seus ouvintes sobre a situação extraverbal na qual o seu enunciado foi produzido: *chegamos todos ao fundo do poço*.

Enquanto a relação dialógica entre as câmaras de gás e a viatura da PRF se estabelece na ordem da equiparação direta, ao colocar o cronotopo Brasil (2018-2022) em diálogo com o cronotopo Alemanha (1933-1945), o uso da comparação foi frequente em outros *tweets*. No

estabelecimento dessas relações dialógicas que comparam as duas amplitudes espaço-temporais, observa-se que os sujeitos visam destacar principalmente as semelhanças entre ambas (Figura 2).

Figura 2 – Enunciado II



Fonte: Twitter.

No *tweet* destacado acima, além da equiparação entre a viatura da PRF e as câmaras de gás, há a comparação entre os cronotopos de forma direta e evidenciada. Além de as amplitudes espaço-temporais estarem nomeadas, o sujeito ainda usou, para relacioná-las, o verbo “parecer”, que designa a ação de assemelhar-se a algo. Assim, para o sujeito desse enunciado, o Brasil (2018-2022) assemelha-se à Alemanha (1933-1945), e o ponto de contato entre os cronotopos é a ação do estado gerando a morte da população pelas câmaras de gás.

Ao usar o sintagma nominal “execuções sumárias” e diferenciá-lo do termo “mortes em câmaras de gás”, o sujeito evidencia sua avaliação de que a ação do estado brasileiro na morte da população acontece, também, de outras maneiras, recuperando dialogicamente não só o ocorrido com Genivaldo, mas inúmeras outras operações executadas pelos agentes de segurança pública do Brasil e que resultam, cotidianamente, na morte de civis, que são majoritariamente pobres e negros. Como exemplo, pode-se citar a ação policial ocorrida no Rio de Janeiro um dia antes da morte de Genivaldo, e que resultou também na morte de 23 pessoas.

Além da comparação verbalmente expressa, constatou-se que vários usuários do Twitter estabeleceram as relações dialógicas entre os cronotopos no âmbito do discurso, recorrendo unicamente ao signo “câmaras de gás” e aos já-ditos sobre ele. Isso porque, como citado anteriormente, trata-se de um signo tão representativo do cronotopo

nazista que a referência ao governo de Hitler fica muitas vezes no plano do subentendido, não sendo necessário recuperá-lo linguisticamente para que as relações dialógicas sejam estabelecidas.

Apesar de esse ser um recurso utilizado, em sua maioria, de maneira inconsciente, foi possível observar, como no *tweet* da Figura 3, que alguns dos usuários do Twitter o fizeram conscientemente, como uma estratégia argumentativa.

Figura 3 – Enunciado III



Fonte: Twitter.

O sujeito desse enunciado inicia seu *tweet* com uma descrição sucinta, própria do gênero discursivo utilizado: *Agentes de segurança executando pessoas com doenças mentais em câmaras de gás*. Sem mencionar diretamente a situação a qual se refere, ele constrói seu enunciado de forma a induzir o leitor a fazer inferências sobre o que foi dito a partir do extraverbal que o constitui.

Na Alemanha governada pelos nazistas, as pessoas com doenças mentais formavam um dos diversos grupos perseguidos por serem considerados, pelos ideais eugenistas, como cidadãos inferiores. Sabe-se, aliás, que alguns dos primeiros experimentos de mortes com gás foram com essas pessoas. Conforme explica Carneiro (2000), o uso de gás para matar cidadãos com doenças mentais crônicas foi posto em prática entre 1939 e 1941. Intitulado de *Aktion 4*, o assassinato das pessoas com doenças mentais era chamado pelos nazistas sob o eufemismo de *Eutanásia*. Nesse processo de extermínio, pode-se afirmar que havia *agentes de segurança executando pessoas com doenças mentais em câmaras de gás*.

Já no Brasil, na abordagem policial em tela, um homem com laudo de esquizofrenia foi abordado por dois policiais que, mesmo tendo sido informados da condição médica da vítima,

imobilizaram-no, colocaram-no em uma viatura fechada e, com o uso de gás, sufocaram-no, fato que resultou em sua morte. O sujeito do enunciado destacado, leva o leitor à conclusão de que, nessa operação policial, também havia *agentes de segurança executando pessoas com doenças mentais em câmaras de gás*.

Mesmo que ambas as interpretações sejam possíveis para esse enunciado, o sujeito que o produz o faz na certeza de que seu interlocutor irá relacioná-lo, primeira e diretamente, à situação extraverbal imediata que o envolve, ou seja, à morte de Genivaldo. Isso porque, conforme afirma Volóchinov (2018, p. 206), “a situação forma o enunciado, obrigando-o a soar de um modo e não de outro”. Antecipando as possíveis respostas de seus interlocutores, o sujeito completa seu enunciado, lançando, para o seu leitor, uma pergunta que visa direcioná-lo ao cronotopo nazista: *Onde já vimos isso antes?* Com os advérbios “já” e “antes”, ele busca recuperar sentidos históricos já-ditos sobre o termo “câmaras de gás”, garantindo que as relações dialógicas entre os cronotopos sejam estabelecidas por quem lê seu *tweet*. Assim, através das inferências possibilitadas pelo contato entre o linguisticamente expresso, o contexto extraverbal e o horizonte socioideológico do leitor, o sujeito consegue reforçar o seu posicionamento axiológico sobre o tema.

Outro enunciado que faz essa comparação no âmbito discursivo é o do *tweet* destacado a seguir (Figura 4).

Nele, o sujeito se posiciona dialogicamente a vários outros acontecimentos e discursos que já haviam colocado o cronotopo Brasil (2018-2022) em comparação ao cronotopo Alemanha (1933-1945), mas responde marcadamente a sujeitos específicos: *aos que diziam que faltavam as câmaras de gás*.

Figura 4 – Enunciado IV



Fonte: Twitter.

Em diversos momentos do atual governo brasileiro, várias foram as práticas e referências, algumas veladas outras nem tanto, que levaram os usuários de redes sociais a compararem-no ao governo nazista. Nesses quatro anos de governo, foi possível presenciar desde discurso nazista parafraseado por ministro do governo até testes médicos em cobaias humanas durante uma pandemia. Em todas essas situações, o Twitter foi palco de luta de vozes entre sujeitos que disputavam a validação ou não das comparações feitas entre os dois cronotopos. Em meio a essa disputa, havia os que diziam que, para que a sinonímia entre a Alemanha (1933-1945) e o Brasil (2018-2022) fosse perfeita, faltavam apenas as câmaras de gás.

O sujeito do enunciado destacado na Figura 4, recuperando esses enunciados que circularam em outras ocasiões, busca responder diretamente a eles: *tenho uma notícia: não faltam mais*. Mais uma vez, a viatura policial é colocada em posição de equivalência às câmaras de gás, e o sujeito marca axiologicamente o seu posicionamento frente ao que enuncia. Valendo-se do gênero discursivo *tweet*, o enunciado é sucinto, mas é também bastante enfático e possui uma grande carga axiológico-valorativa. Isso porque “não existe um enunciado sem avaliação. Todo enunciado é antes de tudo uma orientação avaliativa” (BAKHTIN, 2018, p. 236). Assim, o sujeito, em poucos caracteres, consegue estabelecer as relações dialógicas desejadas e realizar uma crítica dura à situação em tela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso analítico, propomo-nos olhar para as relações dialógicas que foram estabelecidas pelos usuários do Twitter ao se posicionarem axiologicamente sobre uma desastrosa operação policial que resultou na morte de um homem negro, pobre e com laudo de esquizofrenia em uma câmara de gás improvisada em uma viatura da PRF de Sergipe.

Com as análises, identificamos que os sujeitos, ao se posicionarem valorativamente frente à morte de Genivaldo,

estabeleceram comparações entre esse acontecimento e o governo nazista de Adolf Hitler, recuperando sentidos já-ditos e projetando-os em uma nova amplitude espaço-temporal, qual seja, o Brasil de 2018-2022 (o governo do presidente Jair Messias Bolsonaro). O ponto de contato entre os dois cronotopos se deu pelo signo “câmaras de gás”, que foi colocado em posição de sinonímia à viatura policial usada na supracitada ação da PRF. Assim, os sujeitos, recuperando um elemento sígnico histórico, de uma realidade já-dita e enunciada, o atualizaram para o cronotopo brasileiro, reacentuando-o e ressignificando seus sentidos.

A teoria bakhtiniana é enfática ao afirmar que os sentidos “esquecidos” do passado podem ter, a qualquer momento e em qualquer espaço, a sua festa de renovação. A essa assertiva de Bakhtin (2011), acrescentamos que, além dos sentidos, há, também, acontecimentos e ideais que, mesmo situados no passado, não se encontram mortos, esquecidos. Ao contrário, vemos enunciados que os propagam circulando e ganhando, pouco a pouco, um espaço que não lhes deveria ser dado, estimulando a promoção ações concretas, a sua própria festa de renovação. Diante disso, é preciso olhar para os sinais que emergem no social e agir crítica e politicamente para evitar que ideais e acontecimentos, como os que o contexto da Alemanha nazista envolve, voltem a emergir.

Como afirma uma das postagens analisadas, se faltavam as câmaras de gás para que a comparação entre o Brasil de Bolsonaro e a Alemanha de Hitler pudesse ser feita em variados aspectos, como vimos, já “não faltam mais”.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução: Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. **Teoria do romance I: a estilística**. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2015.

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.

BAKHTIN, Mikhail. **Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas**. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2017.

BAKHTIN, Mikhail. **Teoria do Romance II**: as formas do tempo e do cronotopo. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2018.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Holocausto**: crime contra a humanidade. São Paulo: Editora Ática, 2000.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução: Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2018.

VOLÓCHINOV, Valentin. A palavra na vida e a palavra na poesia: para uma poética sociológica (1926). In: VOLÓCHINOV, Valentin. **A palavra na vida e a palavra na poesia**. Tradução Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2019. p. 109-146.

ESPAÇOS ENUNCIATIVOS INFORMATIZADOS E A POLÍTICA DE CANCELAMENTO: NOTAS A PARTIR DE UM CASO DE RACISMO¹

Jefferson Campos
Rodrigo Pedro Casteleira
Paloma Felix

INTRODUÇÃO

Estamos em um momento, na história da humanidade, facilmente reconhecido como grafocêntrico, isso porque a escrita é uma tecnologia cujo efeito é e segue sendo decisivo na constituição das disputas pelo sentido das coisas (e) do mundo. A tal afirmação, somam-se as prescrições discursivas dos “espaços enunciativos informatizados”, que suscitam uma tomada de postura dos sujeitos em meio ao “conjunto de textos e discursos contraditórios que circulam em nossa sociedade e que compõem, de formas variadas, os diferentes espaços de enunciação do digital” (SILVEIRA, 2017, p. 220). Deriva daí nosso entendimento de que a inscrição do sujeito na ordem do virtual implica a consolidação de um conjunto de procedimentos que são da ordem da escrita, da ordem do social e da ordem do digital no processo do que conhecemos como “posicionamento”. Este é o ponto de partida para abordarmos, aqui, o que vem se chamando de “cultura do cancelamento”.

Em dezembro de 2019, o Dicionário Macquarie² – responsável por selecionar palavras e termos que moldam o comportamento

¹ Este texto é fruto de reflexões que partem do Trabalho de Conclusão de Curso de Jornalismo depositado pelos autores no Centro Universitário Metropolitano de Maringá, no ano de 2020, intitulado “Cultura do cancelamento”: uma análise aplicada ao caso de racismo na agência do Itaú”.

² O comitê de jurados do dicionário elegeu 75 palavras e expressões para uma votação final entre si. Além disso, houve uma votação popular em que era possível

humano durante todo o ano – elegeu “cultura do cancelamento” como a locução mais utilizada. Esse movimento, estruturado principalmente nas mídias sociais, consiste na união de uma coletividade que interrompe ou reivindica a interrupção do apoio a uma personalidade pública ou instituição que tenha demonstrado postura inaceitável do ponto de vista comportamental ou ideológico. É uma nova condição de degradação virtual.

Para o ex-presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, por exemplo, a cultura do cancelamento não é ativismo, pois, se você apenas critica, não traz mudanças (RODRIGUES, 2019). Rosana Pinheiro-Machado, antropóloga e cientista social, concorda que cancelar é um ato negativo, uma vez que “o problema não é a crítica - criticar posições públicas é fundamental, o problema é quando isso parte para a negação do sujeito, do que a pessoa tem a dizer e do que faz” (RODRIGUES, 2019).

Um modo de pensarmos a dinâmica da política do cancelamento é lembrar o caso da empresária Lorena Vieira, quando relatou, em suas redes sociais, ter sofrido racismo em uma das agências bancárias do banco Itaú, no bairro da Penha, Zona Norte do Rio de Janeiro, no dia 30 de janeiro de 2020. Segundo relatou, sua ida até o local foi motivada pela necessidade de desbloquear seu cartão e sacar a quantia de R\$1.500,00. Funcionárias da agência relataram para a empresária que a movimentação era estranha e que elas não sabiam de onde vinha o dinheiro, sugerindo para a cliente que a instituição bancária poderia visualizar a situação como uma possível fraude. Lorena foi encaminhada para o 22º Departamento de Polícia (DP), onde chegou a rasgar seu documento de identidade por causa da reação da Polícia Civil em decorrência do descrédito vivenciado tanto pela alegação de fraude financeira, como pela negação do documento apresentado. Seu relato tornou-se o ponto de convergência de um conjunto heterogêneo de manifestações de diferentes pessoas

escolher até três termos (todos em inglês). O resultado foi divulgado em sua conta no Twitter e em seu website: <https://bit.ly/2M5xmfx>. Acesso em: 24 maio 2020.

contra e a favor de suas reivindicações, o que levou a um movimento massivo de interessados que “o banco” fosse sancionado pelas suas ações.

Tal acontecimento, aqui tomado como fato noticioso e, portanto, como prática discursiva midiática, nos leva a considerar que as lutas sociais encontram espaço para se instituírem na ordem da escrita no digital, o que constitui campo oportuno para a consolidação de uma melhor compreensão dos modos pelos quais os sujeitos são afetados pelas condições de emergência e de coexistência dos discursos que fazem circular e que, por consequência, os constituem como sujeitos. Estas considerações foram, inicialmente, o mote para o desenvolvimento de um trabalho de conclusão de curso e, agora, consolidam a proposta deste capítulo, cujo propósito é o de compreender de que modo aquilo que se chama “cultura do cancelamento” exprime as condições materiais de circulação das lutas políticas em torno do racismo e de como os “espaços enunciativos informatizados” determinaram as condições de circulação desses discursos.

RACISMO COMO PRÁTICA SOCIAL E DISCURSIVA

Embora muitas pessoas pensem que os termos “preconceito” e “discriminação” sejam sinônimos, tratam-se, antes, de conceitos distintos, apesar de o primeiro ser o passo número um para a discriminação racial e o racismo. O preconceito se refere a uma opinião preconcebida, baseada em estereótipos sobre uma pessoa ou um grupo específico sem que haja motivos para a comprovação do pensamento. Enquanto a discriminação consiste no ato de diferenciar, excluir e restringir uma pessoa com base em suas dissemelhanças, ou seja, esta negação é transformada em um comportamento observável, numa ação concreta (ALMEIDA, 2019).

Para que este tratamento distintivo se concretize, a discriminação racial tem por fundamento o poder, que possibilita o uso efetivo da força, já que sem essa não é possível atribuir vantagens ou desvantagens por conta da raça. Sendo assim, o

fenômeno discriminatório pode ser separado em duas vertentes, de acordo com o autor: a discriminação direta e a indireta. A direta é a repulsa proclamada a pessoas ou grupos, tendo como motivação a característica racial. Quer dizer, não se pode negar que há uma abordagem diferenciada para pessoas de determinados fenótipos. A discriminação indireta, por sua vez, percorre o caminho oposto. Ela não traz a intenção notória de discriminar indivíduos, contudo, não esconde os jogos de poder enredados

A consequência de práticas de discriminação direta e indireta ao longo do tempo leva à estratificação social, um fenômeno intergeracional, em que o percurso de vida de todos os membros de um grupo social – o que inclui as chances de ascensão social, de reconhecimento e de sustento material – é afetado (ALMEIDA, 2019, p. 23).

O racismo, enquanto processo político, influencia a organização social e, para isso, depende de tal poder. Assim, a discriminação de um grupo social inteiro se torna viável. Ou seja, aqui o racismo fica sob controle do Estado, que, segundo Almeida (2019) tem duas dimensões para perpetuar a prática mantendo a coesão social: a dimensão institucional e a ideológica.

Como elucida o autor, a dimensão institucional conserva o racismo por meio da regulação jurídica e extrajurídica. Em outras palavras, o Estado estabelece os meios necessários para que a violência sistêmica seja incorporada às práxis cotidianas. Já a dimensão ideológica explica que, para manter este nexos social, a esfera política deve apresentar um imaginário coletivo de unificação ideológica cuja narrativa será criada e reiterada constantemente, mesmo nos espaços considerados “mais democráticos”, como os terrenos virtuais. Embora sejamos um país de passado e presente racistas, está em circulação também o argumento de rechaço às práticas diretas e indiretas de racismo, provocando a política de cancelamento frente a tais manifestações, sejam pessoas ou empresas.

Antes de discutirmos o cancelamento, melhor explanado mais adiante, nos espaços enunciativos informatizados, chamamos a

atenção para esse recurso como algo não novo, ainda que o nome esteja preso à noção contemporânea. Ao considerarmos histórico brasileiro da proibição de contrabando negro vindo de África provocada pela coroa britânica, percebemos o receio das sanções comerciais estrangeiras junto ao Brasil. Ainda que o discurso racista tenha se mantido, naquele momento, parar legalmente o contrabando imperava para não haver uma espécie de política do cancelamento à época. Não apenas a Inglaterra deixaria de fazer comércio com o Brasil, mas também países consoantes ao fim do contrabando humano. Dadas as proporções devidas, a cessação não interrompeu a prática social racista no Brasil e mesmo o receio da pessoa ou instituição de ser cancelada ou receber uma sanção que implicaria perda capital substancial.

O caso de Lorena nos faz pensar em como ele deriva de um arranjo social conhecido como racismo estrutural que, a grosso modo, pode ser explicado como processo histórico e político de sustentação das condições sociais que discriminam, de forma sistêmica, grupos raciais, direta ou indiretamente. Haja visto ser um arranjo social capilarizado nas relações políticas, econômicas, jurídicas e interpessoais, e do como essa ação é “normal” dentro destas categorias, afirmamos que para ser prática social necessita ser ao mesmo tempo uma prática discursiva. A discursividade é, desse modo, um recurso para a veiculação e manutenção colonial do status de poder na relação racial cunhada pelo medo do outro (a pessoa negra, por exemplo). Não por acaso, conforme lembra Mbembe (2020, p. 136), o “racista dispõe da força. Mas não basta dispor de força para eliminar o medo. O racista tem, na verdade, medo do negro, apesar de já ter decretado, anteriormente sua inferioridade”.

Essa mistura de medo junto ao ódio e amor despropositado da branquitude firma uma narrativa do “racismo antinegro - o fato de, diante de um negro, não ser capaz de se comportar e agir “normalmente”. Isso afeta tanto o próprio negro quanto quem está diante dele” (MBEMBE, 2020, p. 136). O racismo revela-se como um processo sistêmico e acompanhado de segregações raciais, isto é, dotado de fronteiras espaciais de raças nos meios políticos,

econômicos e nos relacionamentos cotidianos que resultam em um processo que aumenta as desigualdades dos grupos desenhados como minorizados nas relações sociais imaginadas de poder. Esse medo operante e sistêmico não está encerrado apenas nas subjetividades dos sujeitos, mas espraia-se e ganha terreno em tudo o que o processo colonial toca: de leis a relações de tratamento em organizações, quaisquer que sejam.

Lorena, ao acessar uma instituição bancária para sacar seu dinheiro, despertou o medo, a desconfiança, o ódio e mesmo o amor despropositado por carregar a marca da negritude e mesmo de seu gênero. O medo sentido pela branquitude na presença de uma negra que deseja acessar primeiro a agência e depois uma quantia capital dentro de uma instituição parece um roteiro improvável, talvez pela crença cunhada de que pessoas negras não conseguiram romper com as cercas farpadas históricas por serem demarcadas na categoria de inferioridade. A desconfiança é manifestada pelo enunciado do grupo de atendentes por não saberem identificar a origem do dinheiro na conta bancária. O ódio revelado na chamada de seguranças e policiamento pela agência e na ideia, talvez, e no ódio da audácia de uma mulher negra se sentir no direito de sacar R\$1.500,00 da própria conta sem informar a fonte dos rendimentos. O amor despropositado pode ser percebido quanto à ideia do cuidado vertido por sobre a própria conta da titular como no que tange à ideia de segurança da agência. É possível perceber de modo mais o medo, a desconfiança e esse amor na própria nota emitida pelo banco:

O Itaú Unibanco lamenta e se desculpa pelos transtornos causados a Lorena Vieira nesta quinta-feira, no Rio de Janeiro, e vem tentando contato com ela para resolver a situação. O Itaú Unibanco esclarece que o procedimento adotado na agência é padrão em casos de suspeita de fraude, e não tem qualquer relação com questões de raça ou gênero. O objetivo era proteger os recursos de Lorena de possível fraude, uma vez que já havia um bloqueio preventivo de sua conta corrente e era difícil identificá-la com o documento apresentado no caixa. O Itaú Unibanco acredita que toda forma de discriminação racial deve ser combatida (SOUPIN, 2020).

A nota anterior confirma a reflexão de Mbembe (2020) sobre como a estrutura branca, pessoa física ou jurídica, ao estar diante de uma pessoa negra, não sabe como agir dentro de uma pretensa normalidade. Não sabe e admite a existência de discriminação racial que “deve ser combatida” (SOUPIN, 2020). O modo de agir nada lógico ou racional diante de uma pessoa negra parece sempre ser justificado “[...] por um afeto e obedece às leis. O negro é, na maioria dos casos, um agressor mais ou menos imaginário. Um objeto assustador, que desperta o terror” (MBEMBE, 2020, p. 137). Em oposição, discursiva e de prática social historicamente reforçadas, o “branco representa a bondade” (FAUSTINO, 2017, p. 130).

Essa produção de efeitos de sentido proporciona a defesa de que:

[...] todo discurso é argumentativo, uma vez que ele orienta para determinados modos de ver e de pensar, sem que seja necessário pensarmos isso tendo em vista uma intencionalidade do locutor, mas, sobretudo, por considerarmos que todo discurso pressupõe uma troca de sujeitos em determinadas condições de produção e é nessa relação entre sujeitos que podemos vislumbrar as “ações” discursivas de um em direção ao outro (SILVEIRA, 2017, p. 219).

Se todo discurso, como afirma Silveira (2017), nos guia para modos de enxergarmos e pensarmos o mundo sem que haja uma reflexão das intencionalidades entremeadas a essas práxis, fica fácil a compreensão da operacionalização do poder colonial por sobre pessoas negras, por exemplo. As trocas entre Lorena e a equipe do banco revelaram as condições em que ambas foram produzidas à luz do racismo a que Fanon chamou de cultural (MBEMBE, 2020). Cultural porque não se apoia especificamente na morfologia do corpo negro, mas sobra-se desde o corpo em produção de enunciados depreciativos ou exotizantes acerca dele.

A possibilidade de enfrentamento e solidariedade do caso erigiu-se em outro espaço enunciativo que não o da rua, lugar de trânsito físico dos corpos, porém, em um ambiente não palpável onde o fluxo de informações segue um ritmo outro, mesmo com conexões com o mundo “real”. Esses lugares são os chamados

espaços enunciativos informatizados (SILVEIRA, 2017), conforme discutimos melhor no próximo subcapítulo. No entanto, vale ressaltar que o enunciado respondente à posição enfrentada por Lorena foi a do cancelamento, proposta por pessoas pelas redes sociais e não por ela.

ESPAÇOS ENUNCIATIVOS INFORMATIZADOS: O DISSENSO COMO POSSIBILIDADE DA CULTURA DO CANCELAMENTO

A rede, modo como genericamente são tratadas as mídias e as comunidades sociais dispostas em ambientes virtuais de interação, não constitui, apenas, o produto do desenvolvimento tecnológico: fruto dos processos de inovação, ela consolida um projeto de expansão das relações sociais. Do ponto de vista constituído no âmbito das ciências da linguagem, já foi possível compreender que o digital é um espaço de especificação/diferenciação dos modos de enunciação, isto é, de inscrição dos sujeitos numa ordem do discurso dada (CAMPOS, 2021). Em específico, também já é consolidada a ideia de que o digital estabelece uma relação do sujeito com o seu propósito comunicativo, de modo que se pode, dele (o espaço) obter as condições de possibilidade dos discursos que aí são postos em circulação (CAMPOS, 2021).

A noção de rede, aqui, estabelece um papel crucial no modo de circulação dos discursos, já que, em rede, os sujeitos, de alguma maneira, se conectam a partir da identificação que estabelecem na ordem social. Como verificaram Duarte, Morales, Santos e Leite (2022) além de colocar diferentes sujeitos numa relação comunitária (como no caso dos ambientes virtuais de aprendizagem criados em razão do período pandêmico), as mídias sociais, como é o caso do Twitter, pela sua estrutura de funcionamento e pelo seu modo de organização dos sujeitos na rede permite, por exemplo, que “a replicação d[e um] enunciado possibilit[e] a produção de um efeito de unanimidade para o discurso veiculado” (DUARTE; MORALES; SANTOS; LEITE, 2022,

p. 103). Concordamos com as estudiosas, em especial, porque nos dão pistas sobre como um acontecimento individual relatado, envolvendo, como no nosso caso, figura/instituição públicas - no sentido de que Lorena e Itaú constituem “identidades” amplamente faladas na ordem social - criam interesse público e mobilizam, no entorno de um único enunciado proferido, um conjunto mais ou menos coeso de posições.

Figura 1 – Tuíte de Lorena relatando o caso



Fonte: Twitter. Disponível em: <https://bit.ly/3pnRXxW>. Acesso em: 12 nov. 2020.

Figura 2 – Opinião sobre a notícia publicada no SBT sobre o caso Lorena



Fonte: <https://twitter.com/JornalismoWando/status/1223550042692378624>.

Acesso em: 30 jun. 2022.

Figura 3 – Vinculação do tuíte ao debate sobre o caso de Lorena a partir do uso da *hashtag*



Fonte: Twitter (Dados pessoais da usuária rasurados). Disponível em: <https://twitter.com/ymlgrs/status/1223601545629048833/photo/1>. Acesso em: 30 jun. 2022.

O efeito de conjunto constituído pelos tuítes apresentados na Figura 1, Figura 2 e Figura 3 sinaliza, ainda, que a rede criada entre os enunciadores só é possível, primeiro, pelo efeito de mediação do caso de Lorena, que, no espaço físico das interações sociais, provavelmente, não ultrapassaria o nível daqueles que estivessem mais próximos dela como seus interlocutores diretos. Ainda, pelo fato de o Twitter, como mídia social, interpor aos seus usuários alguns modelos de interação, tais como quantidade de caracteres, modos de inscrição em discursos em circulação, replicação de tuítes já produzidos etc.

Figura 4 – Comentário negativo vinculado ao relato de Loreнна via *hashtag*



Fonte: Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/DilMaduro/status/1223646884209864710>. Acesso em: 23 nov. 2020.

Figura 5 – Comentário positivo vinculado ao relato de Loreнна via *hashtag*



Fonte: Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/afropaty1997/status/1223428560611938304>. Acesso em: 30 jun. 2022.

Essa estrutura heterogênea de modos de enunciação que apresentamos na Figura 4 e na Figura 5 constitui o que Campos (2021) denomina “ordem do discurso digital”, ou seja, aquilo que delimita o próprio dos espaços de circulação dos discursos no espaço virtual, partindo da premissa de que o que está em jogo é a transposição/inscrição dos enunciados linguageiros nessa espacialidade. Note-se que o uso da *hashtag* estabelece um vínculo temático de todas as enunciações, cujo propósito seja integrar a rede estabelecida entre os usuários do Twitter, seja no propósito de reiterar as argumentações favoráveis ao enunciado/argumento, seja no propósito de refutá-lo. Entrar na ordem discursiva do digital, nesse sentido, passa pela vinculação do dizer ao tema argumentativo instaurado pela *hashtag* organizado pelos modos de dizer requeridos nesse espaço de enunciação.

Para além disso, tais coerções, quando pensadas nos processos de interlocução entre os sujeitos na rede são especificadas ainda mais, se considerarmos a dimensão argumentativa das *hashtags* (como modo de aderência positiva ou negativa de um enunciado a um outro já em circulação, quando tomamos de empréstimo a noção de “espaços enunciativos informatizados”, que, no Twitter, “normatizam os dizeres dando proeminência a interlocuções polêmicas” (SILVEIRA, 2017, p. 233).

É interessante averiguar que, no caso em tela, na midiaticização pelo Twitter, há um agrupamento de enunciados condenatórios de Lorena. Embora a *hashtag* #Itauracista tenha proposto o cancelamento da instituição, o que, como já demonstramos, ligou um conjunto de sujeitos espalhados pela rede a esse propósito, circulou, sob a mesma intensidade, enunciados exemplares do que se pode chamar “cultura do cancelamento”, um movimento que propõe boicote a personalidades e/ou instituições que tenham atitudes repudiáveis, que fogem dos valores do que é, cultural e socialmente, aceito. Ou seja, se as ações de determinada pessoa, marca ou empresa refletirem situações de injustiça social ou de desvio ao modelo de conduta esperada por um grupo, diversos

sujeitos, pelas mídias sociais, se unem para interromper o apoio a quem tenha tido esta conduta inaceitável.

Em meados de 2017, surgiu a #MeToo (Eu também, em tradução livre), que servia para expor casos de assédios e abusos sexuais e o nome dos agressores. O início de tudo deu-se após o jornal The New York Times publicar uma acusação contra Harvey Weinstein, um dos maiores executivos de Hollywood, de assédio, abuso e até estupro a dezenas de atrizes. Por fim, Weinstein acabou demitido de sua própria empresa, na mesma semana. Ele nega ter tido qualquer envolvimento em sexo não consensual.

No entanto, dez dias após a exposição do figurão, a atriz Alyssa Milano pediu em sua conta no Twitter que todas as mulheres que tivessem sido agredidas ou assediadas sexualmente usassem a *hashtag* #MeToo na rede social para expor seus abusadores e mostrar a dimensão do problema. Nas primeiras 24 horas, havia a publicação de, no mínimo, meio milhão de mulheres (BBC NEWS BRASIL, 2018). Esta ação, como num efeito cascata, se estendeu para o restante do mundo, eventos dos quais derivou a expressão “cancelamento”, que serviria para nomear esta prática virtual de expor pessoas que tivessem cometido algum crime.

No que se refere ao caso racismo sofrido por Lorena numa das agências do banco Itaú, a *hashtag* #Itauracista colocou em evidência posições antagônicas que correspondem, como vimos, tanto a opinião pública sobre o caso, mas, em especial, as coerções que os espaços enunciativos sobre os dizeres. Escapa, a estas posições antagônicas já previstas ao Twitter, como mídia digital de coerção dos dizeres sob o viés do dissenso, como aprendemos com Silveira (2017), que o racismo tematiza não apenas os enunciados em circulação, mas as práticas que atingiram, dentre vários sujeitos, o corpo de Lorena. Como uma tecnologia de poder refinada pela modernidade, as estratégias argumentativas também passam, dentre outras, pela manutenção da temática como “possibilidade de opinião”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os espaços enunciativos informatizados puderam nos ajudar a analisar o caso citado e apontar como as narrativas circulam de modo distinto do que ocorre na esfera analógica da vida. A mobilização constituída na rede opera em um fluxo de velocidade e cobrança por reparo ou justiça segundo regras outras, sobretudo invocado o cancelamento de alguém ou de alguma instituição como modo de reparar o feito desviante. Como vimos, o cancelamento nada mais é do que um boicote em decorrência de um racismo veiculado, um caso de preconceito ou outra forma de rompimento de alguma estrutura social que se acredita como correta ou coerente.

Quando o enunciado de cancelamento é lançado, em torno dele outras narrativas são ancoradas para engajar o movimento, como o uso de *hashtags*, posts ou ato de marcar perfis de outras pessoas, anônimas ou não, como o caso da atriz Alyssa Milano. “Dentro” da rede, as pessoas estão unidas ou conectadas por enunciações dentro de um ordenamento discursivo, uma espécie de “cimento social” que as conecta, inclusive, sob um mesmo modo respondente frente a algum engajamento. Embora pareça uma proposta de fácil organização e de resposta rápida, a cultura do cancelamento pode não resolver os problemas estruturais existentes em nossa sociedade, sobretudo porque o que parece estar em jogo é determinado enunciado ou ação, não a estrutura.

Esse modelo de política enunciativa também gesta paradigmas preconceituosos, opressores e de exclusão para quem discorda ou não se encaixa em determinado padrão, não havendo margem para debates entre opositores de modo democrático e cidadão. O papel de plataforma pensada para socializar os sujeitos em suas diferenças não se efetiva, reverberando mais uma função coercitiva que outra coisa. Lorenna, por exemplo, sob a política do cancelamento da agência bancária provocou efetivamente o abandono maciço de correntistas? Sabemos que não. As práticas

racistas neste ou naquele espaço enunciativo seguirão, seja manifesta direta ou indiretamente.

Concluimos nosso investimento reflexivo, nos questionando: “quais são as condições de os sujeitos da/na rede de cancelarem uma instituição bancária e seu CNPJ? Enquanto buscamos respostas, no Brasil, jovens negros como Lorena e seus CPFs são “cancelados” a cada 23 minutos³.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz. **Racismo Estrutural**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BBC NEWS BRASIL. O que a campanha #MeToo conseguiu mudar de fato?. **BBC News Brasil**, [s. l.], maio 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-44164417>. Acesso em: 30 out. 2020.

CAMPOS, Jefferson Gustavo dos Santos. **A imagem em discurso digital**: heterotopias dos regimes de ver e de dizer a arte no espaço virtual. Curitiba: Editorial Casa, 2021. *E-book*.

DUARTE, Amanda da Silva, MORALES, Suelen Souza Luiz; SANTOS, Elaine de Moraes; LEITE, Thaíssa Rodrigues. “Meus professores” no ensino remoto: Saberes e espaços escolares em publicações no Twitter. **Revista Letra Magna**, v. 18, n. 29, p. 97-106, 2022.

FAUSTINO, Deivison Mendes. Frantz Fanon, a branquitude e a racialização: aportes introdutórios a uma agenda de pesquisas. *In*:

³ Dado disponível em: <https://sismmac.org.br/noticias/10/alem-dos-muros-da-escola/8938/a-cada-23-minutos-morre%20um-jovem-negro-no-brasil>. Acesso em: 30 jun. 2022.

MÜLLER, Tânia Mara Pedroso; CARDOSO, Lourenço (org.). **Branquitude**: estudos sobre a identidade branca no Brasil. Curitiba: Appris, 2017. p. 125-140.

FIRMINO, César Augusto Castor. **Preconceito nas redes sociais**: impunidade de anonimato favorecendo a propagação dos crimes de ódio contra os negros. 2018. 25 f. Dissertação (Bacharelado em Direito) – Centro Universitário Tabosa De Almeida, Caruaru, 2018.

MBEMBE, Achille. **Políticas de inimizade**. São Paulo: N-1 Edições, 2020.

RODRIGUES, Gabriel. Cultura do cancelamento: uma nova forma de boicote. **O Tempo**, [s. l.], dez. 2019. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/interessa/cultura-do-cancelamento-uma-nova-forma-de-boicote-1.2274163>. Acesso em: 03 jul. 2022.

SILVEIRA, Juliana da. Hashtag e argumentação: proposta para o ensino de escrita e leitura em textualidades digitais. **Papéis** – Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens – UFMS, Campo Grande, v. 21, n. 41, p. 218-234, 2017.

SOUPIN, Elisa. Lorena Vieira, mulher de Rennan da Penha, diz ter sido vítima de preconceito e racismo em agência do Itaú. **G1**, Rio de Janeiro, 30 jan. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/01/30/mulher-de-rennan-da-penha-afirma-ter-sido-vitima-de-preconceito-e-racismo-em-agencia-do-itaui.html>. Acesso em: 23 nov. 2020.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Amanda da Silva Duarte é graduada em Letras – Português e Espanhol pela Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens (PPGEL) da mesma universidade. É analista de texto, integra o Laboratório de Revisão de Textos Acadêmico-científicos (LABREV/UFMS) e é membro do Grupo de Pesquisa Corpo, Sujeito e(m) Discursividades (político) midiáticas (SuDiC-CNPq/UFMS). E-mail: amandasduarte0@gmail.com.

Ana Paula Saffe Mendes possui graduação em Letras – Português e Espanhol pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e mestrado em Estudos de Linguagens pelo Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagens da mesma universidade. É professora substituta na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/CPAQ) e de Produção Textual no Colégio Impacto (Campo Grande-MS). É membro do grupo SuDiC – Corpo, Sujeito e(m) Discursividades (político) midiáticas. E-mail: saffeanap@gmail.com.

Edson Carlos Romualdo cursou sua graduação em Letras, seu mestrado e doutorado na área de Filologia e Linguística Portuguesa na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP de Assis e seu pós-doutorado na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. É Professor Associado da Universidade Estadual de Maringá (UEM), com aulas na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Letras. Coordena o projeto de pesquisa interinstitucional “Linguagem, mídia e novas tecnologias”, o projeto de extensão “Frida – uma vida animal na academia” e o projeto de ensino “Linguística e tradução: bases teórico-práticas”. Participa dos grupos de pesquisa GEPOMI –

Grupo de Estudos Político-Midiáticos e Linguagem e Direito. E-mail: ecromualdo@uol.com.br.

Elaine de Moraes Santos possui graduação, mestrado e doutorado em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (UEM-PR), na área de concentração em Estudos Linguísticos e sob a linha de pesquisa Estudos do texto e do Discurso. É professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), atuando nos cursos de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens. Lidera o Grupo de Pesquisa Corpo, Sujeito e(em) Discursividades (político)midiáticas (SuDiC/CNPq-UFMS) e participa do GT Análise do Discurso da ANPOLL. Participa do projeto de pesquisa interinstitucional “Linguagem, mídia e novas tecnologias”. E-mail: proflainemoraes2@gmail.com.

Flávia Zanutto fez sua graduação em Letras e seu mestrado em Linguística Aplicada na Universidade Estadual de Maringá (UEM); e seu doutorado em Linguística e Língua Portuguesa na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP de Araraquara. É Professora Associada da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e atua na graduação em Letras e no Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS). Participa do projeto de pesquisa interinstitucional “Linguagem, mídia e novas tecnologias”, do projeto interinstitucional “O estudo remoto de acadêmicos com deficiências no ensino superior no contexto da pandemia: das políticas às práticas”, e do projeto de extensão “Recursos Alternativos para alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais no ensino superior”. E-mail: fzanutto@uem.br.

Jefferson Campos é graduado, mestre e doutor em Letras pela Universidade Estadual de Maringá. Atua como docente no Departamento Acadêmico de Letras Vernáculas e no Programa de Pós-Graduação em Letras da Fundação Universidade Federal de Rondônia, campus Porto Velho. Atualmente, é vice-líder do Grupo

de Estudos em Análise do Discurso da UEM (Geduem/CNPq) e membro do HIBISCUS – Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Gêneros, Discursos e Comunicação na Amazônia Ocidental. Participa do projeto de pesquisa interinstitucional “Linguagem, mídia e novas tecnologias” E-mail: jefferson.santos@unir.br.

Juçara Zanoni do Nascimento cursou sua graduação em Letras – Bacharelado pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e sua licenciatura em Letras na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). É mestre em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) e doutora em Letras, na área de Estudos Linguísticos, pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). É docente do Departamento Acadêmico de Estudos Linguísticos e Literários da Universidade Federal de Rondônia, Campus de Vilhena (DAELL/UNIR/Vilhena) e pesquisadora do Grupo de Estudos Humanize (CNPq). E-mail: jzanonin@hotmail.com.

Juliana da Silveira cursou sua graduação em Português e Francês, seu mestrado e doutorado em Letras – área de Estudos Linguísticos – na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Em seu doutorado, estudou, com período sanduíche, na Sorbonne Paris Cité. Fez seu pós-doutorado em Ciências da Linguagem (PNPD/CAPES) na UNISUL. É professora do Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL-UNISUL), pesquisadora pelo Instituto Ânima, vice-líder do Grupo de Pesquisa Divulgação e Produção de Conhecimento (UNISUL/CNPq) e membro do Contradit – Coletivo de Trabalho, Discurso e Transformação. Membro-fundadora da Commune – Colabs em educação e pesquisa. Integra o Projeto de Pesquisa Interinstitucional “Linguagem, mídia e novas tecnologias”. E-mail: juliasilveira@hotmail.com.

Karine Giroto Barbara cursou sua graduação em Letras na Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, *campus* Apucarana. Atualmente é mestranda em Letras pelo Programa de Pós-graduação em Letras (PLE) da Universidade Estadual de Maringá, programa no qual foi bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Suas pesquisas estão norteadas pelos Estudos do Texto e do Discurso, com temáticas que envolvem o Holocausto, a Segunda Guerra Mundial e a ascensão de regimes totalitários. Participa do projeto de pesquisa interinstitucional “Linguagem, mídia e novas tecnologias”. E-mail: karinegirotob@gmail.com.

Neil Franco é graduado em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e mestre em Linguística Aplicada pela mesma instituição. Doutor em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). É Professor Associado da Universidade Estadual de Maringá. Atua no Programa de Pós-graduação em Letras (PLE) e no Programa de Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS). Integra o Grupo de Estudos Discursivos (GED/CNPq), da Unesp-Assis, e o Grupo de Estudos Político-Midiáticos (GEPOMI/CNPq), da UEM. Coordena o projeto de ensino *Jornal O Consoante*: instrumento didático-pedagógico para a produção escrita de acadêmicos do curso de Letras (UEM). Participa do projeto interinstitucional “Linguagem, mídia e novas tecnologias”. E-mail: prof.neilfranco@gmail.com

Paloma Felix é Bacharela em Jornalismo pelo Centro Universitário Metropolitano de Maringá (Unifamma). Atua nas áreas de comunicação interna, comunicação corporativa, relações públicas e de assessoria de imprensa. E-mail: palomapffelix@gmail.com

Rafael Vitória Alves fez sua graduação em Letras, seu mestrado e, atualmente, cursa o doutorado, na área de Estudos Linguísticos, no programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Atua como especialista educacional na Píxeon

e participa do projeto interinstitucional “Linguagem, mídia e novas tecnologias”. E-mail: rafaelalves92@gmail.com

Renata Adriana de Souza fez graduação e mestrado em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Doutorado em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É professora Adjunta da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), em Guarapuava-PR, vice-líder do Grupo de Pesquisa “Laboratório de Estudos do Discurso da Unicentro” (LEDUNI/CNPQ) e membro do Grupo de Pesquisa “Corpo, Sujeito e(m) Discursividades (político) midiáticas” (SuDiC/UFMS). Participa do projeto de pesquisa interinstitucional “Linguagem, mídia e novas tecnologias”. E-mail: rasouza@unicentro.br.

Rodrigo Pedro Casteleira é graduado em Filosofia, mestre em Ciências Sociais e doutor em Educação, pela Universidade Estadual de Maringá. É docente no Departamento Acadêmico de Ciências da Educação da UNIR, campus Vilhena. É Líder do HIBISCUS – Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Gêneros, Discursos e Comunicação na Amazônia Ocidental, membro do Programa Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-Brasileiros (NEIAB), e do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Diversidade Sexual (NUDISEX). Performer e artista. E-mail: rodrigo.casteleira@unir.br

Sônia Berveglieri cursou a graduação em Letras na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita filho – UNESP de Assis, sua especialização em Língua Portuguesa na Universidade Estadual de Londrina (UEL) e seu mestrado e doutorado em Letras – área de concentração Estudos Linguísticos, na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Atualmente é professora da Educação Básica II e participa do projeto interinstitucional “Linguagem, mídia e novas tecnologias”. E-mail: soniabervegliere@hotmail.com

Tatiane Aparecida Ignaszewski Kempf é graduanda do curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), em Guarapuava-PR. Em 2021, realizou a Pesquisa de Iniciação Científica intitulada “O primeiro barão da mídia nacional: uma análise do filme Chatô – o rei do Brasil”. E-mail: tatianeignaszewski@gmail.com.

Wesley Mateus Dias fez sua graduação em Letras na Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, *campus* Apucarana e seu mestrado na área de Linguística pelo Programa de Pós-graduação em Letras (PLE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM), no qual desenvolve atualmente seu doutorado. É integrante do projeto de pesquisa interinstitucional “Linguagem, mídia e novas tecnologias” (UEM) e do projeto “Gêneros Discursivos em sala de aula: propostas de estudo e de didatização em sala de aula para os anos finais do ensino fundamental” (UNESPAR – *Campus* Apucarana). E-mail: wesleymateus1997@hotmail.com.

O livro *Linguagens, mídias e tecnologias* reúne alguns trabalhos desenvolvidos no âmbito do projeto interinstitucional de pesquisa sediado na Universidade Estadual de Maringá (UEM), que congrega pesquisadores de diferentes instituições de ensino superior do país, alunos da pós-graduação e da graduação, e professores da Rede de Educação Básica. Nele, apresentamos trabalhos cujo interesse é analisar a linguagem e suas relações com veículos midiáticos e tecnologias diversas. Os capítulos focalizam temas relacionados ao ensino e aprendizagem, a questões ligadas às especificidades de diferentes mídias e ao tratamento de distintos sujeitos, que ainda estão colocados à margem, em função das desigualdades sociais do país.

